

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

TALITA ALVES DE MESSIAS

GUERRA E DÍVIDA:
Os conflitos na Bacia do Prata e a dívida externa no Império do Brasil

RIO DE JANEIRO

2015

TALITA ALVES DE MESSIAS

GUERRA E DÍVIDA:

Os conflitos na Bacia do Prata e a dívida externa no Império do Brasil

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional do Instituto de Economia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia Política Internacional.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Alberto Crespo.

RIO DE JANEIRO

2015

FICHA CATALOGRÁFICA

M585 Messias, Talita Alves.
 Guerra e dívida : os conflitos na Bacia do Prata e a dívida externa no
Império do Brasil /
 Talita Alves Messias. -- 2015.
 106 f. ; 31 cm.

 Orientador: Eduardo Alberto Crespo.
 Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro,
Instituto de
 Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política

FOLHA DE APROVAÇÃO

TALITA ALVES DE MESSIAS

GUERRA E DÍVIDA: Os conflitos na Bacia do Prata e a dívida externa no Império do Brasil

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional do Instituto de Economia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia Política Internacional.

Aprovada em 28 de abril de 2015.

Prof. Dr. Eduardo Alberto Crespo, UFRJ

Prof. Dr. Daniel de Pinho Barreiros, UFRJ

Prof. Dr. Alexandre Jeronimo de Freitas, UFRRJ

Dedico aos meus pais:
meus exemplos de humildade, nobreza e coragem.

*"Todas as vitórias ocultam uma abdicação."
Simone de Beauvoir*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais, que sempre enfocaram meus estudos como a maior herança que poderiam me deixar. Por todo seu amor e apoio, muito obrigada!

Ao meu “pai acadêmico”, Alcides Goularti Filho, ao qual serei sempre muito grata pelo impulso que me deu à inserção na vida acadêmica e ao modo crítico de olhar o mundo, e também aos queridos professores da Universidade do Extremo Sul Catarinense, onde me graduei: Dimas Oliveira Estevão, Kelly Gianezini e Sandro Eduardo Grisa. Agradeço imensamente a leitura atenciosa de meu trabalho e suas preciosas contribuições.

Sou muito grata também aos “pepianos”, tanto discentes quanto docentes, que ao longo do mestrado tanto contribuíram à minha formação na Economia Política Internacional, quanto ao meu projeto de pesquisa, sobretudo na disciplina de Projetos de Pesquisa. Especificamente aos meus grandes amigos pepianos: Hélio, muito obrigada pelas inúmeras conversas e cafés que me traziam tranquilidade, sensatez e grandes injeções de ânimos. Terei-lhe sempre, com muito orgulho, como grande exemplo cidadão e acadêmico. Janaína, pela confiança, amizade e carinho desde o processo seletivo, pela companhia nas confusões mentais que nos afligiam, nas angústias e alegrias que nos traz a “vida acadêmica carioca”. Aos membros da APOGEPI, que dentre as dificuldades, seguem buscando com muita garra nosso espaço na universidade.

Ao meu querido orientador, Eduardo Crespo, sempre bastante paciente, generoso e perspicaz, deu inúmeras e importantíssimas contribuições ao meu trabalho, desde as primeiras conversas sobre o tema. Agradeço também por toda ajuda com os procedimentos burocráticos da universidade, e neste assunto, não posso deixar de agradecer também a paciência e compreensão do secretário Fábio Bernardino.

À Rossandra, pelo apoio, amizade, e exemplo de garra e disciplina desde a graduação. À minha família carioca: Márcia, Lívia, Luciana, Gabriela, Luísa, Grazi, Júlia, pelo apoio e aprendizado que a convivência com vocês me trouxe. Às minhas irmãs de sangue, Laís e Juliana, que se fizeram presentes mesmo na distância. À

Fátima, pelo papel de segunda mãe. Ao Victor, pelo amor, paciência, apoio incondicional, pela parceria, amizade e pelas leituras intermináveis deste trabalho.

Por fim, agradeço ao financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), sem o qual meu mestrado não seria possível.

O crédito faz a guerra e faz a paz; levanta exércitos, equipa navios, trava batalhas, sitia cidades; e, em uma palavra, é mais justamente chamado de tendão de guerra do que o próprio dinheiro... O crédito faz o soldado lutar sem pagamento, os exércitos marcharem sem provisões... é uma fortaleza inexpugnável... ele faz o papel de passar por dinheiro... e enche o Tesouro e os bancos com quantos milhões quiser, por encomenda.

Daniel Defoe¹

¹ The Complete English Tradesman, 1976.

RESUMO

Pretende-se neste trabalho fazer uma análise alternativa sobre o endividamento externo do Império do Brasil. A ideia é analisar a dívida pública como instrumento de poder, ao combinar o papel de devedor e de credor do Brasil Império aos conflitos bélicos que se desenrolaram na região do Rio da Prata pelo controle dos rios desta bacia. Não há muitos estudos sobre o papel de credor do Império do Brasil, e o mesmo não se transformou através da guerra e da dívida em um império mundial; não envolveu grandes somas de capital e muito menos permitiu a expansão do déficit na balança de pagamentos sem comprometer sua economia. Mas, ainda assim, o Império do Brasil conseguiu expandir seus interesses através de sua moeda, conseguindo impô-la aos países do Prata, sendo ela de referência para algumas transações. Foi um dos fatores que ajudou a consolidar a supremacia brasileira até pelo menos a Guerra do Paraguai, quando a balança de poder no Prata se moveu em favor da Argentina. O papel do Império do Brasil nesta região é bastante interessante para discutir os jogos regionais que funcionam dentro da disputa global por mais poder. É perceber que apesar de submissos às políticas e finanças europeias, os países do Prata possuíam seu próprio jogo, em que o Império do Brasil, o mais poderoso da região, pôde inclusive desafiar as imposições das grandes potências, ainda que nunca deixasse de depender delas, ou chegasse perto de atingi-las e muito menos superá-las globalmente. A pesquisa tem então uma natureza histórica, baseada em trabalhos, fontes e dados já desenvolvidos e apresentados por diversos autores, mas que pretende uma análise e uma perspectiva distinta, entendendo a dívida pública como um instrumento de poder, e percebendo nos conflitos em que o Império do Brasil se envolveu, estratégias que fazem parte dessa disputa no âmbito da Bacia do Rio da Prata. Assim, une-se a análise dos empréstimos aos conflitos geopolíticos.

Palavras-chave: Dívida pública externa; Império do Brasil; conflitos geopolíticos; Bacia do Rio da Prata; poder.

ABSTRACT

In this dissertation it is intended to do an alternative analysis of the external debt of the Brazil in the 19th century. The idea is to analyze public debt as an instrument of power, combining the Brazil's role as debtor, as well as creditor, and the armed conflicts that unwinded in the La Plata region over the control of the rivers of this basin. There aren't many studies about the creditor role of the Brazilian Empire. It didn't turn itself through war and debt into a global empire, nor did it involve large amounts of capital or allow expanding deficit on the balance of payments without compromising the economy. But still, the Brazil in the 19th century managed to expand its interests through its currency, managing to impose it to the countries of the La Plata, it being a reference for some transactions. This was one of the factors which helped to consolidate the Brazilian supremacy at least until the Paraguayan War, when the balance of power shifted in favor of Argentina. The role of the Brazil in this region is an interesting point from which one can discuss the regional plays that run within the global power dispute. One realizes that although submissive to European politics and finances, the countries of the La Plata had their own game, in which the Brazil, the most powerful of the region, could challenge impositions of the great powers. Although, it never ceased to depend on them, nor could reach or overcome them globally. This research has therefore a historic nature, based on works, sources and data already developed and presented by various authors. But still, it intends a distinct analysis and perspective, recognizing public debt as an instrument of power, and indentifying in the conflicts in which the Brazil in the 19th century took part, strategies which are part of the dispute within the La Plata Basin, thus joining loan analysis and geopolitical conflicts.

Keywords: External public debt; Brazilian monarchy; geopolitical conflicts; the La Plata region; power.

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Tabela 1 – Total de títulos emitidos em Londres 1822-25 (em libras esterlinas.....	47
Tabela 2 – Serviço da dívida como porcentagem do orçamento, 1850-1895.....	61
Quadro 1 – O Império do Brasil devedor: dívidas externas brasileiras contraídas em Londres durante o período imperial (1822-1889).....	104
Quadro 2 – O Império do Brasil credor: empréstimos feitos aos Uruguai e à províncias da Confederação Argentina (1850 - 1866).....	105
Quadro 3 – As dívidas externas argentinas (1824-1890).....	106
Quadro 4 – Saldo da Balança Comercial (FOB) do Império do Brasil, de 1822 a 1889 (em mil libras esterlinas).....	107

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 - GUERRA, MOEDA E DÍVIDA PÚBLICA NA FORMAÇÃO DOS ESTADOS	18
1.1 O CASO EUROPEU: O DESPONTAR DO PRIMEIRO IMPÉRIO MUNDIAL.....	18
1.1.1 A moeda	18
1.1.2 A dívida pública.....	22
1.2 A EXPANSÃO INGLESA E A FORMAÇÃO DOS ESTADOS SUL-AMERICANOS	26
1.3 A IMPORTÂNCIA GEOPOLÍTICA DO RIO DA PRATA E OS CONFLITOS EM TORNO DE SEU CONTROLE	32
2 - INDEPENDÊNCIA E ENDIVIDAMENTO: A INSERÇÃO DA AMÉRICA LATINA INDEPENDENTE NAS FINANÇAS INTERNACIONAIS	37
2.1 A DÍVIDA LATINO-AMERICANA NA BOLHA ESPECULATIVA DE 1822-1825..	39
2.2 A GUERRA DA CISPLATINA E O CASO BRASILEIRO NA CRISE DA DÍVIDA LATINO-AMERICANA NO INÍCIO DO SÉCULO XIX.....	48
3 - DA GUERRA GRANDE À GUERRA DO PARAGUAI: AUGE E DECLÍNIO DO PODER IMPERIAL NA BACIA DO RIO DA PRATA	57
3.1 A REVOLUÇÃO FARROUPILHA E A DÍVIDA PÚBLICA EXTERNA DO PERÍODO REGENCIAL	58
3.2 O RETORNO DO IMPÉRIO AOS CONFLITOS PLATENSES: A GUERRA GRANDE E O BRASIL COMO CREDOR.....	64
3.3 OS CONFLITOS INTERNOS E A GUERRA DO PARAGUAI: O AUGE E A QUEDA DA HEGEMONIA IMPERIAL NA BACIA DO PRATA	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
BIBLIOGRAFIA	98
ANEXOS	104

INTRODUÇÃO

O endividamento público pode ocorrer por inúmeros motivos, dependendo muitas vezes da posição hierárquica que o país ocupa dentro do sistema. A dívida pública pode ser interna ou externa, e pode ocorrer em diferentes proporções. Se pública interna, depende de no mínimo um sistema financeiro bem estruturado. Se a dívida for externa, o país ou instituição credora passa a ter vantagens sobre o devedor, podendo impor-lhe políticas econômicas visando à quitação do débito. E ainda, se a analisamos desde sua origem, chegamos à formação do atual sistema interestatal, em que a dívida pública foi um elemento crucial para a guerra e sua preparação, sendo estas os motores do processo de expansão e formação dos Estados, por serem elas o mecanismo com o qual se conquista e se acumula, se defende e se protege o maior objetivo das unidades soberanas: o poder.

É um distinto modo de analisar o endividamento público. Tratar a dívida como um instrumento de poder nos leva a considerar outros acontecimentos ao longo da história, que vão além dos dados econômicos nos quais as análises geralmente se baseiam. E o contexto e os desdobramentos da crise de 2008/2009 eram muito ricos para tanto: a crise financeira desencadeara uma crise da dívida, sobretudo nos países Europeus, tendo a Grécia como protagonista². Assim iniciaram nossas primeiras reflexões sobre o tema: a dívida como objeto, e o poder como abordagem, tendo ingressado no Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional (PEPI) com um projeto que relacionava dívida pública à soberania. Isso porque as soluções à crise grega eram impostas naquele contexto pelas potências mundiais, como os Estados Unidos da América (EUA), através do Fundo Monetário Internacional (FMI), e a Alemanha, por meio da União Europeia, com as políticas mais ortodoxas, como corte de gastos e consequente aumento de superávit, trazendo sérios prejuízos às políticas públicas gregas.

Diante desta situação, a soberania grega parecia estar ameaçada, já que o interesse financeiro do pagamento da dívida era colocado acima dos interesses e necessidades de sua população. Nesse sentido, os questionamentos ficavam em torno do conflito entre a submissão e a soberania de um país endividado. Por que os

² Segundo o relatório do gabinete de estatísticas da União Europeia, divulgado em julho de 2012, no primeiro trimestre de 2012, a dívida pública da Grécia atingiu 132.4% do PIB, na Itália, 123.3%, e em Portugal 111.7% (EUROSTAT PRESS OFFICE, 2012).

credores conseguiam impor tantas condicionalidades, e o que fazia um governo acatar essas imposições em detrimento das políticas e gastos de seu próprio povo?

Já ao longo do mestrado o projeto foi ganhando outras questões, e tomando outros direcionamentos. Os olhares voltaram-se aos anos 1970 e 1980 do século XX, naquele momento em que os EUA e o dólar pareciam entrar em uma crise terminal, levando o mundo e principalmente a América Latina a uma das maiores crises econômicas e financeiras da história. Buscou-se compreender a crise da dívida na América Latina no contexto da montagem do sistema monetário mundial do dólar flexível, concluindo que a crise da dívida dos países latino-americanos foi crucial na montagem desse sistema, ao criar oportunidade e legitimidade para o desenvolvimento do neoliberalismo, a ideologia que deu base ao novo sistema e que permanece vigente através das políticas de superávit fiscal, por exemplo, ou mesmo de ajustamento, sobretudo nos momentos de crise nos países periféricos que necessitam do financiamento do FMI.

Entretanto, apesar da vulnerabilidade a que se submetem, os países periféricos necessitam do crédito, sendo este indispensável ao seu próprio desenvolvimento e inserção no sistema. O processo de endividamento dos países, sendo interno ou externo, faz parte do desenvolvimento do sistema financeiro internacional, como uma forma segura de acumulação de capital. Ao contrário das empresas e do investimento produtivo, os países não podem simplesmente declarar falência. Os países emitem sua própria moeda, arrecadam tributos, e podem pagar suas dívidas de uma forma ou de outra. Mas, não sendo um país que emita uma moeda de curso mundial, geralmente esse pagamento em tempos de crise depende de redução de gastos governamentais, agravando os quadros de recessão e desemprego. A dívida pública seria assim um instrumento de poder, não só dos países centrais sobre os periféricos, mas também muitas vezes do sistema financeiro sobre a soberania nacional.

Mas, no caso da América Latina, quando essa submissão teria iniciado? Foi preciso voltar ainda mais no tempo: se a ideia era falar de soberania, precisava começar no início do século XIX. Precisava começar pelo primeiro passo para a conquista da soberania desses países: seu processo de independência. Foi nesse contexto, ainda nos anos de 1820, que ocorreu a primeira crise da dívida latino-americana. Esses países mal haviam se libertado de suas metrópoles, e já se submetiam ao jugo do sistema financeiro que se formava e se expandia mundo

afora. A Inglaterra dava seus primeiros passos para expansão da libra para fora da Europa: foi a América Latina o primeiro destino para empréstimos nominados em libras a países não europeus.

Sendo assim, ao focar o objeto de estudo no caso brasileiro, foi possível chegar à seguinte questão: no início do século XIX, como a Grã-Bretanha conseguiu submeter o recém-criado Império Brasileiro ao endividamento externo, em prol de sua estratégia de expansão de poder através do mecanismo financeiro? O Brasil é devedor nesse sistema interestatal desde seu nascimento enquanto Estado independente, e há diversos estudos sobre essa condição, ao longo de todo período de sua existência. Marcelo de Paiva Abreu³, por exemplo, concluiu que o Brasil foi o melhor pagador de dívida externa dentre os países latino-americanos. Segundo sua análise, que calcula as taxas de retorno de todos os empréstimos externos brasileiros e compara às aplicações financeiras contrafactuais em títulos públicos dos países credores, o desempenho dos títulos dos empréstimos brasileiros em libras teria sido superior ao dos contrafactuais. A característica de “bom pagador” do país aparece sobretudo no século XIX, quando segundo Abreu, o Brasil foi o único país de todos os demais países latino-americanos que não suspendeu o pagamento do serviço de sua dívida externa, desde o lançamento do primeiro empréstimo, em 1824, até o início do primeiro *funding loan* em 1898.

Outros autores serviram também como fonte a Paiva Abreu (1999), como Gustavo Barroso⁴, Jacob Cavalcanti⁵ e Castro Carreira⁶, que fazem cada um a seu modo, o histórico do endividamento brasileiro durante todo o Império, levantando dados como datas, contratos, valores, custos e juros, mostrando o quão custoso saía para o país cada empréstimo tomado. No caso de Barroso (1989), um dos escritores com mais obras publicadas em todo país, sua análise do endividamento brasileiro deve ser lido no contexto da ascensão do nazismo e do antissemitismo: o autor era declaradamente antissemita. Para ele, a independência do Brasil em 1822 fora parcial: representou a libertação de Portugal, mas a submissão à Inglaterra através dos tratados comerciais, e aos Rothschilds através dos empréstimos que

³ ABREU, Marcelo Paiva de. **Brasil, 1824-1957: bom ou mau pagador**. Rio de Janeiro: Departamento de Economia - PUC-Rio, 1999.

⁴ BARROSO, Gustavo. **Brasil Colônia de Banqueiros: História dos empréstimos de 1824 a 1934**. Porto Alegre: Revisão Editora Ltda., 1989. 3ª Reedição.

⁵ CAVALCANTI, Jacob. **Histórico da Dívida Externa Federal**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1923.

⁶ CARREIRA, Liberato de Castro. **História financeira e orçamentária do Império do Brasil desde a sua fundação**: Precedida de alguns apontamentos acerca da sua Independência. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

segundo Barroso (1989), transformou o Brasil em uma “colônia do supercapitalismo internacional”.

Já o trabalho de Jacob Cavalcanti (1923) tem um teor bastante distinto do de Barroso. Cavalcanti era na época funcionário público do Tesouro Nacional, e desenvolveu o trabalho a pedido do Ministro dos Negócios da Fazenda, Homero Baptista, em comemoração ao centenário da independência política brasileira. Fazendo um histórico das dívidas externas contraídas pelo país de 1822 a 1922, o autor levanta no final do trabalho uma interessante discussão sobre o papel do crédito externo nas nações a partir do século XIX. Ele analisou um debate entre os que defendiam que empréstimos estatais deviam ser pedidos apenas em casos de extrema necessidade, e os que defendiam que o aumento do endividamento dos países ao longo do século XIX, teria ocorrido em resposta à tendência de aumento dos gastos públicos com objetivo de tentar alcançar ao máximo os progressos materiais das nações mais desenvolvidas. Isso explica porque pequenas nações como a Noruega e a Suíça contraíram tão altas dívidas no final do século XIX. O autor supracitado conclui que a um país novo como o Brasil não restaria alternativa para seu desenvolvimento se não o endividamento⁷, ainda que, citando Say, defenda que não se deve fazer com este recurso o que é “útil”, e sim o que é “útil e possível” do ponto de vista dos recursos disponíveis no Tesouro.

Os autores brasileiros citados acima tiveram um importante precedente em seus estudos: o trabalho de Castro Carreira, Senador do Império do Brasil de 1882 até a Proclamação da República. Ele organizou uma extensa fonte de dados e documentação reunida no intitulado “História Financeira e Orçamentária do Império do Brasil desde a sua fundação”. Todos esses trabalhos enfatizam o quanto o Brasil pagou caro por cada empréstimo, e o quanto os banqueiros britânicos se beneficiaram do capital que fluía dos cofres públicos brasileiros para a Inglaterra. Mas há um outro lado pouco comentado nessa literatura a que vinha me atendo: o Império do Brasil não foi apenas devedor, mas também credor ao longo do século XIX. E neste ponto, especificamente, é que a reviravolta começa. Quando passamos a estudar o papel do Brasil como credor, percebemos que apesar da dependência

⁷ “O Brasil, país novo, em franco progresso, com enorme extensão territorial, onde ainda não há grandes fortunas, terá fatalmente de recorrer ao dinheiro estrangeiro para acudir as necessidades que o seu desenvolvimento proclama.” (CAVALCANTI, 1923, p. 147). Como exemplo dessas necessidades, o autor cita as estradas de ferro, organização de exército e marinha eficientes para defesa do território, obras de portos e saneamento.

financeira do capital britânico, o país não se submeteu a todas às políticas e determinações dos ingleses, como me parecia à primeira vista. E um dos maiores exemplos disso, é o desenrolar dos acontecimentos nos conflitos geopolíticos em torno do Rio da Prata. O desenrolar desses conflitos no século XIX mostra como a região da Bacia do Prata, que integra parte dos territórios da Argentina, do Brasil, do Uruguai, da Bolívia e a totalidade do Paraguai, possuía uma dinâmica geopolítica própria, apesar dos interesses e influências inglesas, e europeus em geral. Ou seja, é impossível explicar as guerras na região apenas através dos interesses britânicos, assim como o endividamento externo.

Para unir os papéis de devedor e de credor do Império do Brasil, a linha não é a Grã-Bretanha, e sim a dinâmica da geopolítica regional. Logo, é impossível também analisar o endividamento latino-americano apenas através da imposição britânica. Seria um erro supor que “a Grã-Bretanha conseguiu submeter o recém-criado Império Brasileiro ao endividamento externo”, porque a ideia de submissão esconde a dinâmica própria dos conflitos regionais, como os da Bacia do Rio da Prata, que criavam nesses países a necessidade de capital. É inegável que a Inglaterra tenha conseguido criar na região um espaço de supremacia monetária e financeira no século XIX, através da Libra, mas como explicar nesse contexto que um país como o Brasil tenha conseguido também endividar alguns Estados vizinhos em sua própria moeda, o patacão? Como o Império do Brasil, ao longo de todo seu período de dependência financeira da Grã-Bretanha, conseguiu se sobressair aos seus vizinhos, endividando-os em sua própria moeda? Como conseguiu conciliar o papel de devedor no sistema mundial e credor no âmbito regional?

O que pretendemos discutir neste trabalho, é que apesar da escala bastante menor da disputa por espaço financeiro brasileiro quando comparado ao jogo das grandes potências, esse jogo existiu. O Império do Brasil não se transformou através da guerra e da dívida em um império mundial; não envolveu grandes somas de capital e muito menos permitiu a expansão do déficit na balança de pagamentos sem comprometer sua economia. Mas, ainda assim, o Império do Brasil conseguiu expandir seus interesses através de sua moeda, conseguindo impô-la aos países do Prata, sendo ela de referência para algumas transações. Foi um dos fatores que ajudou a consolidar a supremacia brasileira até pelo menos a Guerra do Paraguai, quando a balança de poder no Prata se moveu em favor da Argentina. O papel do Império do Brasil nesta região é interessante para discutir os jogos regionais que

funcionam dentro da disputa global por mais poder. É perceber que apesar de submissos às políticas e finanças europeias, os países do Prata possuíam seu próprio jogo, em que o Império do Brasil, o mais poderoso da região, pôde inclusive desafiar as imposições das grandes potências, ainda que nunca deixasse de depender delas, ou chegasse perto de atingi-las e muito menos superá-las globalmente.

A pesquisa tem então uma natureza histórica, baseada em trabalhos, fontes e dados já desenvolvidos e apresentados por diversos autores, mas que pretende uma análise e uma perspectiva distinta, entendendo a dívida pública como um instrumento de poder, e percebendo nos conflitos em que o Império do Brasil se envolveu, estratégias que fazem parte dessa disputa no âmbito da Bacia do Rio da Prata. Assim, une-se a análise dos empréstimos aos conflitos geopolíticos. Precisaremos então, primeiramente voltar no tempo e entender o nascimento da dívida pública no contexto da formação do sistema interestatal, para compreender como a combinação entre a guerra, a moeda e a dívida pública tiveram consequências distintas, quando tratamos da história dos países europeus e dos latino-americanos. Assim poderemos pensar na diferença entre o papel da Grã-Bretanha como credora no sistema interestatal, e do Império do Brasil no âmbito regional.

Para tanto, trataremos no primeiro capítulo de fazer uma discussão mais teórica acerca desses conceitos, já inserindo posteriormente a América Latina e a Bacia do Rio da Prata, que herdaram seus conflitos em torno do “*Mar dulce*” já de seus colonizadores europeus. No segundo capítulo, trataremos dos processos independentistas na América Latina, e a inserção desses novos países ao jogo das finanças internacionais através do endividamento público externo. A independência do Uruguai, também será tratada neste capítulo, foi conquistada mediante a Guerra da Cisplatina: primeira guerra entre os países independentes e a última guerra travada com as lógicas ainda coloniais. No terceiro e último capítulo, trataremos da Guerra Grande, em que o Império inicia seu papel de credor regional, e da Guerra do Paraguai, em que o Império vê o auge de sua hegemonia, e seu declínio no pós-guerra. Por fim, as considerações finais.

1 - GUERRA, MOEDA E DÍVIDA PÚBLICA NA FORMAÇÃO DOS ESTADOS

Como comentamos na introdução deste trabalho, utilizaremos em nossa análise uma distinta perspectiva para pensar a dívida pública externa brasileira ao longo do século XIX: através da Teoria do Poder Global, buscaremos compreender a dívida pública como um instrumento de poder. Neste primeiro capítulo, portanto, partiremos da formação dos estados europeus e do “sistema mundial moderno”, para assimilar como a guerra, a moeda e a dívida pública foram fundamentais para o despontar do primeiro império mundial: o Império Britânico. Feito isso, poderemos entender a expansão britânica para a América Latina e a formação desses novos Estados baixo a nova organização mundial que resultaria do fim das guerras napoleônicas. E por fim, nossa discussão irá inserir a Bacia do Prata no contexto de nossa análise, percebendo o jogo intrínseco a essa região, jogo esse que herdado dos Estados europeus que dominaram a região, foi ganhando uma dinâmica própria após a independência da América do Sul.

1.1 O CASO EUROPEU: O DESPONTAR DO PRIMEIRO IMPÉRIO MUNDIAL

1.1.1 A moeda

A formação do sistema mundial foi pensada por inúmeros autores e explicada através de distintas teorias. Segundo a Teoria do Poder Global que vem sendo pensada e desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa Poder Global, liderado pelo professor José Luís Fiori⁸, o atual sistema interestatal teria nascido na Europa no “longo século XIII”, entre 1150 e 1350. Neste período, as invasões mongóis, o expansionismo das Cruzadas e a intensificação das guerras internas na península ibérica, no norte da França e na Itália, teriam causado uma maior pressão competitiva na Europa. Neste contexto teria surgido então o primeiro sistema europeu de “guerras e trocas”, que na perspectiva do poder global, tem o poder político como originário, e não o “jogo das trocas”, como defendeu Fernand Braudel. Isso porque é o poder político dos soberanos que conduz à busca pela conquista e acumulação de poder, e é esse poder que permite captar recursos através da

⁸ GRUPO DE PESQUISA PODER GLOBAL. Apresentação: Algumas palavras de esclarecimento teórico. Disponível em: <<http://www.poderglobal.net/>>. Acesso em: 20 jan. 2014

produção do excedente e tributos (FIORI, 2007). A originalidade está, portanto, na combinação entre a “necessidade de conquista” e a “necessidade do lucro” que passou a mover o sistema (FIORI, 2007).

Daí em diante em uma segunda “explosão expansiva” no “longo século XVI”, entre 1450 e 1650, o expansionismo do Império Otomano e do Império Habsburgo, e as guerras da Espanha contra a França, Países Baixos e Inglaterra causaram o aumento da pressão competitiva do sistema. Foi o período da expansão para a América, e também a fase em que se consolidaram as unidades de análise que mais nos interessam: os Estados-economias nacionais. Esses Estados, inventados pelos europeus, se transformaram em grandes “máquinas de acumulação de poder e riqueza” (FIORI, 2007, p. 27). Eram poderes ainda maiores que o período anterior, tanto econômica quanto belicamente, que permitiram a expansão desse sistema para fora da Europa dando origem ao atual sistema mundial moderno (FIORI, 2007).

E apenas posteriormente, no “longo século XIX”, entre 1790 e 1914, foi que se formaram também os Estados latino-americanos, que foram inclusive um dos impulsionadores dessa “explosão”. Além disso, os demais impulsos vieram do expansionismo da França e da Inglaterra para dentro e fora da Europa e do surgimento de mais três potências no sistema: Estados Unidos, Alemanha e Japão. Uma “corrida imperialista” entre as grandes potências incluiria ainda a África e a Ásia nas fronteiras coloniais do sistema. E a quarta e última “explosão expansiva”, que está em curso desde a década de 1970, é causada segundo a hipótese da Teoria do Poder Global, pela estratégia de expansão dos Estados Unidos, aumento do número de Estados soberanos, e o crescimento do poder e da riqueza da China e da Ásia.

Nesse processo de formação do Sistema Interestatal Capitalista, algumas categorias recebem maior atenção nesta nossa análise, e são fundamentais para pensarmos posteriormente no nascimento dos Estados latino-americanos: poder e guerra, dinheiro e dívida. Como a combinação e a forma que esses fatores assumiram na Europa determinaram o desenvolvimento de seus Estados-economias nacionais? E qual a diferença da América Latina quando se trata dessa combinação? Voltemos à Europa. A guerra tornara-se um perigo iminente no longo século XIII europeu, exercendo uma pressão permanente sobre os Estados, sendo estes pequenos territórios competitivos entre si⁹. Era a guerra a principal atividade

⁹ FIORI, José Luis; MEDEIROS, Carlos; SERRANO, Franklin. **O mito do colapso do poder americano**. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

de todos os príncipes: se não gastassem com guerra ofensiva, o que só seria permitido, segundo Petty¹⁰, aos governantes que tivessem receitas suficientes para sua condução, seria gasto com estratégias de defesa¹¹. E qual a fonte dessas receitas do príncipe? A principal fonte era a tributação que abarcava todo seu território: era ela que permitia a captação de recursos econômicos para serem gastos com as guerras, visando sempre à expansão de poder. De forma que quanto mais território e população um soberano tivesse, mais ele poderia arrecadar com tributos, e mais recursos ele teria para buscar mais poder através de guerras e conquistas¹².

Conforme o sistema foi se desenvolvendo e os Estados se formando, as dimensões e os custos de guerra foram se tornando cada vez maiores, exigindo uma expansão dos tributos. O aumento da tributação, por sua vez, exigiria da sociedade o crescimento da produção e da produtividade, tornando a monetização da economia um processo indispensável. Assim, a moeda teria surgido não como meio de troca, mas como unidade de conta: era a moeda a forma com que o soberano cobrava os tributos. A partir disso, sendo a moeda o meio de liquidar as contas com o Estado, é que a mesma passou a ser utilizada também como meio para pagamento de dívida, para acumulação, facilitando ainda as trocas de excedente e dando maior autonomia aos mercados. A criação da moeda permitiu a multiplicação do dinheiro pelo dinheiro longe da esfera da produção através da arbitragem do câmbio, o que está na origem do capital e do capitalismo.

Através da moeda, de sua emissão e de seu controle exclusivo pelo Estado, este consegue os recursos e o crédito necessários para expansão de seu poder através da guerra e da conquista de novos territórios. Moedas são então nacionais por definição, dependem da criação e mediação pelo Estado Nacional, e como vimos, surgiram antes mesmo dos mercados. Sua função seria primeiramente a de unidade de conta que o Estado impõe para pagamento dos tributos¹³, sendo, portanto, uma contrapartida à tributação. Nunca existiu uma moeda que fosse apenas internacional, porque a competição interestatal sempre impediu que isso

¹⁰ PETTY, William. Tratado dos Impostos e Contribuições. In: PETTY, William. **Obras Econômicas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 1-12. Coleção Os Economistas.

¹¹ "Foi a guerra que teceu a rede europeia de estados nacionais, e a preparação para a guerra foi que obrigou a criação das estruturas internas dos estados situados dentro dessa rede." (TILLY, 1993 apud FIORI, 2004).

¹² "O tributo, em qualquer uma de suas formas, foi sempre um ato de força fundamental para a reprodução do poder do soberano sobre certo território e sua população" (FIORI, 2007, p. 19).

¹³ Contradizendo assim as análises da economia neoclássica, em que a moeda surgiria tendo como principal função o meio de troca.

ocorresse. Ao longo da história cada Estado manteve seu próprio sistema monetário, e cada soberano deveria tentar ao máximo manter a pureza metálica de suas moedas para facilitar as trocas no mercado internacional, que tinha o metal como unidade de medida, como em um sistema de escambo (METRI, 2009). E se essa infinidade de moedas e títulos públicos e privados era transacionada em vários mercados financeiros, o poder que o Estado detinha de determinar o valor de sua moeda externamente era mínimo, justamente porque no exterior uma moeda nacional aparecia como uma mercadoria cotada.

Chegamos então a um conceito fundamental para nosso trabalho: consideramos, portanto, que a moeda é a unidade de conta que o Estado proclama e é seu reconhecimento que a torna válida, o que Knapp chamou de “validade por proclamação” (METRI, 2009). Neste sentido, para que uma moeda seja aceita no sistema interestatal e utilizada como referência internacional, é necessário que o país emissor tenha Poder tamanho que domine os mais relevantes mercados internacionais e endivide o mundo em sua moeda. É o que nos ajuda a entender, como a libra esterlina se tornou a moeda mundial ao longo do século XIX. Esses são os preceitos da Teoria Estatal da Moeda, ou Cartalismo. Segundo esta teoria, pensada por Georg Friedrich Knapp (1905), e posteriormente Mitchell Innes (1913), a moeda expressa uma relação de crédito. Para que o Estado possa impor uma unidade de conta para o pagamento de tributos, é necessário que esse meio de pagamento seja posto em circulação. Tendo isso em vista, o Estado paga suas compras com essa moeda, e recebe-as de volta através dos impostos. É sempre uma relação de crédito, porque a emissão de moeda exprime a perspectiva de o Estado utilizar antes a receita que ele vai adquirir depois através dos impostos, e como esse meio é ele quem emite, se reconhece que seus créditos sempre podem ser liquidados. Segundo Innes, “Dinheiro, portanto, é crédito e nada além de crédito. O dinheiro de A é dívida do B para com ele, e quando B paga sua dívida, o dinheiro de A desaparece. Esta é toda a teoria do dinheiro” ¹⁴ [tradução própria] (INNES, 1913 apud METRI, 2014, p. 42).

¹⁴ “Money, then, is credit and nothing but credit. A’s money is B’s debt to him, and when B pays his debt, A’s money disappears. This is the whole theory of money”.

1.1.2 A dívida pública

No longo século XIII, na Europa, a articulação entre guerras e tributação, comércio e moedas, ganhou um caráter particular. A expansão territorial dos Estados através das guerras possibilitou o alargamento de seus espaços monetários, ou seja, permitiu a imposição de sua moeda para os povos conquistados, e assim a expansão de sua arrecadação tributária. Ainda assim, as guerras estavam se tornando cada vez maiores e mais caras, exigindo ainda mais recursos, que nem sempre poderiam ser supridos apenas com os impostos. Além disso, no estourar de uma guerra e dependendo da duração que ela teria, o capital acumulado se tornava muitas vezes insuficiente para cobrir todos os gastos de guerra. Dessa necessidade de levantar capital rapidamente por parte dos soberanos, “comerciantes-banqueiros” europeus descobriram nos empréstimos a oportunidade de multiplicar seu dinheiro. Foi o que caracterizou a associação entre as necessidades dos príncipes e os interesses dos banqueiros, consolidando a relação entre o poder e o dinheiro (FIORI, 2005).

Tal relação foi essencial para a origem dos modernos instrumentos financeiros, como a dívida pública e o papel moeda, que eram utilizados desde pelo menos o século XII, com a emissão de títulos municipais pelo governo veneziano que necessitava de dinheiro urgentemente para fins militares. Segundo David Graeber (2014), com o governo veneziano impondo empréstimos obrigatórios a seus contribuintes e prometendo uma taxa de juros para esses empréstimos, permitiu-se que os títulos fossem usados em transações e que se criasse um mercado de dívida governamental. Essa prática foi se tornando conhecida e sendo utilizada em outras cidades italianas, chegando também às Províncias Unidas da Holanda, que conseguiram com empréstimos obrigatórios e voluntários vencer a guerra contra os Habsburgo (1568-1648). As Províncias Unidas foram pioneiras ao criarem um sistema de dívida pública nacional, financiado através da bolsa de valores com títulos de longo prazo, e instituições como o Amsterdam Wisselbank, um precursor do moderno Banco Central, permitindo o desenvolvimento de um sistema organizado de crédito e bancos (FERGUSON, 2010).

Na Inglaterra esse sistema passou a ser utilizado em uma escala ainda maior. Com o advento da Revolução Gloriosa, a fusão financeira entre a Holanda e a Inglaterra permitiu a importação do sistema da dívida pública pelos ingleses,

acontecimento relevante para que posteriormente a libra se tornasse a primeira moeda de circulação internacional. Depois da ocupação da República de Batávia – que incluía a atual Holanda – pela França Revolucionária em 1795, o centro financeiro da Europa deslocou-se de Amsterdã para Londres de forma definitiva. Segundo P. G. M. Dickson (1971), neste momento em que as finanças inglesas estavam se consolidando e se expandindo, era o tempo em que a capacidade financeira era o principal fator restritivo das guerras: determinava sua duração e sua intensidade. Percebe-se, portanto, como a guerra e a busca pelo poder engendraram um processo de acumulação de territórios e riquezas, que se multiplicava ainda mais através das relações de endividamento do Estado vencedor, fazendo da dívida pública uma “arma de guerra” para este Estado (FIORI, 2004).

As inovações das finanças públicas na City de Londres que se desenvolveram entre as últimas décadas do século XVII e início do XVIII ocorreram no contexto de grandes avanços técnicos na cidade. Foram surgindo e se expandindo novas parcerias bancárias, possibilitando a criação de seguros marítimos, seguros de vida, de incêndio. O mercado de títulos do governo se expandia, e as instituições que iam sendo criadas caracterizavam as primeiras etapas de uma revolução financeira (DICKSON, 1971). Dentre essas instituições a criação mais importante é o Banco da Inglaterra¹⁵. Para Graeber (2014), apenas a partir desse Banco é que se pode falar em papel moeda, já que diferentemente dos papéis que circulavam anteriormente, este não representava uma dívida com o rei, e sim uma dívida do rei. Era algo inverso ao que ocorria às formas de dinheiro mais primitivas: já não eram títulos da dívida pública, ainda que estivessem também fundados na dívida de guerra do rei.

El Banco de Inglaterra lo creó un consorcio de cuarenta mercaderes de Londres y Edimburgo, la mayoría ya acreedores de la Corona, cuando ofreció al rey Guillermo III un préstamo de 1,2 millones de libras para financiar su guerra contra Francia. Al hacerlo, también lo convencieron de permitirles, a cambio, fundar una corporación con monopolio para la emisión de billetes, que eran, en realidad, letras de cambio por el valor de lo que el rey les debía. Éste fue el primer banco central independiente, y se convirtió en cámara de compensación para liquidar las deudas entre otros bancos más pequeños; los billetes pronto se convirtieron en el primer papel moneda europeo (GRAEBER, 2014, p. 368).

¹⁵ “[...] in view of its services to the stability of public finance and the improvement of public borrowing from the year of its foundation, it is hard to resist the conclusion that no institution contributed more to the stability of the Revolution settlement or underwrote more effectively the liberties that Englishmen enjoyed during the eighteenth century.” (DICKSON, 1971, p. 289).

A Inglaterra foi então pioneira ao unir os interesses políticos aos econômicos, dando à relação de poder e dinheiro o caráter de “interesse nacional”, de força tamanha que possibilitou grande avanço na busca pela hegemonia mundial (FIORI, 2005). Segundo Tilly (1996), na combinação de coerção¹⁶ e capital na formação dos estados europeus, a Inglaterra está incluída no grupo de países que seguiu uma trajetória de “coerção capitalizada”, ou seja, que “despenderam muito mais esforço, do que seus vizinhos detentores de capital abundante, na incorporação dos capitalistas e das fontes de capital diretamente às estruturas de seus estados.” Nesse sentido, detentores de capital e detentores de coerção interagiam relativamente em igualdade, permitindo que seus estados nacionais surgissem e se desenvolvessem plenamente antes que os demais países (TILLY, 1996 p. 81).

O desenvolvimento financeiro inglês junto a seu poder coercitivo permitiu-lhe montar seu império e aumentar sua capacidade de tributação. Assim, pôde expandir ainda mais sua dívida pública e torná-la uma forma de tributação direta de seu império, um instrumento de acumulação de poder e de riqueza nacional. Suas colônias, a conquista das vias marítimas e o desenvolvimento da diplomacia, capaz de impor comércios que lhe eram favoráveis, foram outros fatores fundamentais nesse processo. E, considerando as moedas nacionais como elementos essencialmente competitivos e hierárquicos, o poder inglês que tinha no desenvolvimento de suas finanças mais um impulso, pôde expandir sua esfera de influência monetária para além de seu território.

Podemos compreender então, como na formação de um padrão monetário internacional, a hierarquia das moedas expressa a hierarquia de poder dentro do sistema interestatal, e as relações de força e dependência de um poder político com relação a outro (KNAPP, 2003 apud METRI, 2009). “Os Estados Nacionais com maior relevância geopolítica possuem moedas que gozam de maior aceitação no sistema econômico internacional, tanto nas transações comerciais, quanto nas financeiras” (CRESPO, CARDOSO, 2010, p. 13). É o poder que move o sistema, que torna a guerra e a preparação para a guerra atividades “crônicas” no sistema, que faz a capacidade de tributação essencial. É o que estimulou o crescimento do

¹⁶ “Coerção é toda aplicação combinada – ameaçada ou real – de uma ação que comumente causa perda ou dano às pessoas ou às posses de indivíduos ou grupos, os quais estão conscientes tanto da ação quanto do possível dano” (TILLY, 1996. p. 67).

excedente, e fez do crédito a soberanos, e posteriormente da dívida pública, um meio de multiplicar o dinheiro pelo próprio dinheiro (FIORI, 2007). O jogo da dívida esconde, portanto, a busca pelo espaço de supremacia monetária. Ter a moeda de referência mundial permite déficits na própria balança de pagamentos praticamente de qualquer tamanho, e ainda determinar unilateralmente a taxa de juros mundial, o que só ocorreu duas vezes ao longo de toda a história do sistema interestatal: com a Inglaterra, e com os Estados Unidos (SERRANO, 2002). Com isso, esses dois países, e apenas eles, conseguiram montar sistemas monetários mundiais: primeiramente a Inglaterra, com o sistema baseado na libra, e posteriormente os Estados Unidos, que atualmente ainda dominam o mundo com o dólar.

Com a criação de títulos públicos e, conseqüentemente, a internacionalização do capital financeiro, os dois países anglo-saxões, puderam através de suas moedas, coordenar a expansão capitalista, funcionando como as “locomotivas da economia mundial” (CRESPINO; CARDOSO, 2010, p. 3). As dívidas desses países funcionavam de forma a expandir suas moedas e seu poder, enquanto que nos países que não se encontram no centro dinâmico do sistema, a dívida pública os submete aos interesses e confiança dos credores, apesar de ser muitas vezes indispensável ao seu próprio desenvolvimento e inserção no sistema. Neste último caso, “os meios coercitivos e o capital surgem onde os mesmos objetos estão a serviço da exploração e da dominação” (TILLY, 1996, p. 67).

O que pretendemos neste tópico foi esclarecer nossa concepção teórica acerca de algumas categorias que serão fundamentais neste trabalho. Compreender a busca pelo poder como o componente que move o sistema e a guerra como sua atividade crônica, assim como considerar a moeda e a dívida pública como instrumentos do poder, nos leva a distinta compreensão acerca do endividamento público brasileiro. Entretanto, vimos até aqui, como esse sistema da dívida pública e como a combinação entre esses componentes se desenvolveram nos países europeus que lideram o sistema interestatal capitalista. Precisamos agora pensar em como poder, guerra, moeda e dívida pública se combinam nos países que nasceram quando este sistema interestatal já estava formado: os países latino-americanos. Sendo assim, discutiremos no próximo tópico a expansão inglesa e a formação dos estados latino-americanos.

1.2 A EXPANSÃO INGLESA E A FORMAÇÃO DOS ESTADOS SUL-AMERICANOS

Segundo Metri (2011), foi justamente entre os conflitos ocorridos entre a chamada Revolução Gloriosa Inglesa de 1689 e as Guerras Napoleônicas encerradas em 1815, que foram dados os mais decisivos passos para a internacionalização da libra esterlina. Esses passos, aliados à imposição da Inglaterra como maior poder militar do mundo e maior potência naval, permitiram as conquistas territoriais que a levariam a formar um Império que controlava quase um quarto de todo o território terrestre do planeta. Alguns desses passos foram dados sobre a América Latina, seja enquanto colônia, em que os acordos comerciais com a metrópole permitiam o escoamento da riqueza em favor dos ingleses, seja enquanto estados independentes, em que empréstimos seriam uma nova forma de fluxo de capital com destino à Europa. No que diz respeito ao período colonial, os acordos comerciais tiveram relevante papel no processo de expansão inglesa. Um deles foi a conquista através de acordo com a Espanha, do monopólio do tráfico negreiro para as colônias espanholas da América do Norte no início do século XVIII, o que já remete à ideia de que provavelmente os escravos seriam negociados em libras, aumentando a capilaridade da moeda inglesa e a dependência daquela moeda por parte das colônias espanholas (METRI, 2011).

Mas ainda mais determinante para a constituição do sistema monetário internacional fundado na libra, foi o Tratado de Methuen entre Inglaterra e Portugal em 1703. Antes desse Tratado os dois países já tinham uma relação de comércio bastante desfavorável para Portugal, que para adquirir as libras necessárias às suas importações, exportava ouro à Inglaterra. Esse ouro que provinha do Brasil aumentava as reservas inglesas, de forma que esta chegou ao fim das Guerras Napoleônicas com emissão de mais de 400 milhões de libras para seus pagamentos (METRI, 2011). Para Furtado (1980), o afluxo de ouro do Brasil para suprir sua demanda por manufaturas inglesas, já produzia pouco efeito sobre a economia portuguesa, o que dificilmente ocorreria se Portugal houvesse mantido uma política protecionista. Porém, abstendo-se dessa hipótese, o que podemos observar é que a Inglaterra encontrou na colônia portuguesa um mercado em rápida expansão, devido principalmente à economia mineira. Além de poder desenvolver suas manufaturas, os ingleses se beneficiaram do fato de que as importações do Brasil eram saldadas em ouro, possibilitando à Inglaterra “uma excepcional flexibilidade para operar no

mercado europeu” (FURTADO, 1980, p. 83). Desta forma, a Inglaterra chegou ao final do período napoleônico em fase de plena expansão financeira, com abundante liquidez e um sistema bancário com condições até mesmo para fornecer financiamento a outros países.

Antes disso, a guerra contra a França trouxe-lhe alguns desafios. O Bloqueio Continental arquitetado por Napoleão Bonaparte levou os ingleses às tentativas desesperadas de invasão em 1806 e 1807 na região do Rio da Prata, em Buenos Aires e Montevideú, com vistas às oportunidades de comércio que aquela região oferecia. Acreditavam que como a guerra estava enfraquecendo também os impérios português e espanhol, teriam apoio dos sul-americanos para acabar com o monopolismo comercial, mas foram expulsos. Entretanto, o decorrer da guerra traria diversos acontecimentos que mudariam as relações inglesas com as colônias americanas e suas metrópoles, como a aliança que Portugal e Espanha firmaram com a Inglaterra quando Napoleão passou a pressionar esses países. E as diferentes maneiras com que Espanha e Portugal lidaram com a invasão francesa, foram determinantes nos diferentes destinos que tiveram suas colônias na América. Para Ricupero (2011), Portugal enquanto “aliado e protegido da Inglaterra” possibilitou uma transição controlada para a independência, a partir da transferência da corte portuguesa escoltada pelos ingleses em 1808. Enquanto isso, a Espanha em sua “aliança desigual e subordinada com a França”, foi perdendo suas colônias a partir da “usurpação do trono e o vácuo de legitimidade” (RICUPERO, 2011, p. 116).

Neste sentido, com medo de que a França tomasse para si as possessões espanholas, a Inglaterra começou a incentivar a independência daquelas colônias, chegando até mesmo a organizar uma expedição para o novo mundo com esse fim. Mas a expedição nem chegou a sair da Europa. Com a deposição de Fernando VII, o interesse pelo apoio espanhol e a manutenção das possessões deste para auxiliar a metrópole na guerra contra a França passara a ser mais estratégica para a Inglaterra. Patriotas espanhóis na América também buscaram apoio britânico contra a França, mas ao mesmo tempo movimentações independentistas iam tomando a América hispânica. Em Buenos Aires, a Revolução de Maio destituiria o vice-rei espanhol do Vice-Reinado do Rio da Prata, substituindo-o por uma junta

governamental constituída por *criollos*¹⁷. Essa junta jurou lealdade a Fernando VII, mas negou se submeter ao Conselho de Regência. A Revolução daria início não apenas aos conflitos com a Espanha pela independência desse território, mas aos conflitos internos em que algumas províncias se recusavam a serem submetidas à Buenos Aires (BUSHNELL, 1991).

Por outro lado, a relação de quase protetorado e vassalagem entre Portugal e Inglaterra permitiu que esta tivesse mais oportunidades para o crescimento de suas vantagens comerciais e financeiras. Primeiro com a abertura dos portos, ainda em 1808. Segundo Ricupero (2011), a Inglaterra queria um porto apenas para a comercialização dos ingleses, mas a corte portuguesa querendo manter um contrapeso à dominação britânica teria feito a abertura às “nações amigas”¹⁸. Claro que, efetivamente, havia poucas nações na Europa consideradas “amigas”, já que boa parte estava sob domínio napoleônico. Além disso, era a Inglaterra a nação que neste período estava em maiores condições de aproveitar tal vantagem. Mas ainda assim, não quer dizer que a abertura tenha sido ditada por tal potência:

Longe de haver sido ditada pelos ingleses, a abertura foi por eles recebida com qualificações, uma vez que era meramente temporária a vantagem da inexistência prática de concorrência (a não ser norte-americana) enquanto durasse a guerra e o bloqueio dos portos europeus (RICUPERO, 2011, p. 124).

A abertura inicialmente igualou as tarifas cobradas aos portugueses às tarifas aos estrangeiros, o que fora um grave erro. Uns meses depois, o erro foi corrigido, diminuindo de 24% para 16% as taxas cobradas sobre as mercadorias portuguesas ou transportadas em embarcações portuguesas. Essa correção foi um motivo de protesto para os comerciantes britânicos, que queriam a vantagem absoluta. Assim a contrariedade portuguesa às estratégias inglesas não duraram muito, e já em 1810 foram assinados os chamados “Tratados Desiguais”, que dentre outras determinações, permitiam aos navios ingleses serem reparados nos portos brasileiros, concedia foro e jurisdição especial aos súditos britânicos, e dava vantagens tarifárias às mercadorias inglesas maiores do que as concedidas às mercadorias luso-brasileiras.

¹⁷ *Criollos: 1. adj. Dicho de un hijo y, en general, de un descendiente de padres europeos: Nacido en los antiguos territorios españoles de América y en algunas colonias europeas de dicho continente. Segundo o Diccionario de la lengua española (DRAE) da Real Academia Espanhola, 22ª edição.*

¹⁸ “O caráter não discriminativo é sintoma da ausência de pressão direta inglesa, pois Strangford encontrava-se temporariamente em Londres” (RICUPERO, 2011, p. 124).

Esses tratados constituíam uma séria limitação à autonomia brasileira no setor econômico no início do século XIX (FURTADO, 1980). Caldeira (2011) explica: esses tratados transformaram três problemas econômicos conjunturais em estruturais. O primeiro é que quando o governo admitiu fixar através dos tratados tarifas por prazos longos, acabou por alienar sua soberania no que diz respeito à gestão interna da economia; em segundo lugar, aceitou a exposição a uma concorrência desleal vinda dos produtos ingleses, perdendo capacidade de proteger o mercado interno e o trabalho; e, por último, baixar os valores das tarifas significava diminuição das receitas públicas no longo prazo. Como se poderia manter o ritmo de despesas nessas condições? Assim, como nos países europeus, a resposta foi a dívida pública interna, mas em uma escala muito menor, já que no Brasil Colônia era proibido ter empresas, e o crédito se restringia a esfera familiar, de forma que a relação entre as pessoas credoras e governo eram liquidadas pelos impostos (CALDEIRA, 2011). O instrumento para a dívida foi o Banco do Brasil. O problema era que ao invés de o crédito ser apenas para o Estado, acionistas privilegiados também tinham acesso aos recursos levantados.

Uma vez em marcha, a emissão não cessou. A história da política econômica da década de 1810, na falta total de opções, resumiu-se em obter um crescimento relativamente ordenado da dívida do governo, quase toda investida na simples manutenção da máquina administrativa. Nesse primeiro momento, a política de endividamento permitiu a continuidade do ciclo de alta da economia, especialmente a partir da retomada das exportações, em meados da década (CALDEIRA, 2011, p. 192).

Dado o contexto histórico, político, social e mesmo geográfico, são bastante distintas as histórias da formação dos Estados-nações no velho e no novo mundo. Os países latino-americanos não participavam da competição interestatal: os países centrais não geravam aqui nenhum tipo de reação protecionista ou de expansionismo regional, nem sua competição regional tem grande relevância em sua multiplicação da riqueza (FIORI, 2004). Segundo o mesmo autor, a maioria das colônias europeias que se tornaram independentes no início do século XIX se transformaram na verdade em “quase-estados”, já que possuíam soberania política e econômica bastante limitada:

Os estados americanos, criados no século XIX, não dispunham no momento de suas independências, de centros de poder legítimos e eficientes, nem contavam com “mercados nacionais” integrados e coerentes, até o

momento em que se transformaram em segmentos produtivos especializados da economia inglesa, em torno de 1860/70. Tampouco existia, na América, alguma coisa que se pudesse chamar de um “sistema político regional”, com estados que competissem e se completassem, como no caso do sistema europeu (Idem, p. 40).

O trabalho de Miguel Angel Centeno (2002) busca justamente analisar a relação que existe entre a guerra e o nascimento do Estado latino-americano, tentando entender como as especificidades desse continente alteraram a relação causal que existiu entre os dois fatores no caso europeu. Para Centeno, “os Estados latino-americanos tem falhado regularmente em estabelecer sua autonomia institucional; sua escala e escopo permanecem uma parte de um debate político diário; e sua legitimidade é frequentemente posta em questão”¹⁹ [tradução própria] (2002, p. 2). Além disso, esses Estados não cumprem a função de prover os serviços sociais básicos à sua população, como saúde, transportes, e educação, por exemplo. Também ao contrário do que estamos habituados a ouvir, segundo Centeno (2002) os países da América Latina não são grandes Leviatãs no que diz respeito a impostos, já que não têm capacidade para tanto e taxam muito menos suas riquezas nacionais do que comparando aos Estados europeus. Quando se trata da dívida pública, seu endividamento não funciona como uma “arma de guerra”, já que angaria seus recursos com outros países em moedas estrangeiras, e frequentemente acaba por ter de se submeter às regras dos países credores, ameaçando sua autonomia nacional (CENTENO, 2002).

Não há então como não considerar que tanto o Brasil quanto toda a América Latina teriam o desenvolvimento dos Estados de forma bastante distinta do caso europeu, com diversas especificidades: se libertaram de metrópoles coloniais europeias, mas se submeteram financeiramente a outra nação que exerceria então a hegemonia do sistema mundial moderno: a Inglaterra. Também não possuíam internamente coesão e recursos necessários para uma união entre os interesses políticos e financeiros para sustentar os novos Estados, como ocorrera com a Inglaterra. Haja vista o caso brasileiro de empréstimos internos que citamos. Logo que o país declarou sua independência, tendo os poucos recursos do Tesouro ido embora com D. João VI para Portugal, o Banco do Brasil falido, e os impostos por

¹⁹ “*Latin American states have regularly failed to establish their institutional autonomy; their scale and scope remain a part of daily political debate; and their legitimacy is often called into question*”.

receber, não haveria outra solução que não a captação de recursos através de empréstimos estrangeiros.

Por outro lado, a Inglaterra, que “se via como protetora e virtual suserana de Portugal e insistia em fazer do Brasil herdeiro do mesmo tipo de relações desiguais” (SILVA, 2011, p. 30), pôde aproveitar com essa fragilidade a continuidade de seus privilégios nestas terras. O fato de a independência ter sido declarada por um integrante da Dinastia de Bragança, o novo país ter sido governado por ele, e a monarquia ter sido mantida, contribuíram para que a colônia assumisse a responsabilidade de parte do passivo que Portugal havia contraído anteriormente para sobreviver como potência colonial, sobretudo através dos acordos comerciais e financeiros. Apesar disso, o Brasil ainda entrara tardiamente neste jogo de empréstimos estrangeiros, já que foi também um dos últimos países a declarar sua independência. Ainda nos processos independentistas, vários países latino-americanos começaram a colocar títulos da dívida pública nominados em libras esterlinas no mercado de Londres, com o intuito de financiar suas guerras de independência, as primeiras obras públicas, a montagem do aparato estatal, ou até mesmo, no caso do Brasil em 1825, para pagar indenizações aos portugueses. Assim, na década de vinte do século XIX, à América Latina foram destinados os primeiros empréstimos denominados em libra para fora da Europa. A independência latino-americana era então dependente nas finanças, na segurança, no comércio, e ainda era controlada pelo país que se tornaria o *hegemon* afim de não se criar neste continente um poder que fosse capaz de disputar a hegemonia da região.

Isso porque o primeiro e principal interesse desta grande potência era garantir o livre comércio na região, o que necessariamente envolvia complexas negociações diplomáticas com Espanha e Portugal e com as novas unidades políticas em torno do reconhecimento da independência. Para Lord Castlereagh a Inglaterra deveria se apresentar como uma nação que auxiliasse e protegesse o novo continente, e não como conquistadora, sobretudo na Bacia do Prata. Esses princípios de Castlereagh seriam endossados por Canning ao longo do século XIX, e buscavam expandir a influência inglesa, e não a dominação da região. Além de a ideologia liberal garantir esses princípios, as intervenções militares inglesas na região do Rio da Prata apresentavam intimidantes problemas logísticos, e ainda tinham forte oposição. A estratégia utilizada pela Inglaterra no nascimento dos países latino-americanos seria então de persuasão, ao invés de coerção (CAIN & HOPKINS, 2002).

Sendo assim, se este era o papel da América do Sul nas estratégias inglesas, o que a região do Rio da Prata representava neste contexto? Para entender esta questão, vejamos a seguir a importância geopolítica do rio da Prata e os conflitos em torno de seu controle.

1.3 A IMPORTÂNCIA GEOPOLÍTICA DO RIO DA PRATA E OS CONFLITOS EM TORNO DE SEU CONTROLE

A Bacia do Rio da Prata tem uma dinâmica específica. É uma região com abundância de rios navegáveis com saída para o Oceano Atlântico, que constitui um espaço naturalmente integrado e apto para o desenvolvimento do comércio interior e exterior. No início da colonização europeia, a importância estratégica desta Bacia estava relacionada principalmente ao fato de que a maior parte da Prata extraída em Potosí, na região andina, era escoada para o Atlântico através dos rios que a compõem. Vindo pelo Alto Peru até Buenos Aires, esse escoamento da prata era feito por contrabando: os portugueses usavam a saída para exportar a prata para a Europa, Brasil e África, até o início do século XVII, desafiando a soberania espanhola na região. Buenos Aires tinha então uma importância estratégica para Portugal, o que só foi percebido posteriormente pela Espanha, que acabou por fundar a cidade duas vezes. A primeira vez foi em 1536, no mesmo ano em que foi fundada Assunção, hoje capital do Paraguai. Por acreditarem que Assunção seria mais importante²⁰, Buenos Aires ficou abandonada, e só seria refundada em 1580, quando os espanhóis concluíram que seria pelo *Mar Dulce*, como chamaram o Rio da Prata, que seria a melhor saída para a prata de Potosí (o que portugueses já haviam percebido antes). “Pioneiros em todas as partes do mundo, descobridores de grandes rios, como o Amazonas, o Congo, o Zambeze, os portugueses revelaram à Europa a importância econômica do Rio da Prata” (SOARES, 1955, p. 18).

Mas no segundo quartel do século XVII, é que os conflitos entre portugueses e espanhóis pelo domínio dessa região começaram a se agravar. Com a ocupação do nordeste do Brasil pelos holandeses, que posteriormente ocuparam também Guiné e Angola, os portugueses perderam o domínio do Atlântico Sul e das feitorias na África, e em 1641, na batalha de seus bandeirantes contra os jesuítas e índios

²⁰ Buscava-se o Império do Sol. Quando descobriram que este era o Império Inca, e que portanto, já estava descoberto, os espanhóis se voltaram para Buenos Aires.

protegidos pelos espanhóis, perderam definitivamente o controle sobre Buenos Aires. Entretanto, desde o século XVII, com a instalação das Missões Jesuíticas, a região foi ganhando importância como espaço especialmente apropriado para os cultivos tradicionais dos climas temperados, a criação de gado e o povoamento baseado em imigração europeia. Em Buenos Aires, as carnes secas e salgadas e, principalmente o couro, viriam a substituir o interesse pelos metais preciosos. Essas carnes eram exportadas em sua maioria para Brasil e Cuba, como alimento para os escravos. Outro produto importante que começava a ser produzido e era de grande consumo na região, era a erva-mate, produzida no Paraguai, nas Missões e domínios jesuítas, estendendo ao longo do território de São Pedro.

Plata, cueros y yerba mate llegaron a ser la trilogía del comercio platense, plata y cueros para enriquecer y abastecer a Europa, yerba mate para desalterar a los hombres de América. Y el gran río, con su estuario abierto a todas las banderas, se burlaba de los monopolistas de España y daba la bienvenida a los hombres de todas las razas y religiones que venían a traer, en son de desafío, las mercancías que en Portobello costaban cien veces más (PUIGGRÓS, 2006, p. 39).

Portugal, para garantir seu acesso a esses produtos e fornecer outros à região, e ainda manter conexão com Potosí (tudo ainda como forma de contrabando), fundou a Colônia do Sacramento em 1680. Como o principal eixo de gravitação do sistema colonial espanhol estava no complexo Pacífico-Caribe, e por Lima é que escoava a prata (oficial), Portugal se aproveitava do Rio da Prata para fornecer mercadoria que aos platinos saía muito mais barata do que as que vinham de Lima ou de Portobello, no Caribe. E a Colônia do Sacramento foi um entreposto essencial nesse comércio, tanto que, segundo os dados de Soares (1955), 12 anos depois de sua fundação, a Colônia já deixara de ser uma aldeia e fora transformada em uma vila, com igreja, praças e residências, e chegou a possuir 1.000 habitantes e um constante crescimento devido principalmente ao contrabando. Mas, o principal interesse dos portugueses na região era mais do que o comércio, era o território em si e o controle dos rios, afinal, “o controle da margem direita e da boca do Prata aparecia como corolário natural do domínio que exerciam sobre os três formadores do grande rio: o Paraná, o Paraguai e o Uruguai” (RICUPERO, 2011, p. 129).

Assim os conflitos nessa região duraram desde o século XVII até a segunda metade do século XIX, com a posse da Colônia do Sacramento alternando entre Espanha e Portugal, e com a Inglaterra querendo tirá-las dos espanhóis, mas sem

dar o total controle à Portugal. Para a Espanha, a defesa da região representava a sobrevivência de seu sistema colonial, que era constantemente boicotado pelos portugueses e ingleses, tendo este último povo entrado na região principalmente após os acordos comerciais com Portugal a partir de 1642 (BANDEIRA, 2012). A Região do Prata foi, portanto, a região mais conflituosa entre as duas metrópoles, e a que despertava mais interesses ingleses na América do Sul. Tanto que, como já citamos anteriormente, foi nesta região que os ingleses vieram buscar alternativa para a crise que lhes causara a perda do comércio europeu, após o Bloqueio Continental imposto por Napoleão em 1806. Foi assim que Forças Britânicas que se encontravam na África do Sul, sem autorização do governo britânico, avançaram para o Rio da Prata, invadindo Buenos Aires e Montevideú em 1806 e 1807 (PADRÓS, 1996). Tal invasão causou hesitação na Grã-Bretanha: apesar de a penetração no Rio da Prata ser estratégica ao poder britânico, a devolução de Buenos Aires e Montevideú poderiam trazer maiores benefícios comerciais e diplomáticos do que mantê-las sob o jugo dos invasores (WADDELL, 1991).

Isso porque mesmo antes de serem expulsos os ingleses conquistaram Buenos Aires, e sob o comando do General Beresford modificaram as tarifas alfandegárias a favor da Inglaterra e declararam a livre navegação dos rios interiores da Bacia do Prata (PUIGGRÓS, 2006). Isso chegou a ocasionar uma invasão de produtos ingleses na região, que por serem muito mais baratos e de melhor qualidade, prejudicavam a produção local. Após a expulsão dos invasores, Buenos Aires ainda viveu uma disputa entre monopolistas (que na verdade angariavam altos lucros com o contrabando) e liberais, para decidir se deveriam ou não abrir o comércio. Nesta batalha venceram os liberais, que ainda com o espanhol Baltazar Cisneros no Conselho de Regência da colônia abriram os portos e o comércio, acabando com o exclusivo colonial mesmo antes da Revolução de Maio de 1810.

Todos esses acontecimentos, que ocorriam ao mesmo tempo em que se desenrolavam as Guerras Napoleônicas, a transferência da corte portuguesa ao Brasil e os movimentos pela independência das colônias espanholas, foram transformando os conflitos em torno da Bacia do Prata, dando um contexto diferente daquele dos tempos coloniais. A Infanta Carlota Joaquina desejava socorrer Montevideú contra a sublevação de José Gervasio Artigas na Banda Oriental, e o Conde de Linhares aconselhou o príncipe D. João VI a acatar o desejo da Infanta. A revolta ameaçava alastrar-se para o Rio Grande de São Pedro, preocupando o

governo português. Dessa forma, D. João VI não aceitaria mais manter a neutralidade nesse conflito, iniciando a ocupação da Banda Oriental em junho de 1811. Enviou o “exército pacificador da Banda Oriental” com 50 navios ao Rio da Prata, com base na justificativa de que a invasão tentava apoiar as (aliadas) forças espanholas na cidade sitiada de Montevidéu que ainda resistiam às tropas patrióticas dirigidas por Artigas. Agora os motivos já iam além dos conflitos metropolitanos entre Portugal e Espanha. Nas palavras de Moniz Bandeira:

A necessidade de arrebanhar muares e a concorrência que a pecuária e as charqueadas da Banda Oriental faziam às do Rio Grande de São Pedro, 50% menos produtivas, concorreram, naturalmente, para a invasão. Mas foi sobretudo o fator político que a precipitou. O príncipe D. João [VI], cujas tropas já haviam chegado ao Paraguai para combater as de Manuel Belgrano, receava que Montevidéu caísse em mãos de Artigas e dos contingentes de Buenos Aires, aumentando o perigo de que a “anarquia revolucionária” contaminasse o Brasil (BANDEIRA, 2012, p. 80).

A Inglaterra buscava mediar entre Buenos Aires e Cádiz para chegar a um acordo sobre a futura organização da região, e nessa conjuntura a intervenção portuguesa atrapalhava as negociações. Assim, diante da pressão inglesa, três meses depois da invasão foi proposto um armistício entre Portugal, Buenos Aires e as tropas espanholas refugiadas em Montevidéu, pelo qual o Brasil foi obrigado a sair da Banda Oriental. Porém, tendo Artigas recusado o acordo que deixava Buenos Aires como província hegemônica das Províncias Unidas, sabendo que esta tinha o objetivo de incorporar a Banda Oriental a seu território, a guerra continuaria. Artigas conseguiu expulsar os espanhóis em 1814, e posteriormente venceu as Províncias Unidas, intitulando-se chefe dos Orientais (SOARES, 1955). O Brasil seguia ameaçado pela luta artiguista e suas propostas republicanas e populares para a organização do Uruguai, que incluíam medidas consideradas radicais na época, como a reforma agrária e a abolição da escravidão.

Outro acontecimento foi considerado ameaçador para o regime monárquico e escravista da monarquia portuguesa: foi a decisão das Províncias Unidas se declararam uma república independente no Congresso de Tucumán de 9 de julho de 1816. Nesse congresso, aliás, não estavam representadas as províncias que compunham a chamada “Liga dos Povos Livres” ou “Liga Federal”, liderada pelo próprio Artigas, que se opunha à hegemonia do unitarismo portenho sobre as Províncias Unidas e se mantinha rebelde. Nesse contexto, após sondar as cortes de

Londres e Paris²¹, D. João VI decidiu enviar novamente tropas para combater Artigas em agosto de 1816 com a aprovação tácita do governo de Buenos Aires. A “Divisão de Voluntários Reais”, composta por 4.830 homens e comandada por Carlos Federico Lecor, fez incursões também nas províncias de Corrientes e Entre Ríos derrotando as forças artiguistas e ocupando Montevideú em janeiro de 1817.

A ocupação tinha especial importância para a monarquia luso-brasileira, já que permitia não apenas a posse do local mais estratégico para garantir a segurança do interior de seu território, as regiões de Mato Grosso e Goiás, como permitia anexar toda a Banda Oriental, o que ocorreu finalmente em 1821. A posse da Província Cisplatina com o porto de Montevideú garantia a divisão da entrada do Rio da Prata com Buenos Aires, quebrando a hegemonia castelhana na região. Além disso, garantia a produção pecuária para os estancieiros rio-grandenses. Até então, e talvez até a Guerra da Cisplatina, sobre a qual trataremos mais adiante, as terras gaúchas eram “um acampamento armado para lutar pela política externa do Brasil de domínio do Rio da Prata, e para repelir as invasões dos espanhóis que tentavam recuperar o antigo território, traçado pela Linha de Tordesilhas” (FLORES, 2010, p. 14). Sempre envolvidos em guerras pela defesa do território, os rio-grandenses se tornaram logo um povo beligerante, que conseguiram separar-se do Império do Brasil e tornar-se uma república independente, ainda que temporariamente.

Nossa intenção neste subitem do trabalho foi apenas introduzir os conflitos do Prata, já que daqui para frente, faremos deles o “pano de fundo” para analisar o endividamento brasileiro ao longo do século XIX. Iniciaremos com os anos de 1820, quando os países latino-americanos ainda lutavam por sua independência, mas ao mesmo tempo, já se inseriam e eram inseridos no sistema financeiro mundial que ainda se montava, sob a liderança britânica.

²¹ “Afirmaram historiadores argentinos que Portugal se encarregara da pacificação do Uruguai e de Entre-Rios, que deveriam transformar-se em Estado independente” (SOARES, 1955).

2 - INDEPENDÊNCIA E ENDIVIDAMENTO: A INSERÇÃO DA AMÉRICA LATINA INDEPENDENTE NAS FINANÇAS INTERNACIONAIS

Já discutimos na introdução deste trabalho a origem da dívida pública no sistema. Fundada nas necessidades bélicas do Estado e em sua capacidade de tributação, a dívida permitiu a expansão inglesa pelo mundo. Se para que uma moeda se tornasse a de referência internacional, era necessário ao país emissor dominar os mais relevantes mercados internacionais e endividar o mundo em sua moeda, os acontecimentos estavam levando a Inglaterra a tal caminho, dando base ao poder que exercia e que se tornaria ainda mais forte no final do século XIX. Segundo Serrano (2002) o padrão ouro-libra funcionou de 1819 a 1914, tendo iniciado então com a lei inglesa que determinava que o Banco da Inglaterra deveria compensar cada cédula emitida com um valor correspondente em barras de ouro. O sistema funcionava com a libra sendo mantida a moeda mais sólida através da paridade em relação ao ouro, do déficit comercial (que capilarizava ainda mais a libra), e do superávit em conta corrente, o que permitiu à Grã-Bretanha exercer o papel de financiadora do mundo (SERRANO, 2002).

O primeiro continente a receber empréstimos externos nominados em libra que não a Europa foi a América Latina, antes mesmo de concluir seu processo independentista. A primeira crise da dívida deste continente ocorreu ainda nos seus primeiros anos enquanto estados independentes, e ainda no início do primeiro sistema monetário internacional. Entretanto, como já dissemos, o sistema de dívida pública vem sendo usado desde pelo menos o século XII, e não foi o novo mundo a primeira experiência de dívida pública externa. Antes das Guerras Napoleônicas, era através de Amsterdã que empréstimos internacionais soberanos eram feitos, e foi a esta cidade que os Estados Unidos recorreram financeiramente em seus primeiros anos independentes. Os ingleses ainda tinham pouca participação: em 1706 um empréstimo pessoal ao Imperador da Áustria foi o primeiro empréstimo por eles administrado. Depois foi a vez do Imperador da Prússia, que tomou emprestado de comerciantes londrinos nos anos de 1730. Em 1756 foi feito um crédito a Dinamarca, e em 1790, empresas britânicas, principalmente a Baring Brothers, já competiam com os estabelecimentos holandeses ao conceder empréstimos aos Estados Unidos (DAWSON, 1998).

A Revolução Gloriosa no final do século XVII permitiu à Inglaterra importar dos holandeses uma série de instituições financeiras cruciais, como a que embasaria a criação do Banco da Inglaterra e o sistema de dívida pública. Essas inovações permitiram um amplo desenvolvimento do setor financeiro inglês: a recunhagem de 1697 e o estabelecimento, posteriormente, de um “padrão ouro de fato”; a evolução de especializados bancos mercantis na City; o crescimento de um mercado de hipotecas; o incremento do uso de notas de câmbio para pagar obrigações nacionais e internacionais; a ascensão da bolsa de valores; o desenvolvimento do seguro marítimo e de incêndio e o surgimento de uma imprensa financeira (CAIN & HOPKINS, 2002).

No início do século XVIII, a expansão das maiores companhias inglesas, a Companhia das Índias Orientais e da Companhia dos Mares do Sul (*South Sea Company*), que formavam uma considerável parte da bolsa de valores, o crescimento do *Lloyds* como o centro internacional de subscrição e a formação de novas companhias de seguro, permitiram a melhora no crédito e nos serviços comerciais, estimularam a indústria de navegação, promoveram o comércio externo e auxiliaram o balanço de pagamentos britânico. Desta forma, a expansão do comércio externo encorajou a ascensão de grandes firmas mercantis, de tamanho tal que possibilitava mobilizar capital e crédito dos quais necessitavam devido às longas distâncias (CAIN & HOPKINS, 2002).

Assim, quando a Holanda foi invadida por tropas francesas já durante as guerras napoleônicas, comerciantes e banqueiros puderam transladar-se para a Inglaterra e aproveitar sua relativa estabilidade política e aparato financeiro, caracterizando a transferência do centro financeiro europeu de Amsterdã para Londres. Todas essas inovações permitiram à Inglaterra financiar seus aliados durante a guerra, mais com subsídios de armas, munições, uniformes e produtos, do que com empréstimos, que só ocorreram em 1814 destinados à Áustria e França. “A City de Londres tornar-se-ia dessa forma, a nova capital financeira da Europa, à qual estadistas do continente poderiam recorrer para consertar os estragos da guerra” (DAWSON, 1998, p. 33).

Após o fim do conflito as oportunidades de investimento no mercado de ações começaram a aumentar com o levantamento de um empréstimo à França em 1817. Tendo perdido a guerra, foi imposta aos franceses pelos vencedores, uma indenização de 700 milhões de francos, além de 150 milhões de francos anuais para

sustentar o exército de ocupação britânico que se encontrava na França. Como este país se encontrava de cofres vazios, a casa Baring Brothers, na época a mais prestigiada da City londrina, associada a outras casas bancárias, financiou com levantamento de fundos no exterior, empréstimos que permitiram aos vitoriosos receber o pagamento francês imediatamente. O primeiro empréstimo foi negociado ao tipo 58: comprava-se o título a 58 francos, com a promessa de receber 100 francos no vencimento. Os juros eram de 5%, e a comissão paga aos Barings Brothers era de 2,5% (DAWSON, 1998). O lançamento foi um sucesso entre os compradores, de forma que os lançamentos seguintes já custavam aos investidores 68 francos o título.

No ano seguinte, em 1818, foi a vez de a Casa Rothschild fazer um grande empréstimo estrangeiro. Essa casa bancária, que ascendera aos grandes negócios no final da guerra quando entre 1811 e 1816 passaram por suas mãos grande parte das subvenções inglesas às potências europeias, fazia agora um empréstimo historicamente ainda mais importante que o do Baring Brothers à França. Foi o primeiro do pós-guerra nominado em libras destinado a uma nação estrangeira: £5 milhões à Prússia, que deveriam ser pagos em 36 anos, a taxa de 5%, ao preço de £72, assegurado por rendas e territórios prussianos. Depois se seguiriam os empréstimos dos Rothschilds à Áustria, Rússia e Espanha, já iniciando técnicas, arranjos e documentações que seriam utilizadas nos empréstimos aos latino-americanos (DAWSON, 1998).

2.1 A DÍVIDA LATINO-AMERICANA NA BOLHA ESPECULATIVA DE 1822-1825

O processo de endividamento da América Latina no início do século XIX ocorreu concomitantemente ao seu processo de independência, de forma que em alguns casos, a dívida foi adquirida antes mesmo do reconhecimento de independência das colônias. Em sua maioria, os recursos adquiridos com os empréstimos foram destinados a gastos de guerras. O próprio processo de independência havia despendido grande parte dos recursos das colônias, e o desmantelamento da organização metropolitana trouxe sérios problemas na arrecadação de tributos. Os anos de guerra desorganizaram os sistemas financeiros locais, impossibilitando a obtenção de recursos por meio de empréstimos nacionais, e as moedas locais também eram relativamente fracas para possibilitar a aquisição

de recursos apenas por meio de sua emissão (MARICHAL, 1988). Assim, percebe-se como a guerra, os tributos, a moeda e a dívida se relacionam de maneira a serem determinantes no projeto de expansão de poder de uma nação, ou neste caso, de colônias determinadas a se transformarem em nações soberanas. Porém, se por um lado o endividamento possibilitaria a manutenção na guerra pela independência política contra a metrópole a que as colônias estavam submetidas, e vencê-la, por outro elas passavam à dependência financeira do centro hegemônico, a Inglaterra.

Segundo Dawson (1998, p. 25), “a primeira crise da dívida latino-americana foi produto direto das guerras napoleônicas”, não apenas pela transformação de Londres na capital financeira europeia, mas ainda pelo abalo que causou nas relações entre as monarquias espanhola e portuguesa com suas colônias americanas. A combinação dos dois fatores levaria as novas nações a recorrerem a Londres em busca de financiamento de seus primeiros anos de independência. As revoluções independentistas entusiasmaram os ingleses. Várias publicações sobre o assunto surgiram naquele país, falando também sobre as riquezas comerciais e minerais do Novo Mundo, que incentivaria investimentos e empréstimos. As guerras começaram em 1808, e a primeira colônia a declarar independência, a República Venezuelana em 1812, fora esmagada por tropas realistas. Em 1810 teve início a luta das colônias espanholas com a liderança de Bolívar, e em 1819 foi criada a República da Colômbia. Sem capital e sem recursos para a formatação do novo Estado, e para a continuação das guerras nas demais colônias, Bolívar supôs que poderia encontrar em Londres o financiamento de que necessitava (DAWSON, 1998).

Bolívar enviou à Londres, em 1820, o vice-presidente da nova república, Francisco Antonio Zea, autorizando-o a fazer um empréstimo de até 5 milhões de libras, empenhando para pagamento e gerenciamento as áreas mais produtivas da receita pública, assim como terras, minas e outros ativos do Estado (DAWSON, 1998). Dar as riquezas naturais como garantia seria uma característica comum entre os empréstimos latino-americanos, já que já haviam destinado boa parte de suas riquezas à Europa enquanto colônias e incentivado desta forma a imaginação dos ingleses quanto ao muito que ainda deveria restar.

A Colômbia já devia mais de 500.000 libras antes mesmo de Zea chegar a Londres, porque Venezuela e Nova Granada (que faziam parte da Grã Colômbia) haviam feito empréstimos em 1819. Para que ele conseguisse um novo crédito, teve

que negociar o antigo. No acordo com uma associação de comerciantes, representados por Charles Herring, William Graham e John D. Powles, Zea aceitou pagar 10% por ano em debêntures, e deu como garantia a receita do monopólio de tabaco do governo e um quinto da produção de ouro e de prata. Assim, reconheceu £547.783 em dívidas sem muito contestar, e refinanciou o débito comprometendo seu Estado. Além disso, financiou mais £20.000 em troca do pagamento de £66.666 em debêntures, esbanjando o dinheiro em missão em Madrid; e fez ainda um terceiro empréstimo: a Colômbia pagaria £140.000, para receber £91.712 que seriam usados para pagar os primeiros vencimentos do primeiro empréstimo (DAWSON, 1998).

As negociações de Zea causaram repúdio no Congresso Colombiano, devido às altas taxas de juros e as onerosas garantias que haviam sido acertadas. Bolívar além de assumir que não teria como pagar o refinanciamento acordado, ordenou que fosse enviada uma carta cancelando a procuração do vice-presidente. Mas a carta não teria chego a tempo de impedir que Zea fizesse mais um empréstimo em 1822 no valor de £2.000.000, dos quais £1.600.000 seria destinado à Colômbia, sendo que deste valor ainda seriam descontadas comissões, um fundo para pagamento dos primeiros vencimentos, fundo de amortizações, despesas jurídicas, promocionais e com publicidade (DAWSON, 1998).

O empréstimo colombiano foi considerado de grande sucesso pela comunidade política e financeira britânica, e acabou por servir de modelo aos empréstimos feitos posteriormente pelas técnicas empregadas para o contrato, como a assinatura no continente para fugir das leis da usura em Londres, penhora da receita e do ativo público, retenção de juros e fundos de amortização antecipada, exigência de altas comissões, e publicação de um prospecto laudatório de títulos públicos e corretores da Bolsa de Valores. Os títulos foram vendidos dando grandes lucros aos banqueiros e comerciantes que fizeram o negócio, pois eles conseguiram passar ao público os riscos do não pagamento, e substituíram a Espanha como os grandes parceiros comerciais e financeiros do novo país (DAWSON, 1998).

O Chile foi o segundo país a buscar empréstimo na Inglaterra, e assim como a Colômbia, ainda não tinha sua independência reconhecida. Havia ainda outra semelhança entre os dois países latino-americanos: os problemas que teriam com seus enviados à Europa. O enviado chileno foi Antonio José de Irisarri, que aproveitando o bom momento proporcionado pelo empréstimo colombiano, pediu

permissão ao governo chileno para fazer um empréstimo de £1.000.000, assegurado pelas minas e terras nacionais e pela receita estatal, além de garantir a receita líquida do imposto de moeda e do imposto de terra, que não poderiam ser usadas pelo governo chileno para outro fim. Antes que a carta de autorização chegasse que, aliás, negava o negócio, Irisarri já havia assinado o contrato. Além disso, Irisarri havia aproveitado de seus contatos para fazer especulação na Bolsa de Londres com títulos de investimentos latino-americanos (DAWSON, 1998).

O Peru também sofreu com a má fé de seus enviados, que foram Juan García del Río e James Paroissien, “dois aventureiros”, segundo Marichal (1988). Eles firmaram o empréstimo com a casa bancária de Thomas Kinder, em Londres, e sabe-se que depois se associaram ao banqueiro em várias empresas mineiras da Bolívia e do Peru, apesar de que não se comprova que tiveram participação na especulação desses títulos. Ainda pior foi o caso do empréstimo mexicano, em que seu enviado, Borja Mignoni, fez um pacto com a empresa bancária B. A. Goldschmidt & Company em que pagariam 60% do valor do empréstimo ao México, enquanto venderiam os títulos a 80%, lucrando os 20% da diferença (MARICHAL, 1988).

O caso da dívida de Buenos Aires tem certa especificidade com relação ao destino dos recursos obtidos, já que não tinha tantos gastos com guerra como os países anteriormente citados e ainda possuía excedentes fiscais (MARICHAL, 1988). Em 1824, o Governo de Buenos Aires autorizou um empréstimo de um milhão de libras em Londres, com a prestigiada casa bancária Baring Brothers, para promoção de obras públicas, em que estava prevista a construção de um moderno porto em Buenos Aires, edifícios para cárceres, infraestrutura de água corrente e três novos povoados entre Buenos Aires e Carmen de Patagones (PAYRO, 2006). Ainda que a dívida não tenha sido usada como previsto, por conta do início da Guerra Cisplatina com o Brasil, teve um papel importante já que financiou a criação do Banco da Província²² (MARICHAL, 1988). Esta instituição, inicialmente dominada por cidadãos de nacionalidade britânica, facilitou o desenvolvimento de um primitivo sistema financeiro local e estimulou o crédito doméstico através da amortização das volumosas dívidas internas do Governo, facilitando a emissão de novos títulos (PAYRO, 2006; MARICHAL, 1988).

²² O Banco da Província se converteria no Banco Nacional em 1826.

Outro caso distinto, além do brasileiro de que trataremos depois, é o caso haitiano. A ex-colônia francesa fez seu empréstimo de 30 milhões de francos (1,2 milhões de libras esterlinas), para pagar indenização aos franceses donos de plantações, que tiveram que abandonar suas terras com a revolução de 1790, e para obter o reconhecimento de sua independência. O acordo, no que tratava das relações comerciais, teve a oposição dos britânicos que alegavam serem desfavorecidos comercialmente com relação às exportações francesas (MARICHAL, 1988).

Os títulos latino-americanos tinham em geral os mesmos mecanismos de negociação e funcionamento, e geralmente os emissores dos empréstimos não eram bancos, mas associações de comerciantes, que possuíam já algum vínculo comercial com o Caribe. Os mecanismos e funcionamento dos títulos foram explicados por Dawson (1998, p. 61):

Os certificados de títulos do empréstimo eram geralmente denominados em valores de £100, £250, £500 e £1.000, e vendidos ao público por corretores públicos ou privados, que compravam ao preço mínimo para suas próprias contas de um banco ou casa mercantil importante. Os títulos tinham prazos de vencimento de até 35 anos, mas poderiam ser resgatados antes. Conforme os acordos do empréstimo, uma porcentagem fixa da quantia de face deveria ser paga em prestações, após um curto período, a cada seis ou doze meses até o vencimento final. Os contratantes faziam isso através do sorteio dos números de série dos títulos até atingir o total da quantia a ser devolvida. Os números eram então publicados na imprensa, e os portadores que as tivessem comprado com desconto receberiam seu valor de face sem ter de esperar pelo prazo total do vencimento. O dinheiro da restituição aos portadores, ao menos teoricamente, deveria vir dos fundos de amortização que os tomadores de empréstimo prometiam reabastecer anualmente com depósitos de porcentagens fixas pequenas do valor nominal do empréstimo junto aos banqueiros contratantes.

E havia muitos compradores. No início dos anos 1820, com a alta circulação de capital na Inglaterra, a população vivia uma febre de jogos e apostas, tendo hábitos extravagantes em suas roupas, moradias e alimentação. Classes menos abastadas apostavam em quantos ratos um cão mataria em alguns minutos; nos campos, apostava-se em brigas de galo e corridas, e nas cidades, a especulação era mais uma forma de viver o risco do jogo. Nesse contexto é que os títulos da América Latina serviam como mais um escoadouro da mania de jogo, e proporcionaram altos lucros aos comerciantes, banqueiros e intermediários dos contratos (DAWSON, 1998).

Especuladores também auferiam grandes lucros, ao comprar títulos com grandes descontos e vendendo em épocas em que as notícias de alguma renegociação fizesse com que os valores subissem novamente (DAWSON, 1998). As casas bancárias gastavam com propaganda em jornais da época, e transferiam os custos aos governos tomadores dos empréstimos. No caso da Colômbia, as propagandas falavam de uma nação com tranquilidade e honra, ignorando até mesmo o exército espanhol que se encontrava no país. Já no caso chileno, dizia-se que se o país estava “nominalmente em guerra” contra a Espanha, ele estaria na verdade em paz com o mundo inteiro, apelando ao preconceito antiespanhol dos investidores. Para o empréstimo peruano, chegou-se a publicar que “a extensão dos recursos do Peru é conhecida demais para que deles se faça uma relação” (DAWSON, 1998, p. 58).

Um dos fatores que influenciava a compra dos títulos pelos investidores ingleses era a crença de que o Governo Britânico não demoraria muito a reconhecer a independência latino-americana. Além de não confiar muito no republicanismo, nem em nada que acreditassem ter origem francesa, este governo se negava a reconhecer a independência latino-americana para evitar conflitos com sua então aliada Espanha. Entretanto, essa oposição britânica não duraria muito e sofreu oscilações desde o início das guerras pela independência. Antes de 1808 o fim do império espanhol era visto como uma grande oportunidade comercial para a Inglaterra, mas seu tratado de acordo com a Espanha em 1809 adiou esses interesses. Assim, apesar da pressão dos comerciantes ingleses pelo reconhecimento da independência dos países latino-americanos, o Governo se manteve oposto, até 1823 (DAWSON, 1998; MARICHAL, 1988)²³.

Além da pressão de sua burguesia, e de financistas e simpatizantes da causa latino-americana, o único país naquele período capaz de competir pela influência na América Latina, os Estados Unidos, já se inclinavam a apoiar e reconhecer as novas repúblicas que surgiam antes que qualquer nação o fizesse, o que garantiria a este país vantagens diplomáticas e comerciais. Diferentemente das

²³ Mas Bolívar sabia que a Inglaterra teria inclinações ao reconhecimento devido às oportunidades estratégicas de poder que esse ato engendrava: “La Inglaterra es la primera interesada en esta transacción porque ella desea formar una Liga con todos los pueblos libres de América y de Europa contra la Santa Alianza, para ponerse a la cabeza de los pueblos y mandar el Mundo. A la Inglaterra no le puede convenir que una nación europea, como la España, tenga una posesión como el Perú en América, y preferirá que sea independiente bajo un poder débil y un gobierno frágil; así con cualquier pretexto apoyará la independencia del Perú...” (Carta de Bolívar a Sucre del 26 de mayo de 1823, in BOLÍVAR, 1921 apud MARICHAL, 1988)

colônias latino-americanas, os Estados Unidos foram colonizados por um “poder imperial vitorioso”, a Inglaterra, primeiro império capitalista da história. E ao conquistar a independência, os estadunidenses se mantiveram ainda na mesma posição dentro do sistema econômico britânico, assegurando o benefício de ser o grande fornecedor do país líder da globalização capitalista (FIORI, 2007).

Assim, os Estados Unidos ao buscarem uma expansão de seu território e poder e a redução da presença europeia na América, ameaçavam a supremacia inglesa na América Latina. Entretanto, apesar da competitividade, alguns interesses entre as duas potências coincidiam. Após o fim das guerras napoleônicas, a criação e os propósitos da Santa Aliança apareciam para a Inglaterra e os Estados Unidos como uma ameaça à volta do colonialismo no continente americano. Diante disso, a Grã-Bretanha no papel de Lord Canning, buscou um acordo com os Estados Unidos para impedir a recuperação das colônias pela Espanha, mas este só aceitaria se os ingleses reconhecessem a independência dos novos países, como os Estados Unidos o fizeram desde 1822. Por ter ainda muita oposição em seu país, Canning adiou o reconhecimento, e foi até a França buscar a garantia de que esta não apoiaria a Espanha no caso de ela querer reconquistar a América. A esse acordo entre Inglaterra e França de 1824, chamou-se de Memorando Polignac.

Enquanto isso, os Estados Unidos, aproveitando-se do conhecimento de que à Inglaterra interessava a independência dos latino-americanos, e que esta apoiaria as ex-colônias em caso de guerra contra a Espanha, apresentou o discurso de Monroe, o que seria conhecido depois como a Doutrina Monroe. Esta representava o interesse dos EUA na hegemonia da região, demonstrando a solidariedade com seu continente e buscando reduzir a presença europeia na América. Assim, apesar da coincidência de interesses na independência latino-americana, a rivalidade econômica e geopolítica entre Inglaterra e EUA não seria reduzida, e permearia todo o desenvolvimento latino-americano (PADRÓS, 1996).

A América Latina foi vista nessa época ainda como local para outros tipos de oportunidades: diversas companhias surgiam visando explorar as riquezas do Novo Mundo, fazendo parte da especulação financeira da década de 1820, e incluindo cada vez mais pessoas nos investimentos. Pessoas muitas vezes inexperientes, que investiam em claros casos de fraudes, e assim como os empréstimos, as informações sobre os investimentos eram poucas e por vezes falsas. A maioria das companhias estava ligada à atividade mineira, mas havia também as companhias de

colonização, que viam na América Latina um escoadouro para os desempregados europeus. Em ambos os casos, a falta de conhecimento sobre a real situação dos locais aonde seriam investidos os recursos no Novo Mundo, sejam minas ou terras, levou muitas das companhias à falência muito rapidamente. Muitas vezes eram necessários mais recursos do que o calculado para tornar o investimento lucrativo (DAWSON, 1998).

Todos esses fatores contribuíram para formar a bolha especulativa que estourou em dezembro de 1825 na City de Londres, e que gerou a primeira crise da dívida latino-americana. Mais de 20 milhões de libras em títulos de dívidas dos novos países foram emitidos neste contexto (Ver Tabela 1). O aumento do preço do algodão e de outros produtos desde o fim de 1824 levou-os a especulação que acompanhou a especulação do mercado de títulos e ações latino-americanos. Segundo Dawson (1998), essas compras além do mercado regular geraram um aumento ainda maior nos preços, e um *boom* de importações, que finalmente teriam como consequência uma queda nos preços que quebrou várias firmas convencionais. Como o Banco da Inglaterra teria colaborado com a especulação através da emissão de papel moeda e crédito, e agora sentia a diminuição de suas reservas pela crise comercial, o crédito foi cortado para proteger as reservas de ouro que restaram. A bolha financeira teve aí seu colapso.

Com o pânico gerado, a confiança do público nas ações e títulos latino-americanos teve rápido declínio. Os Estados latino-americanos ainda tinham suas economias esfaceladas pelas guerras de independência, a arrecadação de tributos ainda era fraca, e não conseguiam gerar fundos para remessas de pagamentos de suas dívidas. Os fundos arrecadados com os empréstimos eram muito menores do que a dívida contraída pelos novos países, e tendo sido a maior parte destinada a gastos militares (com compras de armamentos que geraram riqueza e renda na Inglaterra), em nada contribuíram para gerar os fundos necessários para o pagamento da dívida (DAWSON, 1998).

Tabela 1 – Total de títulos emitidos em Londres 1822-25
(em libras esterlinas)

<i>Estado</i>	<i>Total de títulos emitidos</i>
Grã-Colômbia	6.750.000
México	6.400.000
Brasil	3.000.000 ²⁴
Peru	1.816.000
Buenos Aires	1.000.000
Chile	1.000.000 ²⁵
Guatemala	163.300
Total	20.129.300

Fonte: MARICHAL, 1981; DAWSON, 1998.

Como os investidores estavam extremamente sensíveis a qualquer notícia sobre os países devedores, e como consideravam toda a América Hispânica como sendo um só país, se um desses países suspendesse seus pagamentos, logo todos estariam afetados. Foi nesse contexto que em 1826 o México decidiu prestar assistência à Grã-Colômbia, quando o agente financeiro desta havia quebrado em Londres, e ela se via sem fundos para cumprir suas obrigações. Apesar de resolver a crise imediata, isso não impediu os acontecimentos dos meses posteriores, que levaria a suspensão de pagamentos de todos os latino-americanos, exceto o Brasil (BIGGS, 1987). O primeiro foi o Perú, em abril de 1826, o último país a conquistar sua independência, sendo seguido pelos demais países. Os preços dos títulos foram caindo aceleradamente. Em Londres, 36 bancos quebraram além de diversas empresas comerciais, e as reservas do Banco da Inglaterra baixaram de 13,5 milhões de libras, em janeiro de 1824, para 11,2 milhões em dezembro de 1825 (BIGGS, 1987). As garantias que acompanhavam os empréstimos, que estavam ligadas às suas riquezas naturais ou impostos, não estavam disponíveis ou não eram arrecadáveis. Trinta anos de negociações seguiram essa crise, de forma que excetuando o Império do Brasil, nenhum outro país latino-americano conseguiu contratar um novo empréstimo antes da década de 1850.

²⁴ Esse valor é discutido entre os autores. Marichal (1981) apresenta como sendo 1.200.000 libras esterlinas e Dawson (1998) coloca como sendo 1.686.200 libras esterlinas. Utilizamos o 1 milhão como dado por ser o que aparece no contrato do empréstimo, disponível no livro de Carreira (1889).

²⁵ Também neste caso há conflito entre os dois autores. Dawson (1998) apresenta o valor como sendo 934.000 libras esterlinas, e Marichal (1981) como 1.000.000.

Com tantos lucros e tanta propaganda, os menos beneficiados dos empréstimos foram os países tomadores. Apesar de o capital ser indispensável à formação dos Estados, tendo sido gastos e investimentos que contribuíram para a consolidação da independência e a construção dos novos Estados e seus exércitos, as quantias recebidas eram muito menores comparadas às grandes somas que se devia. Muitos dos projetos de infraestrutura passaram longe de ser realizados, grande parte das companhias não geraram empregos nem rendimentos locais, e os gastos militares tampouco compensariam financeiramente os investimentos feitos (MARICHAL, 1988). Mas, por outro ponto de vista, o *boom* de 1825/26 mostrou também a importância da ligação entre o investimento estrangeiro e a construção nacional na América do Sul: “os interesses britânicos em promover governos estáveis e progressivos na América do Sul, tanto quanto em outros lugares, era tão financeiro quanto político”²⁶ [tradução própria] (CAIN & HOPKINS, 2001, p. 248)

2.2 A GUERRA DA CISPLATINA E O CASO BRASILEIRO NA CRISE DA DÍVIDA LATINO-AMERICANA NO INÍCIO DO SÉCULO XIX

Diferentemente do processo de independência das colônias espanholas o processo brasileiro foi relativamente pacífico²⁷, mais caracterizado por uma transição do que uma ruptura, e não dependeu de enormes gastos militares. Na ocasião da independência, proclamada em 1822, o Brasil já tinha o Tesouro em estado lastimável, com problemas até mesmo para o pagamento de seus funcionários. A saída da corte portuguesa do Rio de Janeiro havia esvaziado os cofres públicos brasileiros, não apenas pelas despesas e gastos que tiveram ao longo do período, mas pelo dinheiro e joias que D. João VI levou com a corte para Portugal. “No momento da partida de D. João VI do Brasil, o estado da fazenda pública indicava um passivo de 9.800 contos de réis, quantia que o tesouro público não podia sequer pensar em honrar” (ALMEIDA, 2005, p. 179). O Banco do Brasil, criado em 1808, ao

²⁶ “*Britain’s interest in promoting stable and progressive governments in South America, as elsewhere, was financial as well as political.*”

²⁷ “Relativamente pacífico”, porque, diferente das colônias espanholas, para José Murilo de Carvalho (2012, p. 20), a única reação importante à independência do Brasil veio da província de Pernambuco, que com uma guerra armada em 1824 se separou do Brasil, o que ocorreu quando “a nova corte já dispunha de força suficiente para subjugar eventuais resistências regionais”. Por outro lado, Lúcia B. P. das Neves (2011), defende que na ocasião da independência, não apenas guerras sangrentas ocorreram ao longo do território contra a transferência do centro de poder de Lisboa para o Rio de Janeiro, como também havia uma possibilidade de guerra contra Portugal, que, “ameaça real ou imaginária”, aparecia nos jornais e escritos da época. De todo modo, foram guerras localizadas e com menos de um ano de duração.

qual o governo já devia quase 5 mil contos de réis, já estava quase falindo, e a emissão de moeda já era inútil já que seria praticamente sem valor.

Um empréstimo interno de 400 contos de réis foi aprovado ainda na Regência de D. Pedro I após a partida do pai, e consolidado com o capital dos comerciantes e capitalistas da cidade, mas seria apenas paliativo. No primeiro orçamento do Brasil independente, estimava-se um déficit de aproximadamente 1 mil contos de réis (ALMEIDA, 2005). Algumas tarifas alfandegárias foram elevadas, e outras foram reduzidas com vistas a estimular a marinha mercante brasileira. Mas não haveria outra solução plausível do que um empréstimo externo, sobretudo no contexto em que se encontrava a City londrina, facilitando os empréstimos aos latino-americanos.

Assim o primeiro empréstimo externo brasileiro foi negociado ainda em 1824, e dividido em duas partes, porque na primeira negociação os brasileiros acharam que poderiam esperar por melhores condições, tomando emprestado apenas o necessário para as atividades imediatas da nação: £1.000.000 (DAWSON, 1998). Foi assinado em 20 de agosto de 1824, entre o marechal de campo Felisberto Caldeira Brant, mais tarde marquês de Barbacena, e o conselheiro Manuel Rodrigues Gameiro Pessoa, mais tarde visconde de Itabaiana, e as casas bancárias Baseth Tarquhard Crawford & Co., Fletcher, Alexander & Co., Thomaz Wilson & Co. (CARREIRA, 1889; BARROSO, 1989). Eram £1 milhão, com juros de 5%, assegurado pela receita alfandegária, com prazo de pagamento de 30 anos, e preço de lançamento de 75, o que significa que recebemos £750.000 por £1 milhão que pagaríamos. Os títulos foram lançados em 12 de janeiro de 1825, mas já pagávamos desde outubro anterior. E assim como previram os negociantes brasileiros, após o surto das vendas os títulos desse empréstimo estavam com preços 12% acima do preço original da emissão (DAWSON, 1998). O Brasil era o país mais conhecido pelo público britânico, pela proximidade entre Portugal e Grã-Bretanha, o que ajuda a explicar o sucesso desses títulos entre os compradores.

A estratégia de esperar por melhores condições funcionou. Os Rothschild resolveram negociar os outros dois milhões de libras autorizados pelo Governo Brasileiro, elevando o valor dos títulos emitidos anteriormente. A casa Rothschild, como já dito anteriormente, ascendera aos grandes negócios com as guerras napoleônicas e fizera o primeiro empréstimo externo nominado em libras, entrava agora no mercado de títulos latino-americanos através do empréstimo brasileiro. A

casa esperou as melhores condições políticas para entrar nesse mercado, como a maior proximidade que os novos países se encontravam do reconhecimento britânico. Além disso, o Brasil tinha algumas características que tornavam os investimentos aparentemente mais seguros aos Rothschilds, como a maior proximidade com a Inglaterra que o novo país herdara das relações portuguesas através da continuidade monárquica e dinástica. Todos esses enlaces, aliados ao regime monárquico, a que os Rothschilds tinham preferência também pela proximidade com a Santa Aliança²⁸, deram mais segurança aos empréstimos ao Império do Brasil. Apesar de o Brasil não parecer oferecer tantas riquezas ou possibilidades quanto o Peru, o México ou a Colômbia, se mostraria um dos melhores pagadores, com menores riscos e retornos mais consistentes aos investidores (DAWSON, 1998).

Nesse sentido, o segundo empréstimo foi negociado pelos mesmos intermediários, Barbacena e Itabaiana, mas desta vez com a casa Rothschild. Foi um empréstimo de £2.500.000, com preço de lançamento de 85,5% de juros e 30 anos de prazo. Os empréstimos eram negócios realmente muito lucrativos. O primeiro contrato, de agosto de 1824, tinha como diferença entre a dívida e o recebido pelo país a quantia de £250.000, dentre a qual saíam as comissões dos banqueiros e dos intermediários, e algumas despesas operacionais. No segundo empréstimo, os Rothschild receberam 2% de comissão sobre £40.000, além de £59.000 que seriam os juros de seis meses. Na hora de vender os títulos, os compradores só receberiam os juros a partir de abril, tendo a casa bancária embolsado sozinha os juros de outubro a março. A casa Rothschild após esse empréstimo ao Brasil monopolizou os empréstimos ao país até pelo menos o final do período imperial. Segundo os cálculos de Barroso (1989), pagamos pelos dois primeiros empréstimos, somados os juros e comissões, quase cinco vezes mais do que o capital recebido.

Em 1825 se desenrolava o reconhecimento da independência. A negociação não podia ser negociada por outra nação que não a Inglaterra: além do da ex-metrópole, era dela o principal reconhecimento a se obter. Como interesses

²⁸ “A verdade é que os Rothschild tinham tanta noção política quanto qualquer outro banqueiro judeu e, como seus correligionários, jamais se aliavam a um governo específico, e sim a governos, à autoridade em si. Se naquela época mostravam preferência definida pelos governos monárquicos em detrimento das repúblicas, foi por suspeitarem, e com razão, que as repúblicas se baseavam grandemente no desejo do povo, do qual eles instintivamente desconfiavam” (ARENDETT, 2012).

convergentes havia entre os governantes de Portugal e do Império do Brasil, além, é claro, dos interesses de D. Pedro I em acalmar seus futuros súditos portugueses, já que tinha interesse em suceder o pai no trono lusitano, não fica difícil compreender porque o acordo de reconhecimento envolveria mais uma dívida aos ingleses. O contrato de reconhecimento foi assinado em 29 de agosto de 1825. D. Pedro I concordou em assumir o pagamento de uma dívida portuguesa no valor de £1.400.000, referente a um empréstimo feito por Portugal em 1823 com a Inglaterra, mais £600.000 de indenização pelos bens da coroa portuguesa deixados no Brasil. Esta última, deveria ser paga a Portugal no prazo de um ano. Foram pagos logo £250.000, e o restante foi sendo pago a prestações para uma legação portuguesa em Londres (BARROSO, 1989).

Quando estourou a crise na City de Londres em 1825, o Brasil recém começara a pagar seus empréstimos, e mesmo com a publicação de novembro daquele ano, em que dizia que o Império ordenara que as arrecadações da alfândega do Rio de Janeiro fossem depositadas no Tesouro Imperial para enviar £60.000 à Londres como pagamento pelos juros e fundos de amortização, os compradores dos títulos brasileiros não se acalmavam. A notícia de que os brasileiros estariam cercando Montevidéu com a intenção de incorporar a Banda Oriental ao território piorava a situação. Porém, o Império Brasileiro ordenou que se arrecadasse nas alfândegas da Bahia, Pernambuco e Maranhão, £60.000 em cotas anuais em cada província, totalizando com as do Rio de Janeiro £240.000, que seriam enviadas à Londres.

Ainda assim havia a crença de que o país não conseguiria enviar os fundos necessários e atrasaria seu pagamento, o que causava a queda do valor de seus títulos (DAWSON, 1998). Segundo Peláez e Suzigan (1981), dos dois primeiros empréstimos, que somaram 3 milhões de libras, apenas 600.000 foi destinado ao Banco do Brasil. O restante teria sido gasto pelo Império com missões diplomáticas à Europa, e com compras de navios e provisões militares para a guerra com Buenos Aires que estourara em janeiro de 1826. Somando ao empréstimo da independência, em que 2 milhões de libras foram pagos a Portugal, conclui-se que dos 5 milhões de libras que o Brasil devia, 4,4 milhões teriam sido gastos no exterior.

Explicamos, no último tópico do capítulo anterior, como o Império do Brasil anexou a Província Cisplatina em 1821, e de como era essa uma região indispensável para o território brasileiro, pois era através dela que o Brasil poderia

acessar o estuário do Rio da Prata, e por ele os rios dessa bacia pelo qual o governo protegeria regiões como o Mato Grosso e Goiás. Mas a região era muito disputada por portugueses e castelhanos, e Buenos Aires nunca aceitara a anexação da Banda Oriental ao Império. Martín Rodríguez, na direção do governo de Buenos Aires, no qual Bernardino Rivadavia era ministro, em abril de 1825 decidiu apoiar a invasão da Banda Oriental pelos “trinta e três orientais” liderados por Antonio Lavalleja e Manuel Oribe, que buscavam expulsar os luso-brasileiros da província. O transplante da estrutura neocolonial do Brasil para a Banda Oriental estava exaurindo a economia local, e a solução para Lavalleja e Oribe era conquistar a independência da região (BANDEIRA, 2012).

Vários fazendeiros e comerciantes de Buenos Aires, como Juan Manuel de Rosas, Tomás y Nicolás Anchorena, apoiaram e financiaram a campanha oriental. Sendo o Brasil o segundo maior exportador de bens ao mercado platino em 1822, ficando atrás apenas da Inglaterra, é claro que a invasão de Lavalleja e Oribe atrapalhava também os interesses comerciais brasileiros nessa região (RICUPERO, 2011). Além disso, a produção pecuária também seria prejudicada, já que com a anexação ao território imperial, os brasileiros se apossaram das terras e das reses. Em outubro de 1825, as Províncias Unidas declararam a reintegração da Banda Oriental a seu território, e neste contexto comercial, econômico e geopolítico, o Império declarou guerra às Províncias Unidas, em dezembro de 1825.

Concomitantemente, o Congresso Geral das Províncias Unidas, que tinha sido convocado por Buenos Aires em 1824, aproveitou a oportunidade criada pela emergência da guerra para aprovar por lei a criação da Presidência da República das Províncias Unidas do Rio da Prata com o escopo de dispor de unidade de mando diante da ameaça brasileira. O primeiro presidente foi Bernardino Rivadavia, que segundo as palavras de Soares (1955, p. 55), “era, nesse tempo, a grande figura do Prata, uma espécie de Jefferson argentino”²⁹, que comandou até junho de 1827 as operações de guerra contra o Brasil. O Brasil manteve uma superioridade

²⁹ Teixeira Soares, para descrever Rivadavia, utiliza-se de um ofício de Corrêa da Câmara a José Bonifácio de 10 de agosto de 1822, com os seguintes dizeres: “Figure-se V. Excia. um homem de pouco mais de 47 anos de idade; cor alguma coisa carregada; bem fornido de membros; espáduas grandes e deslizadas, fisionomia aberta e generosa, fronte levantada; tendo-se perfeitamente perpendicular sobre os seus pés; vestindo com simplicidade e com decência; inspirando seu porte, e movimentos majestade não fingida e estudada; e terá V. Excia. concebido o justo ponto de vista que oferece aos que pela primeira vez observam o Sr. Don Bernardino Rivadavia. Três coisas chamam principalmente a atenção daqueles que têm ocasião de ver-lhe e falar-lhe. O volume do seu ventre, um tanto maior do que o permite a harmonia, que este membro deveria guardar com os demais; a grandeza de seus olhos cheios de penetração e gravidade; e o som de sua voz firme, sério e demorado”. (SOARES, 1955, P. 55-6)

naval que lhe permitiu bloquear o Porto de Buenos Aires a partir de dezembro de 1825, atingindo o tráfico de mercadorias na região, o que não ocorria desde a disputa pelo território entre Portugal e Espanha. O bloqueio significou um duro golpe para as finanças das Províncias Unidas.

Em 24 de agosto de 1826, o Ministro das Relações Exteriores do governo de Rivadavia, procurou por nota o governo dos Estados Unidos da América para saber se a Doutrina Monroe se aplicava ao caso de alguma nação europeia vir a ajudar o governo brasileiro na guerra contra as Províncias Unidas, ou então à possibilidade de D. Pedro I recorrer a Portugal ou qualquer de seus domínios além-mar para conseguir auxílios na guerra. Os Estados Unidos negaram a analogia com a mensagem de Monroe, alegando que a Guerra da Cisplatina se tratava de um conflito eminentemente americano. Para essa decisão, teve influência o Encarregado de Negócios do Império em Washington, José Silvestre Rebelo (SOARES, 1955, p. 50).

Os principais confrontos militares em solo oriental, com destaque para a batalha de Ituzaingó, foram ganhos pelas Províncias Unidas. A guerra era impopular no Brasil, tanto que alguns soldados e até regimentos abandonavam o exército imperial para unirem-se aos republicanos de Lavalleja e Oribe (BANDEIRA, 2012). Por outro lado, o bloqueio do Prata pela frota Imperial gerava sérios problemas para o presidente Rivadavia, que ainda enfrentava concomitantemente movimentos separatistas nas províncias que ameaçavam a integridade de seu território, ao discordarem da Constituição unitária proclamada em 1826. O Império ainda dominava as duas principais cidades uruguaias, Montevidéu e Colônia do Sacramento. Com isso Rivadavia tentou entrar em acordo com o Imperador, para acabar logo com a guerra, mas D. Pedro não se mostrava disposto a abrir mão da Cisplatina. As Províncias Unidas, então, iniciaram não apenas as negociações pela paz, mas também o pedido de mediação inglesa do conflito (SOARES, 1955).

Tendo os intermediários ingleses anunciado a Rivadavia que o Imperador aceitara receber um representante das Províncias Unidas, o Presidente escolheu a Manuel José Garcia como plenipotenciário para a missão. García assinou a Convenção Preliminar de Paz, acordando que a Província Cisplatina ficasse com o Império, que a ilha Martín García fosse desarmada, e que a navegação nos rios Prata, Paraná e Uruguai fosse liberada. O acordo gerou uma crise política nas Províncias Unidas que derivou na renúncia de Rivadavia. Este não apenas declarou

o acordo como ‘vergonhoso’³⁰, como baixou um decreto, em 25 de junho de 1827 rejeitando o acordo.

Quando parecia que a guerra iria continuar indefinidamente, a Inglaterra entrou em cena. Para os ingleses a disputa entre o Império e as Províncias Unidas era um fator de prejuízo. Este país buscava garantir o livre comércio junto a um irrestrito acesso aos rios, entrepostos comerciais e pontos de abastecimento da Bacia. Além disso, as comunidades britânicas na região faziam a intermediação entre a monarquia inglesa e as elites locais, pedindo e justificando a intervenção da potência na América do Sul para garantir essas atividades. Desta forma, a Inglaterra conseguiu o fim da guerra por meios diplomáticos, através da Convenção Preliminar de Paz de 27 de agosto de 1828, apoiando a criação do Uruguai enquanto Estado-tampão, viabilizando-o como um ponto de apoio regional para a política marítima inglesa ao garantir o acesso ao Rio da Prata, evitando um desequilíbrio entre Buenos Aires e Brasil, ou uma eventual união entre os dois (PADRÓS, 1996).

Para Bandeira (2010, p. 107), “a guerra entre o Império do Brasil e as Províncias Unidas refletiu, basicamente, uma disputa pelos estoques de gado da Banda Oriental”, a matéria-prima de que necessitavam os saladeiros do Rio Grande e Buenos Aires. Já Doratioto (2008), coloca a Guerra da Cisplatina como o último conflito gerado por lógicas coloniais, apesar de cada lado ter setores com possibilidades de ganhos econômicos com a vitória. De todo modo, o que restou após a guerra foi uma economia arrasada no Uruguai, e um Estado dividido entre dois grupos, *blancos* e *colorados*, que disputavam o poder em aliança com os federais e os unitários, respectivamente. Estes últimos disputavam pela força o poder das Províncias Unidas, conflito civil que culminou com a ascensão de Juan Manuel de Rosas ao cargo de governador e capitão-geral da Província de Buenos Aires em dezembro de 1829. E o Império do Brasil, que na guerra perdeu oito mil homens e gastou o equivalente a 48 mil contos-ouro, tentava manter a unidade do país lutando contra as revoltas separatistas que já se deflagravam nesses anos ao longo do território (BANDEIRA, 2012).

A Guerra não era popular entre os brasileiros e foi bastante cara aos cofres públicos. Segundo Caldeira (2011), em 1822 havia 8,8 mil contos em títulos de dívida do governo, que passaram a 11,4 mil contos até o final de 1824, e 21,5 mil

³⁰ “Rivadavia chegara ao ponto de dizer: ‘El día 24 de mayo de 1827 se firmó en Rio de Janeiro la humiliación, en oprobio y la deshonra de la Republica Argentina’ (SALGADO, 1925 apud SOARES, 1955, p. 68).

contos até 1827, quando o orçamento era de 12 mil contos. Apesar disso, de todos os países latino-americanos que fizeram empréstimos, apenas o Brasil não suspendeu os pagamentos de sua dívida externa, desde 1824 quando do primeiro empréstimo, até 1898, caracterizando-o para Abreu (1999) como o melhor pagador de todos os demais países latino-americanos nesta crise. Apenas os títulos portugueses assumidos pelo Brasil deixaram de ser pagos na ocasião do golpe tentado por D. Miguel pelo trono português. Em 1827, os pagamentos começaram a ser assegurados pela produção de café e açúcar, o que ocasionaria aumento dos preços internos desses produtos devido a compra deles pelo Governo. As companhias brasileiras também foram das poucas que obtiveram sucesso, mantendo ainda um limitado interesse dos investidores pelos projetos de mineração.

Mas a situação brasileira ainda preocupava os credores. O não pagamento dos títulos portugueses pelo Brasil e os gastos das guerras em que o país se envolveu colocava em dúvida os pagamentos de suas próprias dívidas. Até que a situação foi resolvida de uma forma muito censurável para a época: um empréstimo seria feito ao Brasil para que ele pagasse suas parcelas, antes mesmo que se tornasse inadimplente, como previam os credores. Assinado em 3 de julho de 1829, o contrato com os Rothschild garantia um empréstimo de £400.000 ao Brasil, com valor nominal de £769.200 em um empréstimo do tipo 52, em que o Brasil receberia apenas £52 de cada £100 em títulos, a juros de 5% (CASTRO, 1889). O Brasil teria pago, segundo Barroso (1989), incluindo capital e juros, £1.950.000 pelos £208.000 que recebera. E esse capital nem chegou ao Brasil: ficou na City para liquidar juros dos empréstimos anteriores, e para gastos particulares dos enviados brasileiros à Londres.

Para Carlos Marichal (1988), o Brasil foi o único a escapar da crise porque seu comércio exterior não diminuiu (Ver Quadro 4 em Anexos). Enquanto os demais latino-americanos tiveram um grande declínio em seu comércio, o Brasil passou a absorver 50% de todos os embarques britânicos para América Latina após a crise de 1825/1826, nos anos 1830 absorvia 40%, e na década de 1840, 35%, segundo os dados levantados pelo mesmo autor. As importações da Inglaterra, que eram principalmente produtos têxteis de algodão, mantiveram o nível mínimo de 2 milhões e meio de libras esterlinas entre as décadas de 1820 e 1840. Assim, a herança portuguesa das relações com a Inglaterra preservava o Império do Brasil como a principal relação comercial inglesa na América Latina.

Segundo Doratioto (2008), diversos fatores desencadearam o desgaste da imagem de D. Pedro I, como o domínio dos portugueses no governo, o aceite das condições impostas pela Inglaterra para reconhecimento de nossa independência, e seu envolvimento nos conflitos pelo trono lusitano. Mas foi o “desastroso desenrolar da guerra [da Cisplatina] para o Império” o derradeiro motivo para sua impopularidade. Comentava-se na época, ainda, o quanto os empréstimos contraídos em seu governo tinham a ver com as altas despesas do Imperador. Até que chegou o dia em que houve mais uma data desse longo processo de independência. Diz-se que a primeira foi 1808, com a chegada da corte portuguesa ao Rio de Janeiro, em que o Brasil tornara-se a metrópole. Depois, em 1815, quando elevado a Reino, estava formalmente ao mesmo nível de Portugal. Em 1822 declarou-se a independência às margens do rio Ipiranga. Mas só em 7 de abril de 1831 é que os brasileiros passariam a governar sua terra, com a abdicação de D. Pedro I e o fim dos conflitos em que este estava envolvido, pelos interesses em dois tronos em dois continentes separados pelo Oceano Atlântico. Garantindo o trono brasileiro para seu filho, Pedro II, D. Pedro I foi lutar pelo trono de Lisboa: voltou a sua terra natal, e numa guerra civil contra seu irmão e genro D. Miguel, recuperou o trono para a filha Maria. Morreu ainda jovem, aos 35 anos, sem coroa, deixando garantidos os dois tronos, brasileiro e lusitano, aos seus dois filhos.

E o Império do Brasil entraria no conturbado período regencial. Diante das dificuldades do período, em que alguns autores dizem que o Brasil passaria a viver os conflitos que viveram seus vizinhos latino-americanos entre 1810 e 1825, as questões do Prata passaram a ser observadas um pouco mais de longe. Entretanto a Bacia do Prata não ficaria em paz, até porque, a Convenção Preliminar de Paz de 1828 não se tornara um Tratado definitivo. A República do Uruguai ainda buscava o reconhecimento de seus limites, não definidos na Convenção de 1828, e a República Argentina lutaria pela sua unificação, liderada agora pelo grande caudilho: Juan Manuel de Rosas.

3 - DA GUERRA GRANDE À GUERRA DO PARAGUAI: AUGES E DECLÍNIO DO PODER IMPERIAL NA BACIA DO RIO DA PRATA

O conturbado período regencial no Império do Brasil teve início em 1831, quando em 7 de abril D. Pedro I respondera às reclamações nacionais através da abdicação do trono em favor de seu filho, então com apenas 5 anos. As quatro mil pessoas que haviam se reunido no Campo de Santana protestando contra a demissão de ministros pelo Imperador, não esperavam medida tão drástica, mas se entusiasmaram com a novidade. Segundo José Murilo de Carvalho (2012), o período poderia ser dividido em duas fases: a primeira seria a da vitória liberal que durou até 1837, fase na qual o país tomara um caráter um tanto mais federalista. Através do Ato Adicional da Constituição, votado pela Câmara, as províncias passaram a ter orçamento e assembleias próprias, e seus presidentes poderiam nomear e transferir funcionários públicos (a despeito de que os próprios presidentes ainda eram nomeados pelo governo central). Além disso, o Ato aboliu o conselho de Estado e a regência perdera a permissão de dissolver a Câmara. Mas, a medida econômica e social mais importante foi a proibição do tráfico negreiro, que acordado com a Grã-Bretanha pelo tratado de 1826, só agora começaria a ser posto em prática (CARVALHO, 2012).

Na segunda fase destacada por Carvalho, que vai de 1837 a 1840, foi que o Brasil se tornou mais parecido a seus vizinhos no que se refere a conflitos internos. Teve fim a Regência Trina, substituída pela Regência Una que iniciou com o regente Feijó. A descentralização da fase anterior abriu espaço para disputas regionais pelo poder, em que três revoltas tomaram caráter separatista: a Cabanagem, no Pará, a Sabinada na Bahia, e a Revolução Farroupilha no sul do país. As revoltas que eclodiam no país assustaram até mesmo os liberais, que viam nelas as semelhanças com o processo de desintegração que tomou conta das colônias hispânicas. Assim, a reforma liberal não durou muito, e logo o conservadorismo voltou a dominar a política brasileira. Foi o “regresso conservador”, nas palavras de Carvalho (2012), em que uma das primeiras medidas foi de reduzir o poder que os presidentes das províncias conseguiram adquirir com o Ato Adicional, aumentando a centralização do poder estatal. No período regencial foi que se definiram os dois partidos políticos que alternaram o poder no Império: o Conservador e o Liberal.

Enquanto os conservadores defendiam um Estado Central forte baseado nas classes conservadoras³¹, nas quais se incluíam os proprietários de terras e proprietários de escravos voltados à agricultura de exportação, e os grandes comerciantes e burocratas, os liberais defendiam a descentralização política e administrativa, querendo mais autonomia para as províncias. Estes últimos eram mais flexíveis com a ideia do fim do tráfico negro, e eram baseados mais nos proprietários rurais que tinham sua produção voltada para o mercado interno e nos profissionais liberais urbanos. Enquanto os conservadores se concentravam no Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, os liberais estavam mais presentes em São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. No sul, em que os interesses estavam diretamente ligados ao que se passava nos conflitos geopolíticos no Rio da Prata, a revolta liberal tomou ainda maiores proporções, chegando a separar o Rio Grande do Sul do restante do Brasil.

3.1 A REVOLUÇÃO FARROUPILHA E A DÍVIDA PÚBLICA EXTERNA DO PERÍODO REGENCIAL

Província de uma vastidão imensa, ao norte terras de planalto para as melhores lavouras, ao sul campinas enormes para a pecuária e banhados para o arroz – sofria, porém, o Rio Grande do mal da solidão, do mal das distâncias num continente novo de comunicações ainda tão precárias, sobretudo quanto às suas relações com o restante do Brasil, e inclusive, desgraçadamente, no que se referia aos caminhos do mar, então os mais fáceis, os mais frequentes entre uma província e outra e com a Côrte. (GERSON, 1971, p. 17)

Até o século XVII as missões jesuíticas entre os rios Ibicuí e Jacuí eram os únicos centros povoados por brancos na região que viria posteriormente a ser chamada de Rio Grande de São Pedro. Apenas na terceira década do século XVIII é que se começaria a ligar por via terrestre o Rio Grande ao norte da colônia, via Laguna, que era o principal entreposto para acessar a Colônia do Sacramento. Esse acesso terrestre permitiu assim a fundação da vila do Rio Grande, em 1737, e da vila de Viamão, em 1741, já que o acesso por mar era dificultado pela geografia do local. Assim foi fundada em 1760 a Capitania do Rio Grande de São Pedro, tendo o Rio Grande como capital. Esta capitania sofria constantemente o ataque dos

³¹ Por classe conservadores entende-se que seja “aquelas em mudança brusca tinham tudo a perder e nada a ganhar” (CARVALHO, 2012, p. 95).

castelhanos, como já citamos anteriormente, que buscavam retomar as fronteiras estipuladas pelo Tratado de Tordesilhas. Era, portanto, uma região bastante conflituosa, e continuaria sendo até pelo menos o fim do Império.

Nesse contexto a Revolução Farroupilha foi o mais importante conflito da Província, que chegou a declarar independência do restante do país. Nessas terras do Brasil Meridional que abasteciam o Brasil com mulas, gado e carne, os donos de terras eram também os chefes militares, característica única desta região segundo Carvalho (2012), mas que se assemelhavam aos caudilhos argentinos e uruguaios. Esses militares, que passaram anos defendendo as fronteiras ao sul do Brasil, e que foram bastante privilegiados com a incorporação da Província Cisplatina, tinham propriedades também no agora Uruguai. Reclamavam que os impostos exorbitantes que pagavam ao Império não eram investidos na província e sufocavam sua produção e seu comércio. Mas, principalmente, esses produtores de charque e gado tinham como principal mercado o brasileiro, mas estavam em desvantagem com relação aos concorrentes estrangeiros pelo câmbio e pelas vantagens tarifárias que estes possuíam.

O Coronel Bento Gonçalves era o principal representante liberal da Província de São Pedro dos manifestos de 1831 que levaram à abdicação de D. Pedro I. Participou da primeira campanha cisplatina em 1811 e 1812, da segunda de 1816 a 1821, sendo nomeado capitão, e em 1824 foi nomeado tenente-coronel. Na Guerra da Cisplatina, participou das mais importantes batalhas, como a de Sarandi e a de Ituizangó. E em 1829, recebeu seu mais importante título: D. Pedro I o nomeou coronel de estado-maior. Mas desde que se instalou o período regencial, os enviados pela corte para presidir a província se assustavam com as intensas ligações gaúchas com os caudilhos orientais. Até que foi nomeado como Presidente da Província o baiano Juiz José Mariani, em 1833, que logo recebeu a denúncia de que Bento Gonçalves era um conspirador que pretendia a separação da Província. Gonçalves foi até a corte, se defendeu brilhantemente, conseguiu tirar Mariani da presidência de São Pedro e nomear um presidente para província por ele indicado, e ainda conseguiu uma pensão pelos serviços que havia prestado ao Império.

O Presidente indicado por Gonçalves era o também liberal Fernandes Braga, que logo também o acusa de ligações com os blancos uruguaios. Foi o estopim da revolta. Bento Gonçalves, Bento Manuel (que por três vezes trocou de lado ao longo da revolução), e o General Netto, tão famosos na cultura gaúcha, lideraram a

revolução, que chegou à proclamação em 11 de setembro de 1836 da República do Piratini. Segundo Flores (2010, p. 15), a República gaúcha chegou a ter “seis ministérios, serviço de correio, serviço de polícia, exército organizado, tribunal eclesiástico, seis tratados com o exterior, leis e decretos próprios publicados no jornal O Povo, espécie de órgão oficial do governo republicano.” O Império não reconheceu a separação, e uma guerra civil se instaurou na região por 10 anos. Do lado dos farrapos, estavam estancieiros, charqueadores, e escravos que acreditavam que com a implantação da República seriam libertos.

Necessitando de um porto para escapar ao bloqueio que o Império fizera aos farroupilhas, isolando-os do acesso ao mar, Guisepe Garibaldi e David Canabarro lideraram a construção de dois lanchões (nomeados Seival e Farroupilha) que seriam levados até Laguna, em Santa Catarina, por vias fluviais e depois por terra, sobre rodas e puxados por gado. Chegaram assim no dia 22 de julho em Laguna, com 4 escunas da marinha, 14 pequenos veleiros, 15 canhões, 463 carabinas e 30.620 cartuchos. Com isso, conseguiram tomar Laguna dos imperiais, que esperavam que os farrapos viessem pelo mar e foram completamente surpreendidos pela engenhosidade desta operação (GERSON, 1971). Assim os farrapos proclamaram a República Juliana, em 29 de julho de 1839. Dos 24 mil soldados que possuía o Império, aproximadamente 12 mil estava no Rio Grande do Sul tentando acabar com a Revolução, sem sucesso (BANDEIRA, 2012).

De acordo com as estimativas apresentadas por Hartmann (2002, p. 79), os farroupilhas mantinham um exército bem menor que o imperial, e conseguiam fazer frentes às suas despesas através da venda de gado e charque para os países da Bacia do Prata, além dos investimentos de dirigentes e simpatizantes da revolução. Os farroupilhas tinham alta mobilidade por conhecerem bem o terreno, mas perdiam dos imperiais também na capacidade bélica. Por outro lado, para manter o exército imperial, navios, armamentos e demais despesas de guerra, os gastos do governo com o conflito chegavam a 25% dos impostos nacionais arrecadados no período, agravando ainda mais a situação do Tesouro Nacional, que já penava para arcar com as despesas das dívidas públicas, internas e externas, contraídas em períodos anteriores.

Neste sentido, no que diz respeito a dívida externa, a regência também foi um período conturbado: pela primeira vez se votaria na Câmara um projeto de declarar a moratória da dívida externa. Na crise de 1826, foi esta a decisão de todos

os outros países sul-americanos, mas no Império do Brasil a proposta se apresentava absurda aos olhos da maioria dos deputados e senadores. O projeto do senador José Inácio Borges propunha a suspensão dos juros e amortizações da dívida externa por cinco anos, com vistas a aplicar esse dinheiro no resgate da moeda de cobre. Mas depois de muita discussão na Assembleia, uma Comissão Especial rejeitou a proposta por considerá-la “incompatível com a dignidade de um povo justo e livre, e por ser eminentemente impolítica”. Além disso, discutia-se que essa decisão deveria ser divulgada rapidamente para que constasse na Europa que o Brasil não tinha nenhuma intenção de “quebrar os seus contratos, e que antes estava no firme propósito de satisfazê-los com maior religiosidade do que se fazia no tempo do antigo governo” (ALMEIDA, 2005, p. 184). Tudo isso ajuda a justificar a tese de Marcelo de Paiva Abreu, que já citamos neste trabalho, de que o Império do Brasil merece realmente o “título” de melhor pagador dentre os latino-americanos.

Sabia-se que os demais países latino-americanos que na crise de 1826 haviam declarado moratória, ainda não haviam retomado seus pagamentos³². Diante da necessidade de capital, e a boa imagem que o Império ainda possuía diante dos credores, declarar moratória era mesmo uma decisão bastante arriscada. Entretanto, as dificuldades pela qual o Império passava para honrar esse compromisso não devem ser ignoradas. Segundo os dados apresentados por Almeida (2005), as despesas aumentaram mais do que as receitas principalmente nos período regencial e nos anos 1840, em que houve tantas guerras regionais ao longo do território e desastres naturais. Em 1850 o serviço da dívida externa já representava 10% do orçamento público, ou seja, 425 mil libras esterlinas (se somada a dívida pública interna, a porcentagem chegava a 23% do orçamento – Ver Tabela 2). Sendo assim, é claro que a moratória daria um alívio aos cofres públicos...

Tabela 2 – Serviço da dívida como porcentagem do orçamento, 1850-1895

Dívida	1850	1860	1870	1880	1888	1895
Externa	10	7	11	12	18	20
Interna	13	7	16	22	13	8
Total	23	14	27	34	31	28

Fonte: J. SCHUTZ, 1996 apud ALMEIDA, 2009, p. 195.

³² Na verdade, esses Estados só voltariam a pagar suas dívidas em 15, 20 ou 30 anos, e nenhum conseguiu tomar algum empréstimo antes do final dos anos 1850. O México, que estava envolvido ainda em uma grande guerra civil, chegara a ter seus portos invadidos por europeus, que reuniam forças francesas, britânicas e espanholas (MARICHAL, 1988).

Mas o país não poderia, na visão dominante à época, abrir mão da captação rápida de recursos que só a dívida pública era capaz de fornecer. Havia déficits nos orçamentos da Fazenda, Marinha e Guerra (BARROSO, 1989). Isto posto, foi na regência de Pedro de Araújo Lima, em 1839, que se pediu o único empréstimo tomado durante todo este período de quase 10 anos aguardando a maioridade do Imperador. Excepcionalmente, os credores desta vez não foram os Rothschilds, e sim os banqueiros Samuel & Philips, que emprestaram a tipo 76, taxa de juros de 5%, e prazo de 30 anos, um capital real de £237.500, ou 2.500:000\$ (dois mil e quinhentos contos de réis), ao câmbio de 1830, quando o valor nominal da emissão foi £411.200 (CARREIRA, 1889, p. 220). Segundo os cálculos de Barroso (1989), pagaríamos £503.000 pelo empréstimo.

O Império do Brasil tinha uma alta dependência das rendas alfandegárias, e segundo os dados apresentados por Almeida (2005, p. 186-187), os direitos de importação representavam a metade da receita do governo, enquanto os de exportação chegavam a 20% em meados do século XIX. Os orçamentos das províncias apoiavam-se principalmente nos “direitos de baldeação e reexportação, em direitos de ‘saída’ e em dízimos e impostos sobre artigos diversos, segundo a especialização regional”, e as isenções ocorriam por conveniência ou por motivos políticos (Idem, p. 188). Assim, por receberem poucos recursos do governo central, as províncias acabavam por cobrar tarifas de exportação de seus produtos para outras partes do país, e no caso do Rio Grande de São Pedro em 1831, chegava a 600 réis a arroba de charque, tendo esta província ainda, a falta de proteção contra os produtos concorrentes que eram importados dos países vizinhos.

Durante todo o período regencial, a política brasileira para o Prata fora defensiva já que a fragilidade interna não permitia envolvimento nos conflitos daquela região. Manter a unidade territorial já estava bastante difícil ao país. Apesar disso, o Rio Grande de São Pedro estava no mesmo contexto que seus vizinhos platinos, a Confederação Argentina e o Uruguai. Nesses países, assim como na província gaúcha, os grupos políticos se seccionavam, tendo o federalismo como pano de fundo para as sublevações que ocorriam. As principais causas eram a reivindicação por protecionismo das economias locais, artesanato e indústrias domésticas, “ameaçadas pela expansão internacional do capitalismo” (BANDEIRA, 2012).

Em linhas gerais, ele [federalismo] significou o anseio de autonomia das províncias, empenhadas em fazer suas próprias leis, de acordo com suas conveniências, ou seja, representou a resistência das estruturas pré-capitalistas, preservadas pelo isolamento colonial em que se manteve o Vice-Reino do Rio da Prata, à desintegração que as correntes do comércio externo provocavam. E isto era tanto verdadeiro na Confederação Argentina, cujas províncias reagiam à penetração indiscriminada de mercadorias estrangeiras, quanto no Brasil, onde o Rio Grande do Sul se revoltava contra impostos exorbitantes, que sufocavam sua indústria e seu comércio, cobrados pelo governo imperial (Ibidem, p.108).

Enquanto a Revolução Farroupilha seguia, o país se movia novamente para o centralismo. Os Liberais, representados então principalmente pelas oligarquias cafeeiras, buscando acabar com as reformas que estavam sendo feitas pelos Conservadores que seguiam dominando a Câmara, armaram o processo de antecipação de maioria de D. Pedro II, e neste interesse convergiam os conservadores, que também disputavam a influência sobre o jovem Imperador. Com 15 anos D. Pedro II tomou posse do trono brasileiro, e como reconhecimento por seu esforço, os liberais foram chamados ao governo, mas não duraram nem um ano governando. Logo os conservadores retomaram a liderança do Estado, fortalecendo sua centralização, com uma reforma que recriava o Conselho de Estado e colocava o Poder Judiciário e a polícia sob controle do governo central (CARVALHO, 2012).

De qualquer forma, o interesse de manter um Estado forte através da monarquia funcionou. Com isso, pôde-se ter uma política para fazer frente às pressões inglesas pelo fim do tráfico de escravos, e também para a estratégica região do Rio da Prata, que com a omissão brasileira do período regencial, estava vivendo a hegemonia de Buenos Aires, com a presença de Rosas. Segundo Doratioto (2014), a coroação de Pedro II que resultou do acordo entre as elites brasileiras e permitiu a constituição de uma monarquia constitucional parlamentarista, permitiu também a crescente exportação do café e a consequente melhoria das finanças do país. Ainda que a República do Piratini continuasse a existir, agora o governo estava em maiores condições políticas e financeiras de acabar com a revolta, até porque, os farroupilhas estavam empurrando o Império para a guerra que se deflagrava no Prata, ao receberem armas e cavalos de Entre Ríos, Corrientes e Montevideu, através de Fructuoso Rivera, simpatizante dos revoltosos brasileiros.

3.2 O RETORNO DO IMPÉRIO AOS CONFLITOS PLATENSES: A GUERRA GRANDE E O BRASIL COMO CREDOR

A disputa pelo controle territorial e pelas rendas derivadas do comércio nos Rios da Bacia do Prata também foi a base das tensões que levaram à guerra que acabou com a liderança de Juan Manuel de Rosas na Confederação Argentina. Reconhecendo a complexidade das circunstâncias, a multiplicidade dos atores e o caráter inconstante de suas alianças, é possível identificar a direção geral do conflito uma vez que se reconhece que ainda não estavam definidas as respectivas unidades territoriais que iriam compor os futuros estados-nação da região. A Confederação Argentina ainda tinha fortes divergências entre o interior e Buenos Aires, e a liderança de Rosas ameaçava inclusive a independência uruguaia. No Uruguai, as fronteiras com o Brasil ainda nem haviam sido definidas, e o Império ainda lutava contra a separação do Rio Grande de São Pedro.

A Guerra Grande começou com a guerra civil uruguaia. O Uruguai havia-se constituído numa república em 1830 e teve Fructuoso Rivera como seu primeiro presidente eleito. Do confronto entre ele e Juan A. Lavalleja, que havia declarado a independência do país em 1828, surgiram dois partidos rivais: *Colorados* e *Blancos*. Rivera conseguiu terminar seu mandato em 1835, e indicado por ele, Oribe assume a presidência uruguaia. Mas Lavalleja subleva-se, com o apoio de Bento Gonçalves, por um lado, e de Rosas por outro. Segundo Soares (1955), quando Lavalleja exilou-se no Rio Grande do Sul durante o mandato de Rivera, fora acolhido por Bento Gonçalves, com quem chegou a pensar na formação de um novo país sul americano, que seria formado por Corrientes, Entre Ríos, Uruguai e parte do Rio Grande³³. E teria sido nesta ocasião, que a denúncia de conspiração teria chegado aos ouvidos de Fernandes Braga³⁴. Já a aliança de Lavalleja com Rosas, tinha fundamento no interesse deste último em acabar com as vantagens que os brasileiros tinham ao abastecer-se do gado que tiravam do Uruguai, de modo que

³³ No trabalho de Joanna Souza (2013), a autora levanta a mesma aliança, segundo texto de José Antônio Soares de Sousa, citado pela mesma.

³⁴ "A situação tornou-se de tal forma perigosa que o general Pereira Pinto, comandante das armas do Rio Grande, escreveu em junho de 1834 ao desembargador Fernandes Braga, Presidente da Província, nos seguintes termos: 'Os emissários de Lavalleja percorrem toda a província procurando em suas promessas fascinar os nossos comprovincianos e, secundados por protetores que gozam de reputação, não deixam de adquirir-lhes partidários, e fazem já aparecer na província uma rivalidade entre os cidadãos, que deve produzir funestíssimas consequências.'" (SOARES, 1955, P. 92-3).

este território era tratado ainda pelos brasileiros como se fosse a Província Cisplatina (BANDEIRA, 2012).

Por ambição e inteligência, segundo Soares (1955), e por não querer estar apenas a sombra de Rivera, segundo Bandeira (2012), Oribe que havia sido inclusive ministro no governo de Rivera trocou de lado e passou a apoiar Lavalleja, Bento Gonçalves e Rosas. Desta forma, iniciou uma perseguição ao ex-presidente Rivera, que passa a organizar uma sublevação contra este governo *blanco*. A rivalidade entre os dois grupos derivou na Batalha de Carpintería em 1836, vencida pelos *blancos*, sendo o estopim de uma longa guerra que foi ganhando tamanhas proporções até se tornar um conflito internacional: a Guerra Grande, que se estendeu de 1839 a 1851, e que envolveu os territórios de Uruguai, a Confederação Argentina, o Império do Brasil, e até contou com as interferências da França e da Grã-Bretanha.

Como comentamos anteriormente, as facções contrárias em cada país tinham interesses convergentes nos países vizinhos, de modo a formar um complexo emaranhado de frouxas alianças, das quais Rosas acabava por se tornar o personagem principal. Este contraditório personagem da história argentina e platense, tido por uns como “astucioso, sutil, brutal e despótico”, nas palavras de Soares (1955), e por outros como “ditador com apoio popular”, e “intérprete e líder dos saladeiristas de Buenos Aires” (BANDEIRA, 2012), era considerado um problema principalmente para o Império brasileiro e as nações europeias Inglaterra e França. Isso porque Rosas tinha como um de seus principais projetos a monopolização do porto de Buenos Aires como a única entrada e saída para a Bacia do Rio da Prata. Para tanto, seria necessário o controle de Montevideú, através da incorporação do Uruguai à Confederação Argentina, e o controle sobre o Paraguai, o que se assemelhava ao antigo Vice-Reino do Rio da Prata. Era um projeto inconcebível para esses países que tinham no Rio da Prata uma das principais rotas de seu comércio, e para o Império do Brasil era inclusive uma ameaça à integridade de seu território.

Muitos opositores a Rosas da Confederação Argentina, como os unitários, também participavam dos conflitos uruguaios, já que estavam exilados nesse território e o utilizavam como plataforma para suas operações na Confederação. Por sua vez, as províncias do litoral da Confederação, mesmo dirigidas por líderes federais, questionavam o monopólio do porto exercido por Buenos Aires, sua

apropriação excludente das rendas do comércio e seu bloqueio dos rios da Bacia. Esse era o caso, em especial, da província de Entre Rios e seu líder Justo José de Urquiza. Por sua vez, desde março de 1838 até outubro de 1840 uma frota francesa manteve um bloqueio sobre o porto de Buenos Aires³⁵ e forneceu financiamento e armas à oposição unitária a Rosas, exilada no Uruguai, e ao governo dos *Colorados* que sofriam o assédio dos *Blancos* de Oribe na cidade de Montevidéu. Foram enviados de Paris ao Rio da Prata nove navios de guerra com 1.400 homens de guerra embarcados. Já Oribe, que negou o pedido francês de utilizar Montevidéu como ponto de apoio contra Buenos Aires, ganhou mais um inimigo. Assim tanto a França quanto o Império do Brasil passaram a auxiliar a oposição unitária a Rosas, exilada no Uruguai, e a Rivera e os *colorados*, que assim conseguiram derrubar Oribe do governo em Montevidéu em outubro de 1838.

Entretanto, o bloqueio do Prata contra Rosas mais o fortalecia politicamente do que o enfraquecia, já que a população argentina colocava a culpa do bloqueio nos unitários. Por outro lado, os ingleses já faziam reclamações pelos prejuízos comerciais, e a França acabou por retirar-se da região em 1839 (SOARES, 1955). Já o Brasil, que não podia se envolver muito diretamente nos conflitos dos países vizinhos devido à sua própria instabilidade política e econômica, deixara à França e à Inglaterra a missão de acabar com o poder de Rosas, que se mostrava cada vez mais forte. Em 23 de setembro de 1840, novamente uma esquadra francesa de 36 embarcações e 6000 homens de guerra desembarcou em Montevidéu, sendo aclamados com entusiasmo. Mas em 29 de outubro do mesmo ano, França e Rosas chegaram a um acordo, que apesar de parecer resolver os interesses franceses, deixava seus aliados abandonados, principalmente o Uruguai. Assim Rosas bloqueou os portos do Uruguai em 1841, e mais uma vez saía fortalecido. E a França, que seguia tentando resoluções diplomáticas para a situação, seguia sem sucesso na questão apesar de conquistar maior espaço nas relações com Montevidéu. Com a situação já crítica, a Inglaterra propôs aliança aos franceses (SOARES, 1955).

Por volta de 1843, em mais uma troca de alianças, Rivera agora deixava de ser apoiado pelo Império e passava a declarar abertamente apoio aos farroupilhas.

³⁵ A França reclamava um tratamento do país como nação mais favorecida, nos mesmos termos que a Inglaterra, e a isenção dos cidadãos franceses de fazer o serviço militar. Por sua vez, a França apoiava ao general Santa Cruz, líder da confederação Peruano-Boliviana, no conflito com a Confederação Argentina dirigida por Rosas, pelo controle de territórios pertencentes às atuais Províncias de Jujuy na Argentina e Tarija na Bolívia.

Rosas, com medo da intervenção britânica e francesa, pedia apoio ao Império contra Rivera, argumentando o quanto seria perigoso tanto aos argentinos quanto aos brasileiros a ideia de unificar Uruguai, Rio Grande do Sul, Corrientes e Entre Rios, como agora já parecia desejar Rivera. É claro que um acordo entre o Império e Rosas era extremamente complicado já que os objetivos eram totalmente diferentes, apesar de a primeira questão interessar aos dois países: a retirada de Rivera do poder uruguaio³⁶. Enquanto Rosas pretendia com a posse de Oribe incorporar o Uruguai à Confederação Argentina, o Brasil pretendia com o acordo afirmar com a Confederação a independência uruguaia. Quando o Império resolveu assinar um acordo, Rosas desistiu. Agora a ameaça europeia já havia se afastado, e Oribe já estava quase tomando Montevideú. Rosas deixara então claras as suas intenções, e o Império precisava montar uma estratégia para lidar com o caudilho, já que este, Oribe e Rivera já se apresentavam todos como inimigos do Império.

A essa época o Império tinha ainda outro problema para resolver: devia ainda para Portugal, do que havia pagado por sua independência, £622.702, dos quais £488.393 eram do principal que se acordara em uma prestação de contas entre Brasil e Portugal em 1837, mais £134.308 de juros decorridos desde aquele acordo até 1842. Este quadro foi apresentado pelo Ministro da Fazenda Joaquim Francisco Vianna, no seu relatório apresentado ao corpo legislativo em 1843, em que anunciava que apesar de estarem atrasadas as amortizações das dívidas brasileiras, os juros eram sempre pagos pontualmente, e também que a dívida com Portugal seria quitada com um novo empréstimo feito em Londres, contratado em 3 de maio de 1843. Como garantia, eram dadas as rendas de todas as alfândegas nacionais, com as quais se formaria um fundo especificamente para esse fim (CARREIRA, 1889).

Por outro lado, resolvida a questão financeira com mais um empréstimo, era necessário garantir a integridade do território brasileiro. Fazendo concessões aos farroupilhas, em que a principal seria a introdução de um imposto de 25% sobre o charque importado, o governo imperial reintegrou o Rio Grande do Sul ao Brasil em 1844 (CARVALHO, 2012). E em 1845, os gaúchos já declaravam apoio ao Império contra Rosas:

³⁶ “Durante a Guerra dos Farrapos, Rosas, Oribe e Rivera estiveram associados numa causa comum: perturbar a vida do Império, minar-lhe a unidade territorial e aproveitar a desunião dos brasileiros. Quando, porém, Rivera adquiriu maior remígio em seus propósitos, sonhando com a Confederação de Montevideú, Corrientes e Rio Grande, Rosas e Oribe volveram-se, como tigres, contra o aliado de véspera” (SOARES, 1955, p. 112).

Um poder estranho ameaça a integridade do Império e tão estólida ousadia jamais deixaria de ecoar em nossos corações brasileiros. O Rio Grande não será o teatro de suas iniquidades e nós partilharemos a glória de sacrificar os ressentimentos criados no furor dos partidos, ao bem geral do Brasil (SOARES, 1955, p. 101).

Os agentes do Império inicialmente estavam mais preocupados em garantir a reintegração do Rio Grande ao seu território e eliminar as bases da revolução gaúcha. Na bacia do Prata, a eventual recriação do antigo Vice-Reino do Rio da Prata era considerada uma grande ameaça para o Império que, além disso, passava por uma conjuntura diplomática tensa com relação à Inglaterra por não querer revalidar o Tratado de Comércio de 1827, estando por isso o litoral brasileiro praticamente sob intervenção inglesa (BANDEIRA, 2012). O Império teve de tomar várias atitudes diplomáticas a partir de então para lidar com o problema que era Rosas, ao mesmo tempo em que lutava no Rio Grande do Sul. Primeiramente, em 1843, buscava propor à Rosas a reabertura das conversações para um novo acordo, e ao mesmo tempo, enviou Pimenta Bueno para o Paraguai para negociar o reconhecimento do país, o que ocorreu em setembro de 1844, enquanto também levava diplomatas até a Bolívia, “fazendo obra de sondagem bastante cautelosa” (SOARES, 1955, p. 104).

Em agosto daquele ano, o Império foi buscar apoio francês e inglês, mas os dois países europeus acreditavam que o Brasil deveria ter papel secundário nessas missões, e a Inglaterra queria mesmo era excluir o Império das ações³⁷. Apesar dos danos comerciais de que reclamavam os franceses e ingleses moradores da região platense, os dois governos europeus tinham medo de que a queda de Rosas desencadeasse uma anarquia na Confederação Argentina (BANDEIRA, 2012). E o governo brasileiro, que queria evitar o conflito direto com o país vizinhos, aceitou manter-se neutro e deixar a questão de Rosas oficialmente entregue à Inglaterra e à França. Cinco missões foram tentadas pelos dois países europeus, desde 1845 até 1849, com esquadras anglo-francesas rompendo bloqueios rosistas e bloqueando todos os portos da Bacia do Prata, com a exceção de Montevideú. O real motivo da intromissão europeia nos conflitos da região era garantir o livre trânsito e o livre

³⁷ Em referência à missão do Visconde de Abrantes à Europa para buscar aliança da França e Inglaterra contra Rosas, escreve Soares (1959, p. 102): “Guizot, primeiro ministro da França, expressou a opinião de que o governo do Brasil deveria limitar-se a desempenhar papel secundário; e foi a resposta de Guizot que proporcionou a Aberdeen a oportunidade, que vinha pacientemente esperando, de excluir o Brasil”.

comércio pelos rios interiores da Bacia do Prata, que estavam comprometidos pela política de “apropriação do Rio” exercida pela Buenos Aires de Rosas.

Mas Rosas desdenhou todas as missões, e todas as tentativas de negociação. Rosas alegou que garantir a independência do Uruguai para os europeus era contradizer a independência americana, que o Rio Paraná estava em território argentino e, portanto, seguiria fiscalizando-o, e por último, que o Rio Uruguai era de interesse da Confederação e do Uruguai, e não dos europeus (FERNS, 1968, p. 281-2). Então os ingleses tiveram de recuar: evacuaram a ilha Martín García, devolveram todos os barcos argentinos apreendidos no mesmo estado em que estavam ao serem capturados, e prestar tributo à bandeira argentina reconhecendo sua soberania sobre o rio, enquanto Rosas retiraria suas forças do Uruguai quando os franceses desarmassem todos os estrangeiros que apoiavam os *colorados* (FERNS, 1968). Quando França e Inglaterra entraram em acordo com Buenos Aires aceitando em boa medida as condições impostas por Rosas, os *colorados* deixaram de receber o apoio militar e financeiro que vinham recebendo da França, ficando Montevideú ainda mais vulnerável.

Logo, as chances de o Uruguai sucumbir às forças de Oribe e Rosas se tornavam ainda maiores, e fracassadas as missões europeias de pacificação, a esperança de tirar Rosas do poder recaía toda sobre o Brasil. Mas agora nesse tabuleiro, o Império do Brasil e o Paraguai eram as unidades políticas mais estáveis: “O Estado brasileiro e o paraguaio, em meados da década de 1840, já estavam suficientemente estruturados para, no caso do Brasil, ter uma política ativa em relação ao Prata e, no caso do Paraguai, se articular externamente na defesa de sua independência” (DORATIOTO, 2002, p. 25-6). Neste contexto, a partir de 1850 então, o Império preparava-se para a guerra.

Para suprir a redução dos subsídios franceses ao Uruguai, o Império passou a apoiar militar e financeiramente Montevideú, e posteriormente Urquiza. O apoio financeiro se deu através de Irineu Evangelista de Souza, futuro Barão de Mauá, que substituiu o subsídio Francês àquela cidade, a partir de 1850. No dia 6 de setembro daquele ano, acordou-se secretamente entre o Império, o Uruguai e Mauá seriam fornecidos mensalmente a Montevideú um auxílio de 18 mil pesos fortes mensais, por treze meses, com juros de 6% e garantias nas receitas fiscais da República Oriental, quando se restabelecesse a ordem (ALMEIDA, 2005, p. 200). Ainda em 1850, quando a França reduziu novamente o aporte ao Uruguai, que de 28 mil pesos

mensais passaram a 24, o Império assumiu novamente suprir essa redução através do contrato de 1 de dezembro de 1850 (SOUZA, 2013).

Além disso, enviou novamente diplomatas ao Paraguai, agora ratificando o reconhecimento da independência daquele país através do Tratado de Aliança Defensiva de 25 de dezembro de 1850, em que acordavam os dois países defenderem-se mutuamente de ataques argentinos ou uruguaios, e defender também a livre navegação no rio Paraná. Em 29 de maio de 1851, outro Tratado de Aliança defensiva e ofensiva, tinha como signatários o Império do Brasil, Uruguai, Corrientes e Entre Ríos. Diante deste Tratado e dos subsídios já disponibilizados pelo Império, quando em meados de 1851 a França decidira cessar a intervenção na Bacia do Prata, o Uruguai já não estava desamparado, e pedia ao Império não apenas que complementasse o que fornecia a França, como que superasse aquele valor: pedia 60 mil patacões³⁸ mensais por um ano, e um crédito imediato de 138 mil patacões. A questão é que agora pretendia-se uma ação ofensiva. E assim o Império aceitou, através do tratado de 12 de outubro de 1851, com juros de 6% ao ano, já que em contrapartida o Uruguai reconhecia a dívida contraída com o Brasil durante sua Guerra Civil, que já alcançava 288.791 pesos fortes (SOUZA, 2013).

Essa foi a “Diplomacia dos Patacões”, pouco tratado na literatura³⁹, e que teve no banqueiro Mauá um apoio fundamental. Diante da fragilidade uruguaia, o Império assinou ainda com o Uruguai mais quatro tratados naquele 12 de outubro, que consolidaram a dependência deste ao capital brasileiro. Nestes tratados, também acordou-se que o Império do Brasil estaria comprometido a intervir no Uruguai em caso de conflitos internos. Garantiu-se a livre navegação no rio Uruguai e seus afluentes, e ambos os países concordaram em não dar asilo a criminosos, prestando-se à extradição recíproca. Além disso, o Uruguai, já tendo abolido a escravidão para integrar os ex-escravos em seus exércitos, se comprometia a devolver ao Brasil seus escravos fugidos. E o Tratado de Limites,

³⁸ “O patacão era uma das moedas de prata em uso desde largo tempo no Brasil e que foi utilizada até a consagração do monometalismo em ouro em meados do século XIX, tendo circulado igualmente nos demais países da região. Segundo texto anônimo do final do século XVIII, a moeda de duas patacas valia 640 réis, mas na igualação do valor das moedas de prata e cobre de todo o país, feita logo após o desembarque da família real, foi efetuada a criação de um patacão de prata do valor de 960 réis, circulando na Bahia e no Rio de Janeiro. Pandiá Calógeras informa, por sua vez, que, por volta de 1853, o numerário em circulação no Brasil compreendia, ademais de muitas moedas de ouro (peças novas e antigas, além de soberanos e *shillings* ingleses), diversas moedas de prata, entre as quais os patacões, valendo 1\$920; são esses patacões de 1.920 réis que serão utilizados nos empréstimos ao Uruguai e à Argentina.” (ALMEIDA, 2005, p. 200, nota 4).

³⁹ Destacamos, entretanto, a dissertação de Joanna Santos de Souza (2013), intitulada “**A Diplomacia do Patacão: queda de Rosas e a nova configuração de forças no Prata (1850-1858)**”.

definia finalmente os limites dos dois países, dando ao Brasil a posse exclusiva da navegação da Lagoa Mirim e Rio Jaguarão.

Em seguida, pelo convênio de 21 de novembro de 1851 de aliança com o general Urquiza, representante de Entre Ríos e Corrientes, visando não a guerra contra a Confederação Argentina e sim a queda de Rosas, o Império acordou fornecer 100 mil patacões, por dez meses, a juros de 6%. Essa dívida estaria garantida pela hipoteca das rendas e terrenos de propriedades públicas da Confederação (Idem). Além disso, seriam fornecidos pelo Império quatro mil homens com armamentos e munições de guerra além de dezessete navios (SOUZA, 2013). Aliava-se a Urquiza e seu exército de Entre Ríos e ao Império, as tropas de Corrientes e os colorados uruguaios. Essas alianças lideradas pelo Brasil foram fundamentais para derrotar Rosas na Batalha de Monte Caseros, em 03 de fevereiro de 1852, o que foi por tanto tempo tentado pelos países europeus. Essa batalha e a consequente queda de Rosas, segundo Puiggrós (2006), representou a solução final de uma guerra entre províncias; ainda que não tenha encerrado a luta pelo porto único, colocou o problema em vias de solução.

Isso porque após a batalha, Urquiza conseguiu colocar um aliado seu no governo de Buenos Aires e organizar o que ficou conhecido como “Acordo de San Nicolás”, firmado em 31 de maio de 1852 e ratificado pelas províncias argentinas, exceto Buenos Aires. A Constituição impunha a Buenos Aires a nacionalização da renda aduaneira de seu porto, e tornava-a a capital da Confederação. Esse acordo teve duas importantes consequências: a supremacia federalista naquele momento permitiu a criação da Constituição de 1853, a qual novamente só não estava inclusa Buenos Aires, que ainda na disputa pelo controle do principal porto daquele território, se separaria da Confederação Argentina na Revolução de 11 de setembro de 1852. Agora as Províncias Unidas eram dois Estados: a Confederação Argentina, com sede em Santa Fé, e o Estado de Buenos Aires, não reconhecido pela Confederação.

Com a divisão do país vizinho, apenas o Império do Brasil saiu consolidado enquanto Estado e país dominante da região após a Guerra Grande e a derrocada de Rosas. O Uruguai tornou-se um “mero protetorado do Brasil”: 30% de seu território pertencia a brasileiros, a produção nacional fora reduzida no fim da Guerra a 10% do era antes, e a dívida externa chegara a 26 milhões de pesos, com os

recursos públicos hipotecados (BANDEIRA, 2012, p. 147)⁴⁰. Diante desta situação, o Presidente uruguaio Juan Francisco Giró, que assumiu o governo em 1 de março de 1853, tentando por um lado conciliar *blancos* e *colorados*, e por outro, retomar o controle das finanças do Estado, pretendendo retomar a administração das rendas aduaneiras, que até então estava sob as mãos de uma sociedade mista formada por credores e representantes do governo (BANDEIRA, 2012). Mas o Império não aceitaria tal situação, e ameaçou retirar os subsídios que fornecia, levando os *colorados* a se organizarem contra Giró. O Presidente pediu auxílio novamente às potências estrangeiras, Inglaterra e França, e também ao Império, para evitar mais um golpe de Estado, mas quando o Brasil interviu, já foi para consumir o golpe *colorado*.

Segundo um dos tratados de 12 de outubro, ficara o Império comprometido a intervir no país vizinho caso fosse solicitado, e assim foi feito em 3 de maio de 1854, quando os 5 mil homens do exército brasileiro de que fala Lynch (1991) entraram em Montevideú. Assumiram Venâncio Flores, Juan Antonio Lavalleja y Fructuoso Rivera juntos, mas com a morte dos dois últimos, Flores liderou o governo até o fim do que seria o mandato de Giró. Mas os custos dessa intervenção ficariam por conta dos uruguaios, aumentando ainda mais a dívida deste país. E quanto mais empréstimos eram disponibilizados, mais capital era demandado pelos tomadores uruguaios e argentinos. A República Oriental do Uruguai tomou com Mauá um empréstimo de 45 mil pesos em 1852 e 84 mil pesos em 1853, comprometendo para o pagamento dessas dívidas 20 mil pesos por mês das alfândegas orientais e o subsídio brasileiro (ALMEIDA, 2005, p. 208). No ano de 1854 os empréstimos do contrato de 1851 foram regulados, de modo a acordar-se que o Império poderia retirar os subsídios a qualquer momento, apesar de, meses depois, os subsídios serem aumentados para

⁴⁰ Segundo descreveu John Lynch, na coleção organizada por Leslie Bethell sobre a América Latina: “Para el tesoro [uruguaio], las consecuencias de la guerra duraron hasta mucho después de la paz. Todos los recursos del Estado estaban hipotecados, tanto a capitalistas privados que habían financiado la causa de los *colorados* como a los gobiernos de Francia y Brasil. En la década de 1850, el subsidio mensual que recibía de Brasil era el único ingreso del gobierno uruguayo, y por esta razón las aduanas continuaron estando hipotecadas. Brasil se convirtió en la metrópoli informal y Uruguay en una especie de satélite y en víctima de la penetración económica, de la dependencia financiera y la subordinación política, porque Uruguay soportó no sólo la presión por el subsidio sino también el legado de los tratados de 1851, un ejército brasileño de 5.000 hombres (hasta 1855) y una quinta columna brasileña bajo la forma de centenares de estancieros cuya presencia convirtió al norte de Uruguay en casi dependiente de Rio Grande do Sul. Uruguay estaba frente al peligro real de perder su independencia en un momento en que Argentina, la rival tradicional de Brasil en el Río de la Plata, estaba atrapada en una extenuante guerra civil.” (LYNCH, 1991, P. 303).

60 mil pesos e reconhecer-se que era o Império o credor dos 84 mil pesos que emprestou Mauá em 1853.

Durante todo o ano de 1854, os pagamentos autorizados do Império ao Uruguai somaram 720.000 patações, o que representou 1,8% das exportações brasileiras naquele ano. E por fim, o Uruguai recebeu em 1858 110 mil patações através de um novo empréstimo, com juros de 6%, para serem gastos com “despesas futuras da Repartição da Guerra, Marinha, Estrangeiros e Governo”. No mesmo ano, o Uruguai aceitava ainda, em acordo com o Brasil, estabelecer uma comissão para analisar indenizações às reclamações de súditos brasileiros (ALMEIDA, 2005, p. 208). Em 1857 a Confederação Argentina recebeu mais um empréstimo de 314 mil patações, ou 603 contos de réis. No ano seguinte Mauá instalou uma filial de seu banco na cidade de Paraná, na Província de Entre Ríos, então pertencente à Confederação Argentina. Com depósitos à vista, o banco tinha a permissão para cunhar moedas de ouro e prata. Esse financiamento também ajudou Urquiza a vencer na Batalha de Cepeda em 1859, a qual trataremos mais a frente, obrigando a Buenos Aires a aceitar a Constituição Federal da Confederação. Por conta desses empréstimos, o patação se tornou moeda corrente em todos os países do Prata (BANDEIRA, 2012, p. 201). Em 1858 o Uruguai recebeu mais 110 mil patações, com juros de 6%, para serem gastos com “despesas futuras da Repartição da Guerra, Marinha, Estrangeiros e Governo” (ALMEIDA, 2005, p. 208).

O apoio brasileiro à Confederação Argentina se devia ao fato de que as províncias do litoral argentino eram muito mais favoráveis à livre navegação dos rios do que Buenos Aires (DORATIOTO, 2002, p. 34). Aliás, se a Confederação conseguia submeter definitivamente Buenos Aires ao seu controle, iriam estar garantidas as rendas necessárias para pagar as dívidas anteriores que a mesma ainda mantinha com o Império, e assim as províncias que compunham a Confederação Argentina passaram a ter fortes laços financeiros com o Império. Ao manter a independência do Paraguai e Uruguai, o Brasil impediu a reconstituição do antigo Vice-Reino do Rio da Prata pretendida por Rosas. Mas e o Império, em sua fase de credor, necessitou de empréstimos estrangeiros? Já em 1852, meses após a queda de Rosas, o Império teve de recorrer aos banqueiros londrinos, mais uma vez com o fim de refinar dívidas: agora eram as dívidas contraídas em 1824, aquelas primeiras que citamos neste trabalho, que totalizavam 3 milhões de libras em valor nominal, além do empréstimo português com Londres que o Império assumiu na

ocasião do reconhecimento. Com melhores condições, de tipo 95 e taxa de 4,5%, as £954.250 nem chegariam ao Brasil: ficariam com os próprios credores, os Rothschilds, para cobrir os débitos anteriores.

Em 7 de junho de 1855, esses mesmo banqueiros, entrariam em acordo com o Brasil para tornarem-se os agentes financeiros do Império em Londres, e a partir de então monopolizariam absolutamente as dívidas públicas externas imperiais. No mesmo ano, em um relatório entregue ao corpo legislativo do Império, Marquês de Paraná, então a frente do Conselho de Ministros, fez um histórico da dívida pública externa brasileira concluindo que naquele ano a dívida montava a £5.821:200, com juros e amortizações pagos no prazo mesmo tendo o país atravessado as guerras que tanto preocuparam aos credores (CARREIRA, 1889, p. 310). Em 1858 também no relatório ao Conselho de Ministros, o Conselheiro Bernardo de Souza Franco “lisonjeado” com o aumento das receitas, recomendava “o maior cuidado na decretação das despesas” diante da possibilidade de “algum acontecimento no Sul do Império” (CARREIRA, 1889, p. 321).

Neste contexto otimista, celebrava-se em 1857 um acordo que autorizava Mauá a instalar um banco de depósitos à vista na Confederação Argentina por 15 anos, sendo permitido inclusive cunhar moedas de ouro e prata. Vantajoso era não apenas para Mauá, que via a expansão de seus negócios, como para o Império, que via a expansão de seu poder, enquanto para Urquiza a vantagem estava principalmente nos créditos que possuía no banco para comprar tanto no Brasil quanto na Inglaterra, armamentos, mantimentos e até objetos de arte (DORATIOTO, 2002, p. 34). Mauá pôde nesses conflitos expandir enormemente seu banco Mauá & Cia., que era aliado aos Baring Brothers na Inglaterra e, portanto, estava longe de ser uma “marionete” dos Rothschilds. Abriu agências em Salto, Paissandú, Mercedes e Cerro Largo, todas cidades uruguaias, além de Rosário e Gualaguachú na Confederação Argentina. Todos os empréstimos feitos aos países vizinhos eram controlados detalhadamente pela chancelaria do Império, autorizados, e votados sob a forma de lei, além de se ter de prestar contas todos os anos para a Assembleia Legislativa (ALMEIDA, 2009, p. 202).

Em 26 de agosto de 1857, autorizou-se o primeiro empréstimo externo especialmente feito para investimento em obras públicas, que seria contratado em 19 de maio de 1858: um empréstimo para o prolongamento da Estrada de Ferro D. Pedro II (Ver Quadro I nos Anexos). Correspondente ao valor de 1/3 do capital da

Companhia da Estrada, seriam contratadas £1.425.000 com prazo de 30 anos⁴¹. No ano seguinte mais um contrato, desta vez no valor de £508.000, que representavam o que ainda se devia do empréstimo de 1829: £48.000 destinaram-se diretamente à liquidação da dívida enquanto as outras £460.000 foram refinanciadas através da conversão em novos títulos⁴². Enquanto credor, a dívida do Uruguai, Entre Ríos e Corrientes chegava a 6.719:994\$919, incluídos os juros, o que representava aproximadamente 6,3% do valor de nossas exportações naquele ano (CARREIRA, 1889, p. 341).

A década de 1860 iniciou para o Império com um novo empréstimo para investimento em obras públicas, completando três anos seguidos de empréstimos externos: foi contratado em Londres mais £1.373.000 nominais. O destino desse capital seria a encampação da estrada de ferro D. Pedro II, da estrada rodoviária União e Indústria (que ligava Petrópolis a Juiz de Fora), e da colônia de Mucury, localizada no atual estado de Minas Gerais e município de Teófilo Otoni (nome dado em homenagem ao fundador da colônia). No que diz respeito aos conflitos platenses, a década de 1860 marcaria o auge da hegemonia imperial no Prata.

3.3 OS CONFLITOS INTERNOS E A GUERRA DO PARAGUAI: O AUGE E A QUEDA DA HEGEMONIA IMPERIAL NA BACIA DO PRATA

A Guerra do Paraguai, conhecida como a “Guerra da Tríplice Aliança”, foi o maior e mais sangüinário conflito armado da América do Sul. Ocorreu em uma fase do capitalismo mundial em que era maior a exigência para consolidação de estados fortes e unificados, e de certa forma refletiu esse contexto, principalmente no caso argentino. A fase anterior à guerra já era para Buenos Aires e Confederação Argentina bastante conturbada. Urquiza tentava com muita dificuldade reorganizar a Confederação, criando colônias com contingente europeu com vistas a desenvolver a agricultura e uma pequena indústria. Houve tentativas também em criar uma base financeira, através da fundação do Banco da Confederação Argentina em 1853, ou do Banco Mauá & Cia em 1857, além dos empréstimos e arrendamentos de banqueiros e do Império do Brasil, mas não obtiveram sucesso. O esforço de elevar

⁴¹ Segundo os cálculos de Barroso (1989), teríamos recebido £1.360.275 e pago até dezembro de 1888 £3.366.500

⁴² Encerrou-se a década de 1850, com a amortização dos empréstimos externos de 1824, 1839, 1852 e 1859 chegando a £187.300 em 1859 e tendo sido enviado a Londres £ 880.166.

o volume de comércio em seus portos de modo a competir com Buenos Aires também foi em vão. Buenos Aires seguia preponderante no comércio da região, e com sua renda conseguiu iniciar a construção de ferrovias e criar o Banco e Casa da Moeda de Buenos Aires em 1853 (PUIGGRÓS, 2006).

A Confederação dependia da incorporação de Buenos Aires, e apesar de Urquiza tentar negociar a questão, os governadores daquela província eram cada vez mais reticentes com a possibilidade de perder o controle sobre as rendas aduaneiras. Assim, o assassinato do ex-governador da província de San Juan, Nazario Benavídez, foi o estopim para a guerra civil⁴³. Tanto o Paraguai e o Império do Brasil, quanto os Estados Unidos e a Inglaterra tentaram evitar o confronto através de sua diplomacia, mas sem sucesso: a Confederação decidiu incorporar Buenos Aires definitivamente, mesmo que para isso necessitasse a guerra. E a consequência fora então a prevista: a província respondeu com a invasão de Santa Fé, sob o comando de Bartolomeu Mitre, que resultou na conhecida batalha de Cepeda, em 23 de outubro de 1859. Essa batalha foi um marco para o início da reunificação do país. Com o triunfo de Urquiza ao derrotar Mitre, conseguiu-se a renúncia do governador portenho Valentín Alsina, que se recusava a negociar com a Confederação (PUIGGRÓS, 2006).

A saída de Alsina possibilitou a assinatura em 11 de novembro de 1859 do Pacto de San José de Flores, que incorporava Buenos Aires por direito, mas não de fato. Para dar prosseguimento a essa incorporação, Mitre foi eleito para governar a Província, que passava a ser a capital da Confederação. Nesta posição, conseguiu renegociar o Pacto, e alterar a Constituição para retomar a renda aduaneira do porto. Mas essa questão da renda aduaneira, que foi o principal motivo dos conflitos entre Buenos Aires e as províncias interioranas desde a independência, desencadearia mais um importante batalha, conhecida como a Batalha de Pavón, em 17 de setembro de 1861. Mas desta vez a vitória foi de Mitre, marcando o fim do governo da Confederação, tanto com a volta de Urquiza para Entre Ríos, desarmando sua esquadra e aderindo a Constituição, como com a renúncia do Presidente Santiago Derqui, que se refugiou em Montevidéu. Mitre assumiu a presidência da agora Nação Argentina (PUIGGRÓS, 2006).

⁴³ Benavídez foi um dos federalistas que assinaram o Acordo de San Nicolás, e foi assassinado por velhos unitários que se encontravam em San Juan e que tornaram iminentes os conflitos na região.

Todas estas mudanças na situação política incluiu também uma convergência entre os interesses de Mitre e do Império Brasileiro: a queda do governo *blanco* no Uruguai, que vinha sendo liderado pelo presidente Bernardo Berro que havia assumido o governo do país em 1 de março de 1860. O presidente uruguaio buscava “enfraquecer a hegemonia imperial” no seu país não renovando o Tratado de Comércio e Navegação de 1851, eliminando os privilégios ao comércio brasileiro e suprimindo as garantias dos pagamentos das dívidas com o Império. Também começou a cobrar pagamentos pelas reses que saíam do Uruguai para as charqueadas no Rio Grande do Sul (DORATIOTO, 2002, p. 45). Por outro lado, o porto de Montevideu nas mãos de um governo *blanco* servia de alternativa ao de Buenos Aires, inclinando a maioria dos federalistas argentinos do interior a procurar apoio no governo *blanco* uruguaio. Essa associação dificultava o controle dos *porteños* sobre os *caudillos* federalistas que governavam as províncias argentinas. Desta forma, Berro se dispôs tanto com Buenos Aires quanto com o Império, vendo estes dois Estados vantagens na derrubada do presidente uruguaio, que foi buscar apoio no Paraguai.

O presidente do Paraguai, Francisco Solano López, que tinha assumido a presidência em 1862 logo após a morte de seu pai, Carlos Antonio López, temia uma eventual unificação argentina liderada por Buenos Aires, já que suspeitava que essa situação resultaria num ataque ao Paraguai. Por outro lado, o aniquilamento da independência uruguaia pela intervenção brasileira e a presumível aliança do Império com a Buenos Aires liderada pelo *porteño* Bartolomeu Mitre, arriscava a livre navegação do Prata e comprometia gravemente a independência do Paraguai. Então os interesses de López convergiam com os de Berro: o Paraguai precisava continuar a importação de tecnologia para continuar seu desenvolvimento, e para isso necessitava aumentar seu comércio exterior; enquanto a classe mercantil de Montevideu se voltava para o Paraguai assim como a classe mercantil de Buenos Aires se voltavam para suas províncias do interior. A aliança entre Paraguai e os *blancos* uruguaio estava feita: “O Uruguai tinha os portos. O Paraguai, as armas” (BANDEIRA, 2012, p. 227).

De um lado estavam então o Império do Brasil e a República Argentina de Mitre, que convergiam politicamente através dos governos mais liberais naquela conjuntura, juntamente ao Coronel Flores, do partido *colorado* uruguaio, e também os líderes do Rio Grande do Sul. Do outro lado, estavam o *blanco* Manuel Oribe,

aliado a Solano López, e esperando o apoio de Urquiza e os federalistas argentinos. A guerra começou com a guerra civil uruguaia, em que Venâncio Flores, do partido *colorado*, obteve o apoio de Buenos Aires para invadir o Uruguai em abril de 1863. O Império ainda mantinha-se oficialmente neutro, mas orientava os gaúchos a apoiarem Flores (BANDEIRA, 2012). Segundo Francisco Doratioto (2002, p. 72-3), existe uma farta documentação que demonstra não apenas que o Império não queria uma guerra contra o Paraguai, como que suas reais intenções em intervir no Uruguai eram impedir que Montevideú rompesse a dependência que seu país possuía com o Império, como clamavam os gaúchos.

Àquele tempo, o Império enfrentava o rompimento das relações diplomáticas com a Inglaterra, no que ficou conhecido como a “Questão Christie”. O governo imperial vinha tentando evitar acordos com as nações mais poderosas que lhe travassem seus verdadeiros interesses, decisão essa, que segundo Bandeira (2012), seguiu firme até o final dos anos 1880. Neste contexto, quando Christie chegou ao território brasileiro buscando a assinatura de um acordo que trouxesse vantagens comerciais aos ingleses, e encontrou tal resistência, passou a utilizar também o grande poderio naval britânico para pressionar o governo brasileiro. Assim bloqueou e capturou navios na costa do Rio de Janeiro reivindicando indenização por seu navio que havia afundado na costa do Rio Grande do Sul. E a guerra que parecia iminente, só não teria ocorrido pela escassez de algodão no mercado mundial que vinha ocorrendo por causa da guerra civil nos Estados Unidos, e que fazia os ingleses dependerem da boa relação comercial com os produtores brasileiros. Essa “Questão Christie” nos ilustra como o Império, submetido às finanças inglesas e delas dependente, nem por isso se tornava um instrumento facilmente manejável pela grande potência. Se à Inglaterra não interessava a supremacia brasileira no Prata, ao Brasil interessava utilizar o capital adquirido através dos empréstimos em libras para robustecer seu próprio poder naquela região (BANDEIRA, 2012).

Apesar do desentendimento diplomático, no dia 7 de outubro do mesmo ano o Império recorreria à moeda inglesa buscando outro empréstimo com os Rothschilds, novamente para refinanciamento de dívidas anteriores: a de 1843, que vencia naquele ano com saldo de £362.000, e as de 1824 e 1825 as quais ainda restava-se pagar £2.357.900. Pretendia-se também com o empréstimo diminuir parte

da dívida flutuante⁴⁴ do Tesouro. Portanto, não era ainda um empréstimo para a guerra, até porque o capital real do empréstimo era menor do que o saldo remanescente desses empréstimos anteriores que o Império pretendia liquidar, de forma que o capital nem chegou ao Império. O novo empréstimo somava então, nominalmente, £3.855.307 (CARREIRA, 1889).

Em 2 dezembro de 1863 começou o cerco a Paysandu, em que os *blancos* resistiram um mês mas sucumbiram à força *colorada*. Já em 1864, o Presidente Aguirre, que substituiu Berro em Montevideu, protestava mandando queimar em praça pública os Tratados de 12 de outubro de 1851, ao mesmo tempo em que pedia um empréstimo de 500 mil patações ao Banco Mauá e ao Banco Comercial (BANDEIRA, 2012). Mauá sabia que a guerra seria péssima para seus bancos, e por isso que era contra o apoio do Império a Flores. O empresário sabia que a intervenção brasileira no conflito uruguaio, levaria a uma aproximação do Paraguai *blancos*, e tornaria o risco de uma guerra muito mais iminente. Mas como tanto o Império quanto a República Argentina concentravam seus interesses em Montevideu, com Buenos Aires querendo manter a hegemonia portuária, e o Império a hegemonia geopolítica sobre aquele território, nenhum dos dois países esperavam que dessas intervenções resultaria uma tão longa guerra contra o presidente paraguaio Solano Lopez.

López acreditava que junto aos *blancos* conseguiria derrotar o Império, e Urquiza se encarregaria de tomar o poder na República Argentina. Em 30 de agosto de 1863 López enviou uma advertência ao Império, em que avisava que qualquer ocupação do território uruguaio seria por ele considerada como um atentado ao equilíbrio da região. O Império que na Guerra Grande contara com o apoio paraguaio, agora sabia que não conseguiria resolver suas pendências fronteiriças com o país vizinho diplomaticamente e, além disso, tinha interesses nos ervatais paraguaios. Sobre a reação brasileira a essa advertência, escreve Bandeira (2012, p. 233):

⁴⁴ “Dívida Flutuante Pública: A contraída pelo Tesouro Nacional, por um breve e determinado período de tempo, quer como administrador de terceiros, confiados à sua guarda, quer para atender às momentâneas necessidades de caixa. Segundo a Lei nº 4.320/64, a dívida flutuante compreende os restos a pagar, excluídos os serviços de dívida, os serviços de dívida a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria.” (BRASIL, 2014)

Naquela conjuntura, o Império do Brasil, com recursos financeiros, políticos e militares incomparavelmente maiores, vantagem geográfica e uma organização de Estado, que se projetava no exterior através de eficiente serviço diplomático, inigualável na América do Sul, e de uma rede de espionagem, empregando agentes secretos em Montevideú, Buenos Aires, Paraná e Assunção, não considerou nem poderia considerar a advertência de 30 de agosto, se o Paraguai era o alvo que colimava.

López decidiu atacar o Brasil após um ataque brasileiro à Vila de Melo no Uruguai, em outubro de 1864. Mesmo sem declarar guerra oficialmente, o Império já entrara nela de fato, decidindo entre agosto e setembro daquele ano que o objetivo era, a partir de então, o de destituir o governo uruguaio (DORATIOTO, 2002). Em novembro o paraguaio apoderou-se do buque Marquês de Olinda em Assunção, no qual viajava o governador da província brasileira de Mato Grosso. No mês seguinte invadiu a mesma província, e aproveitando-se da contenda com o Império, ocupou a cidade de Corumbá, área estratégica para que o Paraguai conseguisse acesso ao Pacífico passando por Bolívia e Peru. O Presidente boliviano, Mariano Malgarejo, tendia a apoiar Solano López, mas foi convencido a manter a neutralidade pelo serviço diplomático brasileiro apesar de permitir passar por seu país suprimentos de guerra para o Paraguai, o que foi inclusive o que salvou este país do completo isolamento já que se fechara para ele o Rio da Prata (BANDEIRA, 2012).

Enquanto isso, o Império, os *colorados* e as forças de Mitre avançavam no Uruguai. A ocupação de Montevideú começou em fevereiro de 1865, em que o Presidente Aguirre recebeu o *ultimatum* para que abandonasse ao governo, mas esperando uma reação de seus aliados tentou resistir, até que os senadores elegeram Tomás Villalba, que por sua vez passou o poder a Venâncio Flores. Em abril de 1865 forças de Paraguai também invadiram a província argentina de Corrientes para atacar as tropas brasileiras localizadas no Uruguai. López tentava aproveitar-se da longa guerra civil argentina inclinando para sua causa alguns *caudillos* argentinos; em especial imaginava contar com o apoio de Urquiza, apoio que não se concretizou. Em 1º de maio de 1865, Império do Brasil, República Argentina e a República Oriental do Uruguai assinaram o Tratado da Tríplice Aliança. A maior dificuldade do acordo foi convencer os argentinos de não anexarem o Paraguai, apesar de o acordo encerrar com o propósito de dividir partes do território paraguaio entre estes e o Império. A parte que mais interessava ao Brasil era a dos ricos ervatais paraguaios, como já dissemos anteriormente, que estavam

dentro do um terço do território paraguaio que seria incorporado pelo Império ao fim da guerra, segundo o Tratado. Nada ficaria com o Uruguai.

O Império seguiu durante a Guerra do Paraguai a financiar tanto o Uruguai quanto a República Argentina. Em 8 de maio de 1865, em uma Convenção em Buenos Aires com a República Oriental do Uruguai, acordou-se que o Império emprestaria mais 600.000 pesos fortes aos uruguaios “para fardar, armar e custear pelo menos 4 a 5 mil homens que devem marchar contra o atual presidente do Paraguai, segundo o tratado de aliança”, que havia sido assinado em 1 de maio de 1865. Meses mais tarde, protocolaram que assim que o Uruguai recebesse um empréstimo externo pagaria de uma vez todos os juros e capital desse empréstimo, e que se recebesse qualquer quantia do Paraguai, esta deveria ser entregue ao Brasil. Em novembro, nestas mesmas condições, negociaram mais 200.000 pesos fortes ao Uruguai divididos em quatro letras de 50 mil cada uma. Já com a República Argentina, acertou-se em 31 de maio do mesmo ano que seriam emprestados 1 milhão de patações a juros de 6%, o que se repetiu no ano seguinte com o contrato de 1º de fevereiro (ALMEIDA, 2005, p. 209).

Além dos altos custos que a guerra vinha trazendo, o Império teria outros problemas, como a queda do entusiasmo inicial que passaria a dificultar o recrutamento de homens para o exército. E mais uma vez então, escravos lutariam em uma guerra no Prata em troca de sua alforria, como havia ocorrido na Revolução Farroupilha, por exemplo. A diferença é de que agora a questão escravista levantava ainda mais discussões, e repercutia mais internacionalmente pelo estrondo que a guerra estava causando. Tanto é assim, que em 1866 o Imperador teve de responder a uma Junta Francesa de Emancipação dizendo que a abolição da escravatura seria um tema que ganharia mais atenção do governo brasileiro após o término da guerra (CARVALHO, 2012, p. 107). Apesar das dificuldades, 139 mil brasileiros lutaram no Paraguai, dos quais 50 mil eram voluntários, segundo os dados levantados por Carvalho (2012).

No ano de 1868, oposições ao Tratado da Tríplice Aliança ascenderam ao poder, tanto no Império quanto na Argentina. No Império eram os conservadores que queriam manter a independência do Paraguai e evitar que a Argentina ficasse com a posse da região do Chaco, ou anexasse o Paraguai todo, de modo que o governo imperial passou de 1868 a 1876 tentando impedir tal acontecimento (DORATIOTO, 2008). Esse conflito que deveria ter durado tão pouco nas expectativas dos

protagonistas, foi uma longa, onerosa e extenuante tragédia continental, que só teve fim com a morte de Solano López em 1º de março de 1870. Mas seu fim mostraria os resultados do processo de construção de Estados pelo qual passavam os países do Prata. O Uruguai teve entre 1860 e 1868 um período de grande crescimento econômico, proporcionado inclusive por sua instabilidade política, em que a anarquia possibilitou o desenvolvimento de suas forças produtivas. Seu crescimento atraiu estrangeiros, fazendo com que tivesse nesse período considerável aumento populacional. E ainda, o porto de Montevideú pôde durante a guerra rivalizar com o de Buenos Aires, fornecendo mercadorias aos exércitos aliados. E o General Flores, que governou por quase 3 anos baixo o título de Presidente Provisório, foi assassinado dias após o término de seu mandato.

“O Paraguai, por sua vez, tornou-se a periferia da periferia, na medida em que sua economia se tornou satélite da economia da Argentina após o término do conflito”, analisa Doratioto (2002, p.18). Ainda que só tenha se endividado com a banca londrina após 1870, o país terminara a guerra arrasado. Perdeu territórios e quase metade de sua população, principalmente masculina, e já não possuía dinheiro para o pagamento de suas dívidas (BANDEIRA, 2003). Sua política de modernização não pôde avançar como ocorreu na Argentina e Uruguai, e nem chegou na verdade a retomar o nível de desenvolvimento econômico que atingira antes da guerra. E enquanto não fechara os acordos fronteiriços com a Argentina, principalmente, sua própria existência enquanto Estado ainda se encontrava ameaçada (DORATIOTO, 2002).

A Argentina foi o país que saiu em maior vantagem após a Guerra do Paraguai, que era bastante impopular naquele país. Mitre e Urquiza apesar de bastante divergentes, confluíam no interesse de manter a unidade do território argentino ao combater as revoltas que surgiam contra a guerra, que se apresentava no momento como a principal causa da anarquia interna naquele país, segundo Puiggrós (2006). Alberdi era um dos líderes dessas revoltas, acreditando que os “Aliados” eram na verdade inimigos, e por isso que durante o conflito os separatistas argentinos mantinham-se em constante confronto com o governo central (PUIGGRÓS, 2006). A Guerra do Paraguai foi então decisiva no processo de consolidação dos Estados nacionais argentino e uruguaio. Além disso, foi principalmente este país que abasteceu o Exército e a Marinha imperiais, dinamizando sua economia também através do comércio com os ingleses, e

enriquecendo seus fazendeiros e comerciantes (DORATIOTO, 2002; BANDEIRA, 2012).

Já o Império do Brasil, por um lado teve nessa guerra o apogeu de sua força militar e de sua capacidade diplomática. Na população, o entusiasmo patriótico criado com a identificação de um inimigo comum, que uniu voluntários de todo o país para guerrear no Prata, ajudou a criar a identidade nacional que o processo independentista não desenvolvera. Entretanto, no plano político a guerra favoreceu a ascensão de uma força militar, republicana e progressista, que defendia inclusive o fim da escravidão, elevando os ânimos em torno das contradições em que se encontrava o Estado monárquico brasileiro (CARVALHO, 2012; DORATIOTO, 2002). Além disso, por conta de uma guerra cujo cenário era distante e muito complicado em matéria logística, o Império ia enfraquecendo-se também ao ter de enfrentar enormes despesas que acabaram por liquidar até mesmo seu sistema bancário. Neste sentido, houve ainda outro agravante: segundo Almeida (2005) o Império foi bastante “condescendente” enquanto credor. A cada empréstimo que tomava mais amarrado a espiral do endividamento ele ficava, e a cada empréstimo dado aos países vizinhos mais dependentes do capital brasileiro eles ficavam. É neste sentido que Paulo Roberto de Almeida chama a atenção para as “limitações intrínsecas” que tinha essa “política de poder” imperial. Ao mesmo tempo que permitiu ao Império exercer a hegemonia no plano regional da Bacia do Prata, tornou-o dependente de seguir despendendo recursos em projetos que dificilmente trariam retornos econômicos, colocando a hegemonia em cheque a partir dos anos 1870.

Mauá exercera um importante papel nesse jogo brasileiro de financiar os países vizinhos em prol dos objetivos geopolíticos imperiais, de garantir a paz nas fronteiras do sul, manter o livre acesso ao Mato Grosso e o livre comércio através dos rios dessa região, e a independência do Paraguai e do Uruguai. O empresário brasileiro “transformou mais de 100.000.000 de pesos de dívida do Estado [uruguaio] em 2.700.000 pesos, saneando completamente o meio financeiro do Uruguai” após o fim da Guerra Grande (SOARES, 1955, p. 114), e conseguiu expandir sua rede bancária para diversas cidades platinas, como comentamos anteriormente. Teve um papel de “diplomata secreto” para Almeida (idem), mas viu seu império particular desmoronar junto ao desmoronamento da hegemonia brasileira. Para Mauá, “a maldita guerra seria a ruína do vencedor e a destruição do vencido” (BANDEIRA, 2012, p. 257).

Voltemo-nos a característica de generoso que Almeida (idem) atribuiu ao Império. Primeiramente, o autor relata que os devedores, Uruguai e Argentina, adiavam seus pagamentos sem dar satisfações ao Brasil, e por sua vez, o governo imperial aceitava que por terem emprestado primeiro, França e Grã-Bretanha tinham direito a receber primeiro. Assim, a dívida desses países platinos rolava. A Argentina negociou primeiro: em 1863 assumiu um protocolo de amortizações dos empréstimos de 1851 e 1857 do Império. Mas logo em 1865 e 1866 assumiu outros empréstimos (que relatamos no tópico anterior), voltando a renegociar suas dívidas apenas em 1869 e 1870, e terminando de pagar (o que fazia rigorosamente) as de 1851 e 1857 já em 1874. Ainda ficariam as dívidas de 1865 e 1866, que a Argentina procurava pagar assiduamente (idem).

Já o Uruguai, que recebera 3,5 milhões de libras esterlinas por um empréstimo londrino em 1872, foi cobrado pelo Império, e renegociou então as suas obrigações. Mas o país oriental adiou por mais um ano o início dos pagamentos, e então o Brasil preferiu abrir mão das hipotecas que haviam vencido há muito tempo, exigindo apenas o pagamento da expedição brasileira de 1854. Mas o débito uruguaio se desenrolaria por ainda muito tempo: em 1918, as dívidas do século XIX já valiam 5 milhões de pesos uruguaios, o que dava aproximadamente 1 milhão de libras esterlinas. E assim acordou-se que o Uruguai quitaria sua dívida através da feitoria de obras que beneficiassem os dois países em suas fronteiras, na região do Rio Jaguarão (idem).

Entre 1865 e 1870 o país gastou com a guerra mais de 600.000 contos-ouro e teve de solicitar um empréstimo de 6.963.600 libras esterlinas ao sistema financeiro inglês (o maior empréstimo tomado pelo Império até então), e o primeiro com fins estritamente militares. A Guerra do Paraguai representou então um divisor no histórico de endividamento brasileiro no século XIX. O serviço da dívida que era em média de 350 mil libras anuais até meados do século, passa a ser de 1 milhão durante a guerra, passando de dois milhões no final do período, chegando a representar 60% do saldo da balança comercial que o país vinha tendo a partir de 1860 (ALMEIDA, 2005; BANDEIRA, 2003). Aumento de impostos, emissão de moedas e empréstimos internos e externos foram necessários para complementar a renda do governo, que com isso teve de 1864 a 1870 6,4% de crescimento (CARREIRA, 1889).

Em 1871 já se teve de pedir outro empréstimo externo, para poder refinarar dívidas anteriores, resgatar a dívida flutuante, prolongar a Estrada de Ferro D. Pedro I, e demais despesas extraordinárias dos ministérios da marinha e da guerra. Dos £3.000.000 reais, o contrato assumiria £3.459.634 reais, pelos quais somados juros e capital, o Brasil (já República, apenas em 1911), pagaria ao total £10.031.938 (BARROSO, 1989). Seguiram-se a este, ainda, cinco empréstimos antes do fim do período Imperial: em 1875 para refinanciamento, em 1883 para cobrir déficit público e sustentar o câmbio, em 1886 para refinanciamento das dívidas flutuantes do Império. Após esses três empréstimos, os déficits públicos já diminuía com o aumento do saldo da balança comercial. Assim o quarto empréstimo, já era mais a título de prevenção contra os problemas que poderiam advir da abolição da escravidão no país, enquanto no último ano do Império, ao perceber que circulavam títulos de sete empréstimos anteriores, somando £ 28.478.300, tomou-se o último empréstimo do período: £ 19.837.000. A intenção era substituir todos esses títulos, refinanciando-os de uma forma que fosse mais vantajosa aos cofres públicos brasileiros: economizaria 438 mil libras anuais com juros e amortizações (BOUÇAS, 1942, apud ALMEIDA, 2005).

A República brasileira herdaria do Império aproximadamente £ 30.283.200, segundo Cavalcanti (1890 apud BARROSO, 1989). Quantia essa que se torna relativamente baixa se comparada às exportações daquele ano, que somaram aproximadamente 26 milhões de libras, perfazendo a dívida pública 1,15% das exportações (ALMEIDA, 2005, p. 222)⁴⁵. Para além do prejuízo financeiro, a pior perda do Império do Brasil foi do ponto de vista geopolítico, já que a partir de então terminaram suas chances de exercer uma hegemonia na região do Prata. Entre 1868 e 1876, o maior trabalho do Império na região platina foi o de evitar que a Argentina anexasse o Paraguai, e assumisse de vez a hegemonia regional (DORATIOTO, 2008). E apesar da anexação ter sido evitada, esta hegemonia foi conquistada finalmente por Buenos Aires, cidade que saiu fortalecida política e economicamente de guerra, em contraposição – ao menos parcial - ao argumento de Centeno (2002), de que na região as guerras só mostraram sua face destrutiva e sanguinária sem ter exercido nenhum papel significativo na consolidação de estruturas estatais sólidas, com significativo poder de tributação e capacidade de

⁴⁵ Se comparado ao saldo da Balança Comercial (FOB), a dívida pública externa de 1889 era aproximadamente 6,7 vezes o valor do saldo da Balança Comercial daquele ano.

intervenção. Este distinto desempenho da Argentina se explica pelo fato de ter sido este sanguinário confronto o episódio final da longa guerra civil entre Buenos Aires e os *caudillos* das províncias do interior argentino (POMER, 1986).

A consolidação territorial desses Estados-Nações que fazem parte da Bacia do Prata, reproduziu o típico padrão europeu baseado no complexo e sanguinário jogo que mistura guerras, comércio e finanças. Mas enquanto no caso europeu, analisado por Charles Tilly (1996), a formação dos estados foi de maneira “inconsciente”, ou seja, a intenção dos que detinham o poder não era necessariamente “criar um estado-nacional”, os países latino-americanos foram criados por líderes que tinham a formação europeia como modelo, e o Estado-Nacional como objetivo, ou seja, tinham consciência do que estavam criando, e do que necessitavam para serem aceitos pelos países que lhes haviam colonizado anteriormente. Neste sentido, a escolha do Brasil pela monarquia, e não pela república, como os outros países latino-americanos, pode ter a ver também com o fato de assim ser mais facilmente aceito pelos países europeus pós-napoleônicos (*idem*).

Mesmo que nas décadas consideradas neste trabalho, no espaço platense não tenham surgido estruturas estatais sólidas, com ampla capacidade de tributação, eficazes para quebrar velhos atavismos sociais e impulsionar bem sucedidos processos de modernização e desenvolvimento industrial, no caso argentino a simultaneidade da Guerra Civil com a Guerra do Paraguai, na segunda metade da década de 1860, permitiu acabar com seus conflitos internos consolidando um exército nacional com capacidade incontestável de exercer o monopólio da força num território nacional unificado⁴⁶. Não querendo ficar comprimida entre o Chile e o Brasil, com quem disputava territórios, a Argentina teve que estar preparada para as constantes ameaças que essas disputas internas desencadeavam, principalmente por se desdobrarem muitas vezes em conflitos internacionais. E preparou-se através de alto endividamento público, em que a associação com os ingleses deu um enorme impulso em sua acumulação de capital, ao formar sua rede ferroviária e favorecer suas produções manufatureira e agropastoril através da alta produtividade.

⁴⁶ Território que iria a se ampliar ainda mais em 1878-79 com a Campanha do Deserto.

Com a colonização da segunda metade do século pautada nos ingleses, a agora República Argentina seria a primeira nação do mundo exportadora de lã (PUIGGRÓS, 2006). Entre 1860 a 1913, a Argentina recebeu 33% do total de aplicações financeiras na América Latina dos exportadores de capital da época, e entre 1887 e 1930, sua rede ferroviária expandiu de 6,7 mil km para 38,6 mil km. Entre 1870 e 1930, em que a Argentina viveu seu milagre econômico, com alto crescimento econômico e se tornando no início do século XX o mais rico país sul-americano em termos de renda *per capita*, que chegava a ser quase quatro vezes maior que a brasileira. Podemos refletir que sem deixar de considerar todo o diferencial histórico e geográfico nos outros países, esse processo tem mais semelhanças com o caso da Guerra Civil dos anos 1860 nos Estados Unidos da América e com o processo de unificação alemã, do que o Império brasileiro.

Neste último país, a Guerra do Paraguai enfraqueceu o Estado, estando o Império mais próximo do que teoriza Miguel Centeno. O autor explica que no modelo bélico europeu não há garantias de paz no sistema, e os Estados precisam estar sempre preparados para a guerra desde sua formação, enquanto na América Latina, tanto a *Pax Britannica* quanto a *Pax Americana* impediram que os países vivessem em constante preparação para a guerra, inibindo um possível derramamento de sangue, mas possivelmente travando o desenvolvimento da região (CENTENO, 2002). “*Limited War*” ou “Guerra Limitada” é um dos principais conceitos que Centeno utiliza para explicar a especificidade da relação entre a guerra e o nascimento do Estado na América Latina, opondo ao conceito de “Guerra Total”, já conhecido. São guerras de menor duração, com momentos isolados de feracidade, restritas a poucas e menores áreas geográficas, e entre estados que têm ideologias parecidas, ou mesmo compartilhadas, e ocorrem então por fatores econômicos ou por confrontos de fronteira. Além disso, são travadas por exércitos mercenários ou mesmo profissionais, ou então compostos por pequeno número de convocados de classes sociais mais baixas, sendo que muitas vezes são até praticamente ignoradas pelo cidadão civil típico do país (CENTENO, 2002).

Esse tipo de guerra não exige grandes sacrifícios pessoais nem fiscais, nem mesmo um Estado forte que tenha que impô-la. Com tão poucas necessidades, tais conflitos não costumam produzir muitos legados históricos que possam mobilizar toda uma sociedade. Pelo lado econômico, este tipo de guerra costuma produzir crises fiscais ou alto endividamento público, porque os Estados que a fazem

geralmente não conseguem se adaptar aos gastos extras produzidos pela guerra. Ao invés de a guerra produzir Estados construídos sobre “sangue e ferro”, a “Guerra Limitada” os constrói sobre “sangue e dívida”, e é esta a grande especificidade latino-americana (idem). Mas a Guerra do Paraguai foi diferente: por sua duração e intensidade de paixões, desafios logísticos e consequências, é que a que mais se aproximou na América Latina, à noção de Guerra Total. E se para a Argentina seu término representou o início de um período de prosperidade política, territorial e econômica, para o Brasil representou o fim de sua hegemonia na Bacia platina, e o aumento exorbitante de seu endividamento externo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Inglaterra foi ao longo do século XIX conquistando a hegemonia no sistema interestatal. Conseguiu isso principalmente através do enorme poder naval que desenvolveu, seu poderio bélico, seu sistema financeiro e a dominação dos mais relevantes mercados internacionais para endividar o mundo em sua moeda, de forma a torná-la de referência internacional. Na Europa, foi necessário também criar a capacidade de endividamento do próprio Estado, para permitir essa expansão dos Estados através das guerras. Neste sentido é que consideramos a dívida pública como uma “arma de guerra”. Dessa necessidade, surgiu a relação entre príncipes e banqueiros, que existe até hoje ainda que sob outra forma e nomenclatura. Mas a existência de uma moeda mundial, não impede que haja outras moedas que atuem no plano regional. O que ocorre é uma hierarquia de moedas, que expressa uma hierarquia de poder.

Quando a Inglaterra iniciou sua expansão rumo a América Latina, já havia dado vários passos que levariam à internacionalização de sua moeda, que vão desde a fusão financeira entre Holanda e Inglaterra, passando pelas inovações financeiras da City londrina, a criação do Banco da Inglaterra, e os acordos com Espanha e Portugal, que drenavam as riquezas de suas colônias americanas para a Europa através do pacto colonial, e através de seus acordos comerciais com os ingleses acabavam por entregar a estes boa parte de seus metais preciosos. Essa grande potência que no auge de seu Império chegaria a controlar quase um quarto da área terrestre do planeta, teria na América Latina o seu primeiro espaço não europeu a dominar com sua moeda através do endividamento público.

Apesar do poderio bélico, naval e financeiro da Inglaterra, buscamos enfatizar neste trabalho que nem por isso esse país conseguiu concretizar todos os seus planos geopolíticos, haja vista, por exemplo, as contrariedades que enfrentou com o governo português no caso da abertura dos portos que comentamos, ou sua expulsão de Buenos Aires e Montevideo durante o Bloqueio Continental de Napoleão, ou o período contencioso com o Império do Brasil na Questão Christie. O que não significa também, que Espanha e Portugal, ou suas ex-colônias, tivessem poder suficiente para questionar a hegemonia inglesa. Basta aceitar que ainda subordinados esses países tinham suas próprias estratégias geopolíticas, e mais ainda, muitas vezes essa estratégia nem existia, mas se envolviam em conflitos

regionais através dos desdobramentos de seus próprios conflitos internos, o que gerava outras situações que iam muito além do que podiam prever as grandes potências mundiais. Existe um jogo global, mas há também jogos regionais, e é sobre o jogo na Bacia do Prata que voltamos nossos olhares ao longo desta pesquisa.

Os Estados latino-americanos nasceram, como argumentamos, como “quase-estados”, já que aqui a relação entre guerra, competição, multiplicação da riqueza e nascimento de um Estado assumiram formas distintas da europeia. E um dos principais pontos desse diferencial está na dívida pública. Os países latino-americanos tinham soberania econômica bastante limitada, de modo que seus empréstimos públicos internos não supriam sua necessidade de capital para a montagem de seus Estados, e mesmo para lutar pela independência contra as metrópoles europeias, o que foi uma grande oportunidade para os banqueiros londrinos, que aumentavam sua participação nos empréstimos soberanos a estrangeiros. Na década de vinte do século XIX, à América Latina foram destinados os primeiros empréstimos ingleses denominados em libra para fora da Europa.

Para compreender melhor o endividamento brasileiro, iniciamos o tema explanando sobre a inserção latino-americana nas finanças internacionais. Como o Império foi um dos últimos países a tomar empréstimos externos, seria necessário compreender o contexto que facilitou esse crédito estrangeiro ao governo imperial. Concomitante ao seu processo de independência, o endividamento latino-americano teve como principais destinos de seus recursos arrecadados os gastos com guerras. Esses territórios não tinham ainda moedas fortes o suficiente para que sua emissão sustentasse o alto volume de gastos, muito menos um poder coercitivo apto a elevar a arrecadação de tributos. Isso nos levou a compreender também como a diferente combinação entre guerra, tributos, moeda e dívida, que é determinante no projeto de expansão de poder de uma nação, foi determinante para que ao conquistar a independência política, esses países passassem à dependência financeira do centro hegemônico, a Inglaterra.

Dessa dependência os banqueiros londrinos tiraram bastante proveito, assim como muitos dos enviados latino-americanos. Por várias vezes, como exemplificamos neste trabalho, os interesses pessoais de lucro e acumulação eram colocados acima dos interesses nacionais dos novos países, fazendo com que estes arcassem no final, com uma grande dívida que pouco ou nada contribuíram

efetivamente para a construção de seus Estados. Por outro lado, a população europeia que comprava os títulos esperando também lucrar com eles, foi muitas vezes enganada ou prejudicada com os acordos de renegociação ou moratória. Era o grande capital quem mais lucrava: os banqueiros, que muitas vezes nem precisavam desembolsar o dinheiro para disponibilizar os empréstimos, sendo necessário apenas colocar os títulos à venda.

Mas se esses novos países dependiam do capital externo, dos instrumentos e suprimentos de guerra estrangeiros, o que também lhes fazia depender das relações comerciais com os europeus, ainda tinham o agravante de ser este novo continente de certa forma controlado pelo país que se tornaria o hegemom afim de não se criar neste continente um poder que fosse capaz de disputar a hegemonia da região. Não que fosse impossível a um país da região exercer a hegemonia local, mas na hierarquia do poder global, essa hegemonia nunca poderia ser forte o suficiente para questionar o *hegemon* global. Ou seja, todos os conflitos platenses do século XIX foram acompanhados, no mínimo diplomaticamente pela Inglaterra (dadas as dificuldades de coerção que ainda se apresentavam até pelo menos a primeira metade do século), de modo que neste jogo a balança de poder sempre se mantivesse pendente entre o Império do Brasil e Buenos Aires, nunca permitindo que um deles vencesse completamente. Como exemplo dessa estratégia, está a criação do Uruguai enquanto Estado-tampão, impedindo o total controle do Prata por brasileiros ou Buenos Aires.

Isso não impediu que o Império conseguisse reduzir a influência inglesa sobre seu território logo após o contrato de reconhecimento português da independência, e exercer ao longo do século XIX uma política colonial no Uruguai e imperialista no Prata. O processo relativamente pacífico da independência do Império do Brasil, e o fato de ter herdado do Império português um estado já montado, caracterizou o processo de independência brasileiro mais como transição do que ruptura, facilitando que tenha se sobressaído logo de início em comparação aos países vizinhos. Mas como o Imperador ainda tinha fortes relações com o trono português, essa transição não foi muito vantajosa financeiramente, tanto pelo esvaziamento dos cofres públicos com o retorno da corte portuguesa à Europa, quanto pelas dívidas internas que já consumiam os escassos recursos orçamentários do governo, e ainda, por ter pago 2 milhões de libras pelo reconhecimento português do Brasil Império. Isso explica que mesmo sem os

enormes gastos que tiveram os demais países latino-americanos com as guerras de independência o Império tenha também contraído seu primeiro empréstimo mesmo antes do reconhecimento.

As heranças das relações portuguesas com os ingleses facilitaram-lhe o crédito externo, a ponto de o país ser escolhido pelos Rothschilds, que não eram ainda a maior casa financeira da Europa, mas já era uma das mais prestigiadas. Além disso, a ligação que a casa Rothschilds tinha com a Santa Aliança e a preferência então, pela monarquia em detrimento das repúblicas, também favoreceram o Brasil nessa relação. E por que tratamos essa relação como vantagem? Apesar de serem banqueiros e ter como objetivo o lucro, como todos os outros, as duas maiores casas bancárias de Londres, Rothschilds e Baring Brothers (que tiveram estreita relação com Buenos Aires), tinham atuação mais “responsável” quando comparamos às relações de crédito entre os demais bancos e os demais países latino-americanos. Como dissemos, muitas dessas relações eram extremamente arriscadas e muitas vezes inviáveis, de forma que vários desses pequenos bancos quebraram e a maioria dos devedores teve de declarar moratória de suas dívidas. Mas essas duas casas, as mais respeitadas da City, entraram no negócio dos créditos às ex-colônias apenas após esperarem por uma melhor conjuntura política. Assim puderam oferecer melhores condições nos empréstimos e, no caso do Brasil, pôde impedir a moratória fornecendo um empréstimo de refinanciamento.

No contexto dos primeiros empréstimos, está a primeira guerra internacional em que se envolveu o Brasil independente. A Guerra da Cisplatina, foi um conflito fundado ainda nas lógicas coloniais herdadas pelo Império e Buenos Aires de suas ex-metrópoles, Portugal e Espanha, que refletia a disputa pelos estoques de gado que existiam nessa região. Atrapalhou tanto o comércio na região, com o bloqueio do Prata, que a Inglaterra interviu para decretar o fim da guerra e o Uruguai como Estado independente, caracterizando-o como uma zona tampão que garantiria uma entrada à Bacia do Rio da Prata. O conflito foi bastante oneroso ao Império do Brasil, tanto politicamente quanto financeiramente, já que agravava a já ruim situação dos cofres públicos. Tanto que no ano seguinte ao fim do conflito, o Império tomava o famoso empréstimo de refinanciamento que daria precedente a outras operações do mesmo estilo.

Ainda que o comércio do Império com a Inglaterra tenha mantido seus níveis e ajudado a garantir a continuidade do pagamento das dívidas externas, a pouca popularidade de D. Pedro I não resistiria por muito tempo após a guerra, dando início do Período Regencial. Nesse período, bastante conturbado na história política do país, teria início a Revolução Farroupilha a qual dedicamos um subcapítulo dessa dissertação. A Revolução Farroupilha chegou a declarar a independência da província do restante do país, reclamava dos impostos que pagavam ao Império e não eram investidos na província, sufocando sua produção e seu comércio, e da concorrência desvantajosa que os produtores de charque e gado tinham com relação aos concorrentes estrangeiros pelo câmbio e pelas vantagens tarifárias que estes possuíam. Os conflitos dessa região ajudam a compreender como em algumas ocasiões o Império do Brasil fora arrastado para conflitos platenses, já que sua população estava intimamente ligada às disputas territoriais e comerciais com os castelhanos. Como pano de fundo desses conflitos, estava a onda federalista que dividia os países platinos internamente.

Além disso, fora essa mais uma dispendiosa guerra para o Império, que chegou a discutir a possibilidade de declarar a moratória da dívida externa. Essa possibilidade se apresentou absurda a um governo que prezava pela manutenção do crédito, por ser essa uma das mais fáceis maneiras de conseguir capital rapidamente, sem ter de drenar o pouco que se tinha dos recursos internos. Por isso a característica de “bom pagador”, de certa forma bastante conservadora. Conservadora também foi a antecipação da maioria do Imperador D. Pedro II, ainda que o movimento tenha sido liderada pelos liberais, e não pelo Partido Conservador. O período regencial terminava então sem acabar com a Revolução Farroupilha, e tendo contraído um único empréstimo com vistas a cobrir os déficits do governo.

Nesse período em que do outro lado do Prata, Buenos Aires era liderado por Rosas, os conflitos uruguaios também vinham se intensificando, e os farroupilhas arrastavam o Império para o conflito, envolvendo-se com os beligerantes. Agora com o Imperador no trono, a Guerra Grande, que representa a volta do Império dos conflitos platinos, envolveu ainda a Confederação Argentina, Uruguai, Inglaterra e França, sendo encerrada apenas quando o Império conseguiu derrubar Rosas, algo tentado sem sucesso pelos países europeus. Era mais um conflito que se explica pelo controle dos rios platinos, além da concorrência entre os portos de Montevideu

e Buenos Aires. Assim como a Revolução Farroupilha, a Guerra Grande torna-se bastante complicada de estudar e compreender, dado que as alianças parecem se firmar e se desfazer num ritmo incompreensível se não levarmos em conta os interesses convergentes que existiam nas facções dos países platenses envolvidos, de forma que cada uma delas lutava pela dominação de seu próprio país, e por isso se aliavam a quem lhes convinha.

A pluralidade de atores que atuaram nesses conflitos reflete como os setores internos de cada país não estavam ainda consolidados, até porque, mesmo as fronteiras não haviam sido ainda definidas. A Argentina, até o fim da Guerra do Paraguai, era na verdade Buenos Aires e os opositores a seu domínio, que se organizavam por vezes como províncias rebeldes, ou até mesmo como outro país, que foi a Confederação Argentina. O Império, por mais que tenha nascido com um Estado formado, também enfrentava as dificuldades de um país de características continentais que precisava fortalecer suas áreas mais longínquas afim de garantir a integridade de seu território. Com isso, acabou através de seu conflito interno com os farroupilhas, envolvendo-se novamente em outros conflitos que se desenrolavam na região platina.

E por isso a dificuldade nesse âmbito: os interesses não eram claros, porque os próprios atores não eram bem definidos e tinham relações frouxas. Quando se passa a analisar desta forma, percebe-se que realmente não podemos explicar todo esse jogo regional apenas através dos interesses das grandes potências, nem como uma grande “estratégia imperial” do Império do Brasil. Os conflitos de interesses fugiam ao controle dos próprios envolvidos, o que fica claro quando percebe-se as várias mudanças de lados, alianças e posições de vários integrantes ou mesmo de grupos organizados nesses conflitos, e mesmo a dificuldade das potências europeias resolverem questões na região platina (haja vista o fracasso da França e da Inglaterra nas tentativas de derrubar Rosas).

Do ponto de vista do jogo de poder através da guerra e da dívida, o que merece maior destaque em nosso estudo da Guerra Grande foi o papel de credor que o Império do Brasil assumiu. O país possuía, dentre os países do Prata, o Estado mais solidificado, a melhor diplomacia, o maior território, e a maior capacidade financeira, de modo que conseguiu a partir de então, exercer a hegemonia regional. É importante destacarmos novamente que com isso não defendemos que o Império se equiparava à Inglaterra, que se aproximava da

hegemonia mundial, apenas que, dentro de uma hierarquia global em que este país europeu se encontrava no topo, o Império estava acima de seus países vizinhos, ainda que subordinado ao poder global. O Império venceu a Guerra contra Rosas, conseguindo ainda manter a independência uruguaia subordinada ao governo e ao capital brasileiros.

Mauá exerceu importante papel nesse jogo, não apenas como um “diplomata não oficial”, mas com seu próprio capital, abrindo agências bancárias em diversos pontos na região platina. Através dele, o Império conseguiu fazer com o Uruguai um jogo de dívida em que as políticas uruguaias ficaram por bastante tempo submissas às estratégias brasileiras, pois esse pequeno país dependia enormemente do capital brasileiro, por estar arrasado depois de tantas guerras em seu território. Empréstimo também para províncias da Confederação Argentina, os patacões brasileiros, longe de ser uma moeda forte, passou a ser uma moeda corrente na região platina. Os empréstimos seguiriam também durante a guerra do Paraguai, e seriam pagos ao fim do século pela Argentina, e no caso do Uruguai, apenas no início do século XX, e ainda assim, sendo perdoada boa parte da dívida. A dependência que o Uruguai tinha do Império, portanto, foi um dos motivos pelo qual o governo brasileiro interviu naquele país, dando o motivo que os paraguaios necessitavam para iniciar uma guerra.

A Guerra do Paraguai, a última guerra platina que analisamos, foi o maior e mais sangüinário conflito armado da América do Sul. Ocorreu em uma fase do capitalismo mundial em que era maior a exigência para consolidação de estados fortes e unificados, e de certa forma refletiu esse contexto. Ainda que, empiricamente, as alianças e conflitos da Guerra do Paraguai tenham manifestado distintos modos de consolidar os Estados envolvidos. Enquanto o Paraguai terminou a guerra arrasado, com sua existência enquanto Estado ameaçada, o Uruguai havia experimentado mesmo ao longo do conflito um período de intenso crescimento econômico, apesar da instabilidade política, já que pôde rivalizar seu porto com o de Buenos Aires. Assim como na Argentina, a Guerra do Paraguai foi decisiva no processo de consolidação do Estado nacional uruguaio.

A Argentina teve então um desempenho distinto nessa guerra, que teve seu fim combinado ao final da longa guerra civil entre Buenos Aires e o Interior do país. Em fins do século, chegou a ter uma renda *per capita* quatro vezes maior que a brasileira, reproduzindo o típico padrão europeu baseado no complexo e sangüinário

jogo que mistura guerras, comércio e finanças. Para o Império do Brasil, entretanto, a Guerra do Paraguai representou o apogeu de sua força militar e de sua capacidade diplomática, mas passada a guerra, teve início o declínio de sua hegemonia regional. Se por um lado a guerra ajudou a criar uma identidade nacional e favoreceu a ascensão de uma força militar, republicana e progressista, que defendia inclusive o fim da escravidão, por outro enfraqueceu seu regime monárquico, enfraquecendo seu Estado. E financeiramente, o conflito foi um fracasso. Os empréstimos que o Brasil fez para financiar seus aliados na guerra trouxe-lhe mais prejuízos do que lucros, o que caracteriza essa ação muito mais como geopolítica do que como uma oportunidade de negócios. O personagem que representaria o “banco privado” neste jogo da dívida regional parecia mais um “diplomata secreto” do Império, que ao contrário dos casos europeus, chegou a falir com o desenrolar da guerra ao invés de multiplicar seu capital.

A característica de “condescendente” que Paulo Roberto de Almeida destacou e que comentamos neste trabalho, foi determinante para toda essa dificuldade que o Império e Mauá tiveram de recuperar seu capital. Perdendo a hegemonia ao fim da guerra, sendo esta conquistada pela Argentina, a capacidade de o governo brasileiro e seu maior banqueiro imporem o pagamento das dívidas era mínima e arriscada demais para valer a pena. Tanto é assim, que a forma que o Brasil encontrou de receber os empréstimos que fizera ao Uruguai foi através de obras de mútuo interesse aos dois países no Rio Jaguarão. A Guerra do Paraguai foi para o Brasil como são as guerras latino-americanas para Miguel Centeno (2002): mostrou sua face destrutiva e sanguinária sem ter exercido nenhum papel significativo na consolidação de uma estrutura estatal sólida, com significativo poder de tributação e capacidade de intervenção. Deixou sangue e dívida pública externa como herança para a construção nacional.

Nossa intenção com este trabalho foi o de unir uma análise do endividamento público externo do Império do Brasil, aos conflitos geopolíticos em que esse mesmo Estado se envolveu ao longo de sua existência, através de uma perspectiva teórica distinta, em que guerra, moeda, tributação e dívida ganham vínculos que são pouco considerados nas análises já feitas sobre a dívida externa brasileira. Neste sentido, há uma questão que merece destaque: teriam sido os empréstimos brasileiros uma estratégia deliberada de poder ou uma contingência do momento? Com a pesquisa desenvolvida para este trabalho, podemos dizer que a

resposta seria uma combinação entre as duas coisas, em que a contingência pesaria mais. Isso porque não possuía este país uma capacidade monetária e financeira de financiar os países vizinhos sem prejudicar suas próprias finanças, ao mesmo tempo em que sabia-se que era essa uma ação necessária para primeiramente impedir o avanço de Rosas, e depois a vitória de Solano López, e que garantiria ainda a dependência financeira do Uruguai para com o Império do Brasil.

Percebemos que este trabalho deixa aberturas para posteriores pesquisas, sobretudo na relação de credor do Brasil, e no alcance que teve sua moeda no contexto regional. A diplomacia dos patacões foi um tema que surgiu ao longo das pesquisas, e se mostrou como um assunto bastante curioso que merece mais tempo para pesquisa de fontes primárias. Assim como o papel de Mauá, bastante estudado na história, merece maior atenção quando pensamos nesse jogo de poder regional. De uma pesquisa que abre inumeráveis questões que incentivam novas pesquisas: essa dissertação é só o começo.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Marcelo Paiva de. **A dívida pública externa do Brasil, 1824-1931**. Estudos Econômicos. Instituto de Pesquisas Econômicas, São Paulo, v. 15, n.2, 1985.

_____. **Brasil, 1824-1957: bom ou mau pagador**. Rio de Janeiro: Departamento de Economia - PUC-Rio, 1999.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Formação da Diplomacia Econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais no Império**. 2. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo; Brasília: Funag, 2005. 675 p.

ARENDETT, Hannah. E-book. **Origens do Totalitarismo: Antissemitismo, Imperialismo, Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. Tradução de Roberto Raposo.

ARRIGHI, G. **O Longo Século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Ed. UNESP, 1996.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **A expansão do Brasil e a formação dos estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

_____. **Brasil, Argentina e Estados Unidos: Conflito e Integração na América do Sul - Da Tríplice Aliança ao MERCOSUL**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003. 680 p.

BARROSO, Gustavo. **Brasil Colônia de Banqueiros: História dos empréstimos de 1824 a 1934**. Porto Alegre: Revisão Editora Ltda., 1989. 3ª Reedição.

BETHELL, Leslie. O Imperialismo Britânico e a Guerra do Paraguai. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 9, n. 24, p.269-285, maio/ago. 1995.

BIGGS, Gonzalo. **A crise da dívida da América Latina: e alguns precedentes históricos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Tradução de Fátima Murad.

BORBA, Pedro. **A construção do Estado Moderno na Teoria Social latino-americana**. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 3., 2012, Pelotas. Anais. Pelotas: UFPEL, 2012. p. 1 - 21. Disponível em: <http://www2.ufpel.edu.br/ifisp/ppgs/eics/dvd/documentos/gts_1lleics/gt2/gt2pedro.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2014.

BRASIL. TESOURO NACIONAL. **Glossário**. Disponível em: <http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/servicos/glossario/glossario_d.asp>. Acesso em: 09 ago. 2014.

BUESCU, Mircea. Política de endividamento externo do Império. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 73, n. 9, p.121-126, jan./mar. 1982. Disponível em:

<<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/181362/000393641.pdf?sequence=3>>. Acesso em: 25 jun. 2014.

BUSHNELL, David. La independencia de la América del Sur española. In: BETHELL, Leslie. **Historia de América Latina: La independencia**. Barcelona: Editorial Crítica, S.a., 1991. p. 75-123.

CAIN, P. J.; HOPKINS, A. G.. **British Imperialism: 1688-2000**. 2. ed. Oxford And New York: Routledge, 2002.

CALDEIRA, Jorge. O processo econômico. In: SILVA, Alberto da Costa e (Coord.). **Crise Colonial e Independência: 1808-1830**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva / Fundação Mapfre, 2011. p. 161-204. Coleção História do Brasil Nação, v. 1.

CARREIRA, Liberato de Castro. **História financeira e orçamentária do Império do Brasil desde a sua fundação: Precedida de alguns apontamentos acerca da sua Independência**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

CARVALHO, José Murilo de. A vida política. In: CARVALHO, José Murilo de (Coord.). **A construção nacional: 1830-1889**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva / Fundação Mapfre, 2012. p. 83-130.

CAVALCANTI, Jacob. **Histórico da Dívida Externa Federal**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1923.

CENTENO, Miguel Angel. **Blood and Debt: war and the nation-state in Latin America State**. United States of America: The Pennsylvania State University, 2002.

COHEN, Benjamin J. **The Geography of Money**. New York: Cornell University Press, 1998.

CRESPO, Eduardo; CARDOSO, Marcus. Teoria Estatal da Moeda no Contexto Internacional. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 15., 2010, São Luís do Maranhão. **Artigos dos Encontros**. Uberlândia: Sep, 2010. p. 1 - 25. Disponível em: <<http://www.sep.org.br/artigos>>. Acesso em: 15 out. 2014.

DAWSON, Frank Griffth. **A primeira crise da dívida latino-americana: A City de Londres e a bolha especulativa de 1822-25**. São Paulo: Ed. 34, 1998. Tradução de Irene Hirsch.

DICKSON, Peter George Muir. War Finance - 1689-1714. In: J.S.BROMLEY (Ed.). **The rise of Great Britain and Russia 1688-1715/25**. London: Cambridge University Press, 1971. p. 284-315.

DORATIOTO, Francisco. **O Brasil no Rio Prata: (1822 - 1994)**. Brasília: Funag, 2014.

_____. O Império do Brasil e a Argentina: (1822 - 1889). **Textos de História**, Brasília, v. 16, n. 2, p.217-247, 2008. Disponível em: <<http://seer.bce.unb.br/index.php/textos/article/view/951>>. Acesso em: 06 jun. 2014.

_____. **Maldita Guerra: Nova história da Guerra do Paraguai**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

EUROSTAT PRESS OFFICE. **Euro area government debt up to 88.2% of GDP**. 2012. Disponível em: <<http://ec.europa.eu/eurostat/documents/2995521/5156422/2-23072012-AP-EN.PDF/6d229bc4-c400-40dc-8b86-b02b471d97eb?version=1.0>>. Acesso em: 23 dez. 2014.

FERGUSON, Niall. **Império: Como os britânicos fizeram o mundo moderno**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2010.

FERNS, H. S. **Gran Bretaña y argentina en el siglo XIX**. Buenos Aires: Solar/Hachette, 1968.

FERREIRA, Alceu Conceição. A origem da dívida pública. In: **Os donos da dívida: Um enfoque sociopolítico da dívida pública interna durante o Governo FHC**. 2005. 115 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. Cap. 1.

FIORI, José Luis. **Brasil, Argentina e o Cone Sul**. 2014. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Coluna/Brasil-Argentina-e-o-Cone-Sul/30603>>. Acesso em: 30 mar. 2014.

_____. Formação, expansão e limites do poder global. In: FIORI, J. L. (Org.). **O Poder Americano**. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. **O Poder Global e a nova geopolítica das nações**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

_____. **Sobre o Poder Global**. Novos Estudos, CEBRAP, n. 73, p.61-72, nov. 2005.

FIORI, José Luis; MEDEIROS, Carlos; SERRANO, Franklin. **O mito do colapso do poder americano**. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

FLORES, Moacyr. Rio Grande do Sul: Guerras e Conflitos. In: Memorial do Rio Grande do Sul. Caderno de História, nº 38. Rio Grande do Sul: Secretaria da Cultura, 2010. Disponível em: <http://www.memorial.rs.gov.br/cadernos/guerraseconflitos.pdf>

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 17 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

GERSON, Brasil. **Garibaldi e Anita: Guerrilheiros do Liberalismo**. São Paulo: Jospe Bushatsky Editor, 1971.

GRAEBER, David. **En deuda: Una historia alternativa de la economía**. Barcelona: Ariel, 2014.

GRUPO DE PESQUISA PODER GLOBAL. Apresentação: Algumas palavras de esclarecimento teórico. Disponível em: <<http://www.poderglobal.net/>>. Acesso em: 20 jan. 2014

HARTMANN, Ivar. **Aspectos da Guerra dos Farrapos**. Novo Hamburgo: Feevale, 2002.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). IPEADATA: Banco de Dados do Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada. Macroeconômico. 2012. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?192810671>>. Acesso em: jan. 2012.

LYNCH, John. Las Repúblicas del Río de la Plata. In: BETHELL, Leslie. **Historia de América Latina: América Latina Independiente**. Barcelona: Editorial Crítica, S.a., 1991. p. 264-315.

MARICHAL, Carlos. **Historia de la deuda externa de América Latina**. Madrid: Alianza Editorial S.A., 1988.

MARX, Karl. A assim chamada acumulação primitiva. In: MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. p. 339-382. (Livro Primeiro - Tomo 2).

MEDEIROS, Carlos; SERRANO, Franklin. Padrões Monetários Internacionais e Crescimento. In FIORI, José Luís. (org.) **Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações**. Rio de Janeiro, Vozes, 1999.

METRI, Maurício. **Das Armas à Moeda**. In: XIV Encontro Nacional da SEP, 2009, São Paulo. Anais do XIV Encontro Nacional da SEP, 2009.

_____. **Poder, moeda e riqueza na Europa Medieval: A preeminência naval, mercantil e monetária da Sereníssima República da Veneza nos séculos XIII e XV**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

_____. **O processo histórico de internacionalização da libra esterlina**. Apresentado no I Simpósio do Programa de Relações Internacionais da UERJ em

11/2011. Disponível em: http://www.ppgri.uerj.br/form/Mauricio_Metri.pdf. Acesso em 07 jul. 2013.

NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. A vida política. In: SILVA, Alberto da Costa e. **Crise Colonial e Independência: 1808-1830**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva / Fundação Mapfre, 2011. p. 75-114. (Coleção História do Brasil Nação, v. 1).

NAKATANI, Paulo. **O papel e o significado da dívida pública na reprodução do capital**. In: Primer Simposio sobre Deuda Pública, Auditoria Popular y Alternativas de Ahorro y Inversión para los Pueblos de América Latina. Caracas: nov./2006. Disponível em: <http://www.oid-ido.org/>.

PADRÓS, Enrique Serra. A "Pax Britânica" e a independência do Uruguai: Estado-Tampão e balcanização do espaço platino. **Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, v. 4, n. 5, p.107-135, jul. 1996. Semestral. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/anos90/issue/view/604/showToc>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

PAYRO, Roberto Pablo. El Rio de la Plata: de colônias a naciones independientes. De Solís a Rosas, 1516-1852. Alianza Editorial, 2006.

PETTY, William. Tratado dos Impostos e Contribuições. In: PETTY, William. **Obras Econômicas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 1-12. Coleção Os Economistas.

PUIGGRÓS, Rodolfo. **Historia Económica del Río de la Plata**. Buenos Aires: Retorica Ediciones; Altamira, 2006.

RICARDO, David. **Princípios da Economia Política e Tributação**. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 1996.

RICUPERO, Rubens. O Brasil no mundo. In: SILVA, Alberto da Costa e (Coord.). **Crise Colonial e Independência: 1808-1830**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva / Fundação Mapfre, 2011. p. 115-160. (Coleção História do Brasil Nação, v. 1).

SERRANO, Franklin. **Do ouro imóvel ao dólar flexível**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 11, n. 2, p. 237-253, jul/dez 2002.

SILVA, Alberto da Costa e (Coord.). **Crise Colonial e Independência: 1808-1830**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva / Fundação Mapfre, 2011. (Coleção História do Brasil Nação: 1808-2010, v. 1).

SILVA, Anderson Caputo. Origem e história da dívida pública no Brasil até 1963. In: CARVALHO, Lena Oliveira de; MEDEIROS, Otavio Ladeira de (Org.). **Dívida Pública: a experiência brasileira**. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional : Banco Mundial, 2009. p. 33-56. Disponível em:

<http://www3.tesouro.gov.br/divida_publica/downloads/livro/livro_eletronico_completo.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2014.

SILVA, Marcos Fernandes Gonçalves da. **A moral da dívida**. Revista de Economia Política, v. 18, n. 2 (70), p. 31-48, abr/jun 1998.

SMITH, Adam. As Dívidas Públicas. In: SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações: Investigação Sobre sua Natureza e suas Causas**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. p. 357-398. (Vol. 2).

SOARES, Teixeira. **Diplomacia do Império no Rio da Prata: até 1865**. Rio de Janeiro: Editora Brand Ltda., 1955.

SOUZA, Joanna Santos de. **A Diplomacia do Patacão: queda de Rosas e a nova configuração de forças no Prata (1850-1858)**. 2013. 81 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

TILLY, Charles. **Coerção, Capital e Estados Europeus**. São Paulo: Edusp, 1996. Tradução de Geraldo Gerson de Souza.

WADDELL, D. A. G.. La política internacional y la independencia latinoamericana. In: BETHELL, Leslie (Org.). **Historia de América Latina: La independencia**. Barcelona: Editorial Crítica, S.A., 1991. p. 209-233.

ZILIOTTO, Guilherme Antonio. **Dívida Pública brasileira (1822-2004): sua história e os efeitos sobre o crescimento econômico**. 2006. 210 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós Graduação em Economia, Unesp, Araraquara, 2006.

ANEXOS

**Quadro 1 – O Império do Brasil devedor: dívidas externas brasileiras
contraídas em Londres durante o período imperial (1822-1889)**

Contrato	Credor	Tipo	Taxas (%)	Valor nominal (em mil libras)	Objetivo	Prazo de pagamento
20/08/1824	Baseth Farquhar Chrawford & C.a, Fletcher, Alexander & C.a. e Thomas Wilson & C.a.	75	5	3.686.200	Despesas do Império, que mal conseguia pagar seus funcionários. O Banco do Brasil também tinha enorme dívida nacional.	30 anos
12/01/1825	Rothschild	85	5	1.400.000 600.000	Pagamento pela independência	1 ano
29/08/1825			5			
03/07/1829	Rothschild e Wilson & Cia.	52	5	769.200	Refinanciamento	30 anos
05/02/1839	Samuel & Philips	76 ?	5	411.200	Cobrir déficits nos orçamentos da Fazenda, Marinha e Guerra	30 anos
03/05/1843	Rothschild	85	5	732.600	Refinanciamento	20 anos
27/07/1852	Rothschild	95	4,5	1.040.600	Refinanciamento	
19/05/1858	Rothschild	95,5	4,5	1.526.500	Ferrovias	30 anos
23/02/1859	Rothschild	100	5	508.000	Refinanciamento	30 anos
10/04/1860	Rothschild	90	5	1.373.000	Obras públicas	30 anos
07/10/1863	Rothschild	88	4,5	3.855.307	Refinanciamento	30 anos
12/09/1865	Rothschild	74	5	6.963.600	Militar	37 anos
23/02/1871	Rothschild	89	5	3.459.634	Refinanciamento	38 anos
18/01/1875	Rothschild	96,5	5	5.301.191	Refinanciamento	38 anos
30/10/1883	Rothschild	89	4,5	4.599.600	Cobrir déficits	38 anos
27/02/1886	Rothschild	95	5	6.431.000	Refinanciamento	37 anos
1888	Rothschild	97	4,5	6.297.300	Prevenção aos problemas que poderiam advir com o fim da escravidão	37 anos
1889	Rothschild	90	4	19.837.000	Refinanciamento	56 anos

Fonte: ALMEIDA (2005); BARROSO (1989); CARREIRA (1889).

Quadro 2 – O Império do Brasil credor: empréstimos feitos aos Uruguai e à províncias da Confederação Argentina (1850 - 1866)

Contrato	Devedor	Dívida
06/09/1850	República Oriental do Uruguai	<ul style="list-style-type: none"> • 18 mil pesos fortes mensais, por 13 meses, a juros de 6%
01/12/1850	República Oriental do Uruguai	<ul style="list-style-type: none"> • Aumenta-se o subsídio acordado em 06 de setembro, já que foram reduzidos os aportes oferecidos pela França
12/10/1851	República Oriental do Uruguai	<ul style="list-style-type: none"> • Subsídio: 60 mil patacões mensais • 138 mil patacões imediatos • Reconhecimento de dívida: 288.791 pesos fortes
21/11/1851	Entre Ríos e Corrientes	<ul style="list-style-type: none"> • 400 mil pesos fortes ou patacões
16/01/1852	República Oriental do Uruguai	<ul style="list-style-type: none"> • 45 mil pesos
09/05/1853	República Oriental do Uruguai	<ul style="list-style-type: none"> • Mauá empresta 84 mil pesos • Mauá oferece 1 milhão de pesos
10/11/1853	República Oriental do Uruguai	<ul style="list-style-type: none"> • Compromete-se 20 mil pesos mensais das alfândegas uruguaias e os subsídios brasileiros para pagar os empréstimos de Mauá
01/06/1854	República Oriental do Uruguai	<ul style="list-style-type: none"> • Novo subsídio de 60 mil patacões mensais • Uruguai reconhece que os 84 mil emprestados em 1853 tem o Império do Brasil como credor
27/11/1857	República Argentina	<ul style="list-style-type: none"> • 314 mil patacões
23/01/1858	República Oriental do Uruguai	<ul style="list-style-type: none"> • 110 mil patacões a juros de 6%
08/05/1865	República Oriental do Uruguai	<ul style="list-style-type: none"> • 600 mil pesos fortes para custear o exército que marcharia contra Solano López
31/05/1865	República Argentina	<ul style="list-style-type: none"> • 1 milhão de patacões a juros de 6%
05/06/1865	República Oriental do Uruguai	<ul style="list-style-type: none"> • O Uruguai deveria pagar o mais brevemente possível o empréstimo de 600 mil pesos, levantando o quanto antes um empréstimo no estrangeiro, ou repassando ao Império qualquer quantia que recebesse do Paraguai.
22/11/1865	República Oriental do Uruguai	<ul style="list-style-type: none"> • 200 mil pesos fortes
01/02/1866	República Argentina	<ul style="list-style-type: none"> • 1 milhão de patacões

Fonte: Elaboração própria com dados apresentados por Almeida (2005).

Quadro 3 – As dívidas externas argentinas (1824-1890)

Contrato	Credor	Devedor	Juros	Valor	Objetivo proposto
1824	Baring Brothers	Buenos Aires	6	1.000.000 libras	Construir instalações portuárias adequadas em Bs. Aires, para abastecer a cidade com água corrente e estabelecer cidades ao longo da fronteira do Sul que desencorajassem ataques dos índios.
1851	Império do Brasil	Paraná (Urquiza)	6	100 mil patacões	Aliança contra Rosas
1857	Império do Brasil	Paraná (Urquiza)		300 mil patacões	
1857	Baring Brothers	Gov. Nacional	3	1.263.000 libras	Refinanciamento
1865	Império do Brasil	República Argentina	6	1 milhão de patacões	
1865/68	Baring Brothers	República Argentina	6	2.500.000 libras	Militar
1871	C. Murrieta	República Argentina	6	6.122.000 libras	Obras Públicas
1881	C. Murrieta e PARIS	República Argentina	6	2.450.000 libras	Ferrovias
1882	PARIS	República Argentina	6	817.000 libras	Militar
1882	N.I.?	República Argentina	5	2.240.000 libras	Refinanciamento
1884	Baring Brothers e PARIS	República Argentina	5	1.714.000 libras	Banco Nacional
1884	PARIS	República Argentina	5	800.000 libras	Portos
1886	Baring Brothers, Morgan e PARIS	República Argentina	5	8.290.000 libras	Portos e ferrovias
1887	C. Murrieta	República Argentina	5	3.968.000 libras	Ferrovias
1887	BERLIM e HAMBURGO	República Argentina	5	2.017.000 libras	Banco Nacional
1887	C. Murrieta	República Argentina	5	624.000 libras	Refinanciamento
1887	Baring Brothers	República Argentina	4,5	5.263.000 libras	Refinanciamento
1889	BERLIM, Baring Brothers e PARIS	República Argentina	4,5	5.290.00 libras	Refinanciamento
1889	Stern	República Argentina	3,5	2.750.000 libras	Refinanciamento
1890	PARIS e BERLIM	República Argentina	5	3.000.000 libras	Ferrovias

Fonte: ALMEIDA (2005); MARICHAL (1988).

**Quadro 4 – Saldo da Balança Comercial (FOB) do Império do Brasil,
de 1822 a 1889 (em mil libras esterlinas)**

Data	Saldo da Balança Comercial (FOB) em libra esterlina
1822	-560
1823	261
1824	-986
1825	-311
1826	-416
1827	-292
1828	22
1829	-219
1830	-659
1831	-110
1832	-48
1833	429
1834	-18
1835	-579
1836	41
1837	-1.784
1838	-892
1839	-917
1840	-1.208
1841	-2.074
1842	-2.142
1843	-1.072
1844	-1.236
1845	-858
1846	153
1847	-369
1848	1.234
1849	491
1850	-446
1851	-1.094
1852	-3.181
1853	-1.564
1854	-1.068
1855	636

Data	Saldo da Balança Comercial (FOB) em libra esterlina
1856	180
1857	-1.226
1858	-3.777
1859	-2.182
1860	-7
1861	-59
1862	1.086
1863	2.556
1864	625
1865	1.038
1866	2.011
1867	1.323
1868	4.180
1869	2.549
1870	2.258
1871	514
1872	4.044
1873	5.876
1874	4.011
1875	4.397
1876	1.298
1877	4.069
1878	2.335
1879	3.877
1880	4.335
1881	4.720
1882	2.517
1883	596
1884	1.306
1885	4.123
1886	-196
1887	4.382
1888	1.990
1889	4.550

Fonte: IPEADATA